

Cadernos da

ACECA

APP PUCAMP

13

CADERNOS DA FACECA

Publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Diretor Responsável

Prof. José Homero Adabo

Editores Responsáveis

Prof. Luis Antonio Baptista e Profª Dalva Maria Bertoni Bedone

Conselho Editorial

Profª Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa

Prof. Fernando Pompêo de Camargo Neto

Prof. Joaquim Carlos Dias

Prof. José Eduardo Rodrigues de Sousa

Prof. Mauricio de Oliveira

Prof. Paulo de Martino Jannuzzi

Revisão

Profª Terezinha da Conceição Vitti Favarin

Coordenação de Edição e Divulgação

Maria Augusta Amaecing Langbeck

Tiragem: 1.500 exemplares

Direitos e Permissão de Divulgação

As matérias assinadas são de total e exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos reservados à FACECA - PUCAMP. É permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Caixa Postal 317 - Campus I - FACECA - PUCAMP

Campinas - SP - CEP: 13020-904

Fone: (019) 756-7099

Capa

Alessandra Righetto, Ana Carolina Farizo Rezende, Ana Paula Menezes Pedro, Cláudia Miranda Cardoso, Cristina Carvalho de Camargo, Gustavo Gomes Pacheco e Patrícia Vargas Porto (Alunos do Curso de Publicidade e Propaganda do IACT/PUCAMP)

FACULDADE DE CIÊNCIAS E ECONÔMICAS,
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS

PUCCAMP

cadernos da
FACECA

Cadernos da FACECA	Campinas	V. 7	nº 2	Jul./Dez.	1998
--------------------	----------	------	------	-----------	------

ISSN 0104-1495

SUMÁRIO

Editorial	05
------------------------	----

ARTIGOS

O aprendizado adaptativo e a superação da dependência tecnológica dos países em desenvolvimento

Antonio Carlos de Azevedo Lobão	07
---------------------------------------	----

Economia e democracia ou a controvérsia do capitalismo em crise

Eunice de Andrade	13
-------------------------	----

Por quem os sinos dobrarão?: A dicotomia Estado/Mercado e os resultados das distintas opções por ela ensejadas

Fernão Pompêo de Camargo Neto	27
-------------------------------------	----

Projeções populacionais para Campinas e Região: considerações finais

Paulo de Martino Jannuzzi, Nicolao Jannuzzi e Franco Pasquali	37
---	----

O recente desempenho econômico, o emprego e as perspectivas locais do Estado de São Paulo

Aurilio Sérgio Costa Caiado	50
-----------------------------------	----

A constituição do Ethos Capitalista no Brasil: uma leitura de Sérgio Buarque de Holanda

Eneuton Pessoa	91
----------------------	----

O papel da futura região administrativa especial de Macau no contexto das relações entre a RPC e os países lusófonos

Luiza Bragança Jalles	105
-----------------------------	-----

OPINIÕES

"Formação Econômica do Brasil": um laboratório de teoria econômica aplicada

Fernão Pompêo de Camargo Neto 145

RESENHA

Abordagem monetária plural a partir de um ponto de vista heterodoxo

Simone Silva de Deus 151

EDITORIAL

Este número de Cadernos da FACECA, apresenta sete trabalhos importantes de produção científica nas áreas de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas, além de um artigo como Opinião e uma Resenha.

No primeiro artigo, o autor centraliza sua preocupação com a questão do aprendizado adaptativo proposto por Katz (1976) e a superação tecnológica dos países em desenvolvimento, discute e apresenta elementos importantes para o entendimento do processo.

Numa análise sobre a Economia e Democracia, no segundo artigo, a autora discute a democracia no capitalismo, identificando as crises e controvérsias, realiza críticas e comparações, tendo como base as argumentações apresentadas pelas teses dos clássicos: Schumpeter, Przeworski e Hirschman.

No terceiro artigo, o autor se preocupa em discutir a dicotomia Estado/Mercado, abordando a Política Econômica no cenário internacional, nas décadas de 70 e 80, e suas consequências, bem como as seqüelas da escalada neoliberal no Brasil, nos anos 90.

Dando continuidade à publicação dos resultados do Projeto "Projeções Populacionais para Campinas e Região", o autor nos apresenta as "Considerações Finais", neste quarto artigo, realizando uma reflexão acerca da necessidade de produção de estimativas sociais futuras para fins de políticas públicas municipais e de aspectos metodológicos vivenciados na experiência do projeto de pesquisa.

No estudo sobre o Desempenho econômico, o emprego e as perspectivas locais do Estado de São Paulo, que compõe o quinto artigo, o autor busca identificar, à partir dos anos 80, as mudanças no processo de reestruturação produtiva (racionalização e modernização da produção) e suas consequências na estrutura organizacional e na relação trabalhista do Estado.

O sexto artigo, apresenta uma reflexão tendo como base as Obras de Sérgio Buarque de Holanda, em especial *Caminhos e Fronteiras e Visão do Paraíso*, sobre a constituição do ethos capitalista no Brasil.

O papel da futura Região administrativa especial de Macau, é discutido no sétimo artigo desta edição, onde a autora analisa a transição da soberania de Macau, proporcionada pela política de abertura e modernização econômica da República Popular da China à partir de 1979, identifica as características do mercado chinês, bem como as potencialidades de Macau a enfrentar os desafios no início do século XXI.

No artigo Opinião, o autor analisa a construção realizada por Celso Furtado em sua obra "Formação Econômica do Brasil", como um Laboratório de Teoria Econômica Aplicada apresenta sugestões de temas e modelos interpretativos, que procuram mostrar ao leitor e, especialmente aos estudantes universitários, formas de estruturação mental, que possibilitem maior entendimento e assimilação dos conceitos empregados, no entendimento de questões da Economia Brasileira.

A Resenha deste número, trata da "Abordagem monetária plural a partir de um ponto de vista heterodoxo", cujo autor, destaca em suas análises, questões relacionadas aos Fundamentos e Conceitos Básicos para uma Teoria Alternativa da Moeda, num mundo globalizado.

Esperamos que "Cadernos da FACECA" mais uma vez, ao apresentar diferentes temáticas e abordagens, possa contribuir para uma melhor compreensão da realidade econômica, e fornecer subsídios importantes para o processo de ensino e aprendizagem de nossa Unidade Acadêmica.

Os editores

O APRENDIZADO ADAPTATIVO E A SUPERAÇÃO DA DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Antonio Carlos de Azevedo Lobão¹

1. INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 50 e 60 a questão do desenvolvimento produtivo e tecnológico dos países pobres tendia a ser encarada como uma simples escolha dentre diferentes técnicas já existentes.

A escolha dentre essas técnicas, que já estavam presentes nos países centrais, deveria ser adequada aos preços dos fatores produtivos disponíveis nos países em desenvolvimento, priorizando aquelas intensivas em trabalho.

Essa visão, além de colocar a tecnologia como algo totalmente transferível, o que pode ser visivelmente questionado se considerarmos os setores de ponta, nos quais o segredo quanto à tecnologia é a "alma do negócio", ainda apresenta os países em desenvolvimento como simples receptores passivos de pacotes tecnológicos.

2. APRENDIZADO ADAPTATIVO E SUPERAÇÃO DO GAP TECNOLÓGICO

É na interpretação do quadro acima apresentado, que o conceito de aprendizado adaptativo, proposto por Katz (1976), introduz maior realismo, bem como alguns elementos que nos permitem discutir as possi-

¹ *Professor Adjunto do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), Mestre em Política Científica e Tecnológica e doutorando pelo Instituto de Geociências da UNICAMP.*

bilidades de superação do *gap* tecnológico existente e da situação de dependência que caracteriza os países em desenvolvimento.

Antes, porém, de discutir esse conceito, é conveniente apresentar alguns elementos relevantes para o entendimento do processo inovativo, ao nível da firma:

1) Em função da existência de indivisibilidades, da especialização e da heterogeneidade dos recursos, as empresas estão obrigadas a conviver, constantemente, com a sub-utilização de seus recursos humanos e materiais. Assim sendo, existem permanentes oportunidades internas para a introdução de inovações nos seus processos produtivos, de forma a buscar a melhor alocação desses recursos. Em outras palavras, a existência permanente de serviços produtivos não utilizados pelas firmas, quando se defrontam com os obstáculos ou oportunidades do mercado, constitui um importante impulsionador da introdução de inovações nos produtos e processos (Penrose, 1959).

2) Nas rotinas de operação e de investimentos das empresas estão presentes as chamadas "rotinas de busca", isto é, processos permanentes de identificação, triagem e de mudança de procedimentos, visando o melhor aproveitamento e a racionalização dos processos e do uso de recursos. São rotinas específicas, que envolvem transformações, e que vão desembocar em determinadas trajetórias naturais (Nelson & Winter, 1982).

3) A utilização de novas tecnologias e o contato direto produtor-usuário implicam em um constante processo de aprendizado tecnológico e aprimoramentos ou adaptações nas inovações. Esse *learning by using* requer a participação ativa dos usuários e produtores bem como o estabelecimento de relações de cooperação entre ambos (Rosenberg, 1982).

4) A tecnologia apresenta certos elementos idiossincráticos que impossibilitam sua total transferibilidade. Esse caráter tácito implica em um esforço próprio de cada empresa para permitir a absorção de tecnologias internas, requerendo treinamentos, adaptações, experiências, etc. (Katz, 1976).

5) Não existe, *a priori*, clara linha divisória entre inovações maiores e menores. Os profissionais envolvidos no processo inovativo não fazem (e não poderiam fazer) distinções entre ambas.² Além disso, nas empresas não existe diferenciação entre os profissionais empregados em cada um dos processos (Katz, 1976).

6) A inovação não está associada somente a conhecimentos novos, os quais, por sua vez, não se confundem com conhecimentos independentemente adquiridos. Podemos caracterizar como inovação, nesse sentido, a internalização e utilização de conhecimentos previamente existentes em outros países ou setores, mas que signifiquem modificações nos processos ou produtos da firma em questão (Katz, 1976).

A partir desses elementos podemos entender o conceito e as implicações do aprendizado adaptativo, conforme apresentado por Katz. O ponto central é a existência de um constante e permanente esforço das empresas instaladas nos países em desenvolvimento, tanto das empresas locais quanto das filiais das transnacionais, no sentido de apreender e adaptar novas tecnologias. Esse esforço resulta na frequente introdução de inovações incrementais nos seus processos e produtos, tanto para atender às necessidades e especificidades do mercado como para adequá-los às características dos fatores produtivos locais.

Nesse sentido, os hábitos e costumes dos consumidores, as diferenças climáticas e culturais, os preços dos fatores de produção, a disponibilidade e as diferenças qualitativas intrínsecas das matérias-primas, as estratégias das empresas e a estrutura do mercado em que operam, além das dificuldades específicas da própria transferência de tecnologias (caráter tácito, etc.), constituem fortes estímulos e, praticamente, obrigam as empresas dos países em desenvolvimento, a promoverem constantes adaptações e inovações nos seus processos produtivos. Esse esforço de aprendizado, embora possa variar de empresa para empresa ou de setor para setor, requer uma postura ativa dessas empresas, que se traduz em gastos com pesquisa aplicada e

2 Embora possam distinguir aquelas relacionadas ao curto ou ao longo prazo. Mesmo assim, a associação das inovações radicais com o longo prazo e das inovações incrementais com o curto prazo nem sempre tem sido totalmente correta.

desenvolvimento de produtos e processos, os quais, embora significativamente inferiores aos efetuados pelas suas congêneres dos países centrais, constituem o núcleo fundamental do esforço inovativo dos países em desenvolvimento.

Esses elementos nos permitem entender porque a natureza da mudança técnica nesses países é predominantemente de tipo incremental, focada no aprendizado que, todavia, embora parta de uma tecnologia importada, não se reduz ao *learning by doing* automático e centrada na adaptação, fenômeno muito mais complexo do que o simples ajuste aos preços dos fatores de produção capital/trabalho.

O fato de buscar o cerne da análise na firma faz com que o conceito de aprendizado adaptativo ainda nos permita em explicar as enormes disparidades de produtividade existentes nos países em desenvolvimento (o que confirma o fato de que o aprendizado não é automático), bem como as características distintas da mudança técnica, seja em função da natureza das firmas (multinacionais, estatais, empresas familiares etc.), seja nos diferentes tipos de produção (produção em série ou processo contínuo).³

Ao agregarmos a esses pontos considerações quanto à estrutura dos mercados em que essas empresas operam, uma vez que tanto a concorrência quanto as escalas produtivas podem ser fatores de estímulo ou de retração da mudança técnica, bem como uma análise da política governamental, principalmente no que diz respeito à política de comércio exterior, de financiamentos, de manejo da demanda e de investimentos públicos em infra-estrutura técnico-científica, podemos ter um quadro bastante claro das perspectivas do desenvolvimento tecnológico nos países periféricos.

Por outro lado, não devemos considerar ou reduzir a capacitação tecnológica de um país à simples somatória das capacitações de suas empresas. As instituições *non market* (Lall, 1994) ocupam papel fundamental no estabelecimento dos *links* entre os diversos atores das redes técnico-econômicas, principalmente entre aqueles situados no

³ A esse respeito podemos associar os setores de processo contínuo ao esforço técnico centrado na melhoria dos processos enquanto na produção em série a ênfase é dada no produto.

pólo científico, bem como na sua relação com os atores dos demais pólos (técnico e mercado) (Callon, 1992).

Com relação às possibilidades de superação da dependência tecnológica desses países, a partir do aprendizado adaptativo, algumas condições merecem ser analisadas.

Em primeiro lugar, é preciso considerar a distância e a velocidade de expansão da fronteira tecnológica. Novamente a análise deve ser efetuada setorialmente, uma vez que cada setor ou empresa encontra-se a distâncias específicas da fronteira, bem como esta avança com velocidades diferentes em cada setor.

Assim sendo, mudanças incrementais, como as que predominam nos países em desenvolvimento, costumam ser insuficientes para a eliminação dos *gaps* em setores onde a fronteira se desloca muito rapidamente. Nesses casos, existe uma tendência de ampliação da distância. Por outro lado, nos setores onde a tecnologia já atingiu certa maturidade e, portanto, as transformações ocorrem mais lentamente, as mudanças incrementais podem levar a uma superação da defasagem entre os países em desenvolvimento e os países centrais, como, por exemplo, a ocorrida no setor siderúrgico brasileiro com relação ao mesmo setor nos Estados Unidos.

Uma implicação direta de toda essa argumentação é que a proteção a certos setores contra a concorrência externa, desde que seletiva e por prazo determinado, pode contribuir para a construção de determinadas vantagens comparativas dinâmicas, obtidas ao longo do tempo, o que funcionaria como importante estímulo ao processo inovativo nesses setores com efeitos positivos sobre a sua capacitação tecnológica. Tal política foi efetivamente aplicada, por diversos países em desenvolvimento, com maior ou menor sucesso.

3. CONCLUSÃO

Desenvolvida na década de 70, a teoria proposta por Katz, teve importantes implicações na superação do enfoque neoclássico das esco-

Ihas técnicas bem como na falácia do *learning by doing* automático, ao mostrar que a tecnologia não é totalmente transferível e que exige um esforço significativo das empresas no seu aprendizado.

Entretanto, a discussão quanto à superação do atraso, na década atual, deve, necessariamente, considerar alguns outros elementos que não estavam presentes, ou pelo menos não eram visíveis, nos anos 70. A globalização dos mercados, as novas estratégias das transnacionais, que muitas vezes constituem plantas com tecnologia de ponta nos países em desenvolvimento, a nova dinâmica da concorrência internacional e as próprias características das novas tecnologias são variáveis importantes para avaliarmos as possibilidades da existência de *catching-ups* através dos quais a dependência tecnológica dos países em desenvolvimento possa ser superada.

4. BIBLIOGRAFIA

CALLON, M. (1992), "The dynamics of techno-economic networks" in Coombs, R. et alli (eds.), *Technology Change and Company Strategies*, Harcourt Brace Jovanovich, Londres, 1992.

KATZ, J. (1976), *Importación de tecnología, aprendizaje local y industrialización dependiente*, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1976.

LALL, S. (1994), "Technological Capabilities", in Salomon, J., Sagasti, F e Sachs-Jeanted, C. (eds.), *The uncertain quest: Science, technology and development*, United Nations University Press, Tóquio, 1994.

NELSON, R & WINTER, S. (1982), *An evolutionary theory of economic change*, Harvard University Press, 1982.

PENROSE, E. (1959), *The Theory of the Growth of the Firm*, Basil Blackwell, Oxford, 1959.

ROSENBERG, N. (1982), *Inside the black box - technology and economics*, Cambridge University Press, 1982.

ECONOMIA E DEMOCRACIA OU A CONTROVÉRSIA DO CAPITALISMO EM CRISE

Eunice de Andrade¹

1. INTRODUÇÃO

Este artigo não pretende uma discussão aprofundada em torno do tema da democracia no capitalismo, que mereceria nossa atenção em outra oportunidade. Nosso objetivo é resgatar as aproximações e divergências de alguns argumentos em torno do tema, enfocando as argumentações de Hirschman, Schumpeter e Przeworski.

A viabilização da ordem democrática na sociedade passa indubitavelmente pelas relações econômicas instaladas. O grau de dinamismo encontrado no desenvolvimento econômico é capaz de influenciar decisivamente a condução da ordem social, constituindo determinante decisiva do alcance das políticas públicas.

Se há convergência, mas descrença quanto à ordem desejada nas sociedades, manifesta-se em contrapartida uma prudência em se limitar a "ordem possível" que traga mais convergência de opiniões.

Discutiremos as condições tratadas pelos autores em questão quanto às suas perspectivas para as sociedades capitalistas. Por não ser a economia impermeável à política e sendo a democracia uma ordem manifestante desejável, discutiremos concomitantemente a democracia no capitalismo.

Finalmente, faremos uma tentativa de relativizar as diferentes argumentações estudadas num esforço de crítica.

¹ Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas) e doutoranda na Universidade de Paris I/Panthéon/Sorbonne; Mestre pela UNICAMP.

2. DEMOCRACIA NO CAPITALISMO - TESES CONTEMPORÂNEAS

Antes de discutir a ordem desejável, a ordem democrática, perceptível em diferentes argumentos, seria conveniente nos reportarmos à problemática das motivações de base do sistema: as paixões e interesses. Estas motivações se contrapõem nas sociedades de mercado e vários teóricos se referiram de forma diversa a elas para se lançarem depois a prognósticos em torno dos rumos possíveis da ordem política e econômica.

Para contrabalançar as ditas "paixões" que seriam definidoras do estado de permanente instabilidade nas sociedades, as práticas de comércio (onde a motivação são os "interesses") seriam capazes de conferir à sociedade um estado de harmonia necessário à convivência pacífica entre os indivíduos. Esta tese está presente nas teorias em períodos distintos da história, e a este respeito "apresentam interconexões, que Hirschman incessantemente procura demonstrar em sua obra "The Rival Views", sobretudo nas suas preocupações com as implicações políticas.

As teorias de suave comércio apresentariam nas virtudes do comércio o sentido de contrapeso para os efeitos desestabilizadores das "paixões". Os "interesses" cumpririam a função de aparato para a construção de uma ordem social e política mais eficiente. A mão invisível de que nos falaria Adam Smith teria o mesmo significado - o mercado funcionando como auto-regulador implica no equilíbrio da ordem social.

Na exposição de Hirschman, nos diferentes enfoques das teorias econômicas que ele avalia, fica manifesta a preocupação com a ordem política (e conseqüências sociais) que engendram o desenvolvimento econômico no capitalismo.

O sentido de sua argumentação é de uma percepção da economia, e dos economistas, que, buscando freqüentemente se despojar das paixões, ou de seus traços de irracionalidade, não conseguem imunidade

na totalidade dos casos no que se refere à influência decisiva da ideologia (em prejuízo das considerações de essência humana).

Devemos esclarecer que o termo "interesses" em Hirschman, *"foi usado como um termo genérico para aquelas paixões às quais se atribui a função de contravalor (...) 'interesses' de pessoas e grupos que acabaram por concentrar-se na idéia de uma vantagem econômica, enquanto o seu significado essencial presente não somente na linguagem comum como também na linguagem própria de ciências sociais, como é o caso de 'interesses de classes' e 'grupos de interesses'"*. (Hirschman, "Paixões e Interesses").

Nas teses de "Douce Commerce" - onde o capitalismo era louvado por sua potencialidade, capaz de ativar algumas propensões humanas benignas à custa de outras malignas - , o centro das preocupações era com a arte de governar. Montesquieu e Stuart Mill acreditavam que a expansão do comércio e da indústria impossibilitariam o processo arbitrário e autoritário da tomada de decisões pelo soberano. Para Montesquieu o desejo de ganho (Douce) é autopropulsor e insaciável tal como o anseio de poder (preocupante): *"qualquer melhoria na organização doméstica, política ou econômica que restringisse efetivamente tal comportamento teria indiretamente conseqüências benéficas a nível internacional e aumentaria as probabilidades de paz. Porém, sendo o comércio internacional uma transação entre nações, poderia ter também um impacto direto sobre as probabilidades de paz e guerra: uma vez mais os interesses poderiam superar as paixões, especificamente as paixões de conquista. Todavia, o próprio Montesquieu apontava os elementos contraditórios do 'douce commerce': O comércio traz consigo manifestações das relações humanas e o desaparecimento da hospitalidade etc."* (Hirschman, 1979). Já Stuart Mill mostra-se ciente de que a expansão do comércio aumentava o poder do reino, mas a introdução de um plano econômico adequado delimitaria os excessos possíveis do despotismo.

Se a nível individual é viável se pensar no benefício da motivação por interesses, outra é a realidade social; nela os indivíduos não são resumidos a uma unidimensionalidade. Como HORKEIMER mostra,

"a posição do 'interesse pessoal' da necessidade capitalista acantona a razão num papel bastante subalterno; reduzida a ser tão somente um instrumento utilizado tendo em vista um objetivo predeterminado; ela não tem nada a dizer sobre quais deveriam ser as finalidades da ação humana".

A crítica ao suave comércio aponta a tendência no sistema de mercado à criação de uma adesão coletiva resultante do desenvolvimento econômico. Seriam previsíveis por essa via a irrupção de novas modalidades de paixões e de interesses. Novas formas de organização resultariam como manifestações de categorias próprias ao novo sistema (exemplo: sindicatos), e também novas paixões se manifestariam (por exemplo na luta de classes).

Não vamos nos estender em detalhamentos sobre a tese dos entraves feudais (Hirschman aponta sua convergência no sentido negativo com a tese do doce comércio) e sobre a tese da autodestruição (onde a sociedade de mercado manifestaria tendência de minar os fundamentos morais que servem de base a toda sociedade inclusive naquela onde reina o capitalismo), todas elas apresentam argumentações às vezes contraditórias e evidenciam um aspecto essencial: o de que a economia não é impermeável à política. A proximidade destas teorias sem que uma tome consciência da outra evidencia a pouca apreensão que uma tem sobre a outra,

"a falta de abertura para informações novas e para as opiniões das outras são um perigo real para o funcionamento da sociedade democrática." (Hirschman, "1986").

O entendimento da sociedade que leve em conta a coexistência de diversos interesses individuais, num contexto de uma sociedade de mercado, e que pressuponha por isso uma demanda coletiva ou um conjunto de aspirações que se resumem em bem estar social, assumiriam nas teorias mais contemporâneas um conteúdo primordialmente político. De tal forma, o pensar o capitalismo e suas possibilidades de sobrevivência deve passar pela discussão de como este sistema resolve as demandas diversas em seu seio, e como seria possível

experimental ou reduzir, ao mínimo possível, o nível de insatisfações (interesses frustrados) das diversas classes. Uma ordem, desejável, seria a democrática, mas dependeria das pré-condições encontráveis na sociedade o seu maior êxito ou seu fracasso.

Em Schumpeter assistimos ao pessimismo quanto às probabilidades de sobrevivência do capitalismo, ainda que encontremos destaque às "virtudes". Sobre a democracia no capitalismo, ele também não nos dá muitas esperanças.

O capitalismo não estaria condenado ao extermínio pelo seu mau desempenho econômico, mas por outras circunstâncias que se traduzem numa debilitação de seu alicerce moral na sociedade de mercado. Aliás, a eficiência e a renovação contínua (fundamental para o capitalismo) são entendidos como méritos do sistema de mercado constatáveis no seu desempenho no longo prazo.

Se não fossem as condições de ruína do alicerce moral do capitalismo, não se poderia apontar pelo seu desempenho outro sistema para satisfazer grande parte das aspirações coletivas. Apenas se torna problemática a adesão a essa ordem econômica quando se depara com as conseqüências das crises (próprias ao desenvolvimento cíclico do capitalismo) sobre as estruturas psicossociais.

Neste sentido está o desemprego que, ao expor o homem a condições degradantes, faz com que cresça na sociedade a mobilização anti-capitalista. A adesão de classes superiores no estrato econômico às reivindicações de camadas subalternas tem a ver com a dinâmica que se articula entre as classes que se depararão com tais situações de instabilidade. Quando a camada de intelectuais se mobiliza pelos interesses do proletariado estaria manifestando sua própria frustração de não conseguir ocupar o status social que sua formação acadêmica lhe conferiria.

Assim sendo, a argumentação de Schumpeter é colocada por Hirschman com aproximação às teses de autodestruição. Mas traz elementos também da tese das heranças feudais. O capitalismo carregaria desde sua formação uma vinculação com a ordem encontrada nos sistemas feudais.

“Se os fundamentos sociais e ideológicos da ordem capitalista devem muito mais à herança do passado do que supõe a burguesia conquistadora e seus ideólogos, então seus trabalhos de demolição terão como resultado não desejado a corrosão de seu próprio suporte ideológico”(Hirschman, 1979)

Um substrato de intelectuais encontrava no capitalismo, tal como no regime feudal, legitimidade moral às suas formulações políticas. O novo substrato de intelectuais encontrável no capitalismo se antepõe, na melhor das hipóteses, de forma insuficiente, na defesa do capitalismo, predominantemente aumentando as teses anti-capitalistas.

Além disso, o próprio processo de destruição criativa (tão valorizado por Schumpeter pelos seus efeitos renovadores e impulsionadores ao desenvolvimento econômico) acabaria por mostrar-se sucateador de recursos (o desperdício é difícil de se justificar em sociedades onde considerável parcela da população se encontra despojada de condições de vida decentes).

Também a despersonalização da atividade produtiva e, conseqüentemente, do sentimento de propriedade e compromisso com a produtividade, tornam-se cada vez mais imperceptíveis já que grande parcela do patrimônio empresarial é parcelado entre milhares de acionistas. A participação do tipo acionário converte a responsabilidade direta do comando da empresa externa ao interesse pessoal e familiar. A motivação de inovar para benefício próprio fica muito diluída, as inovações se realizam de forma cada vez mais desacelerada: *“O impulso fundamental que inicia e mantém a máquina capitalista estaria desfeito”*.

A administração eficiente da sociedade se converteria então na demanda central eficiente para atender às demandas sociais.

O papel do Estado se limitaria à gestão burocrática. Tal ação só será efetivamente possível com a atuação de uma burocracia bem treinada, eficiente e respaldada pela população - burocracia que cumpriria o papel de ator central na condução político-econômica da socieda-

de. Seus méritos tornariam em si mesmos dispensável a própria democracia.

Em suma, a argumentação de Schumpeter se direciona a uma condução fundamentalmente econômica da sociedade. A política é preferencialmente reduzida à questão econômica, através da ação de uma burocracia eficiente.

O próprio entendimento da democracia fica distanciado dos pressupostos clássicos. Não é indispensável que haja participação efetiva dos cidadãos no sentido de uma participação racional nas decisões, e nem ao menos que deva encontrar-se representada a "vontade geral". A política é exercida como carreira e o profissional da política tem autonomia, o povo só tendo oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo.

Neste caso, o sentido da argumentação é de que os cidadãos seriam melhor atendidos em suas demandas sociais por meio de uma eficaz gestão econômica do que por um sistema abstrato, a democracia.

A racionalidade, característica básica destacada por Schumpeter para o capitalismo, não o leva a prognosticar maiores chances para a democracia neste sistema, pelo contrário. A consolidação democrática passa pelo empreendimento de "lideranças competitivas" ao mesmo tempo com o apoio de vasta maioria da população em todas as classes, todos submetidos às "regras do jogo" previamente estabelecidas;

"implica que todos estejam substancialmente de acordo quanto ao fundamental de sua estrutura institucional"

esta consolidação não vingaria no capitalismo pois:

"tantas pessoas renunciaram e tantas mais vão renunciar com os padrões da sociedade capitalista que, neste terreno, a democracia está fadada a funcionar em crescente fricção" (Schumpeter, 1981)

Se nos voltarmos às formulações de Bobbio (1986) encontraremos elementos comuns aos de Schumpeter. Notadamente, no que concerne à delimitação do conceito de democracia,

"(...) O único modo de se chegar a um acordo quando se fala em democracia entendida como contraproposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos (...). Para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar decisões vinculatórias para todos os membros do grupo e à base de quais procedimentos".

Bobbio (1986), por sua vez, convergeria com Schumpeter (1984) ao sustentar como característica de um governo democrático não a ausência de elites, mas a presença de muitas delas em concorrência entre si para a conquista do voto popular. A consolidação democrática passaria assim pelo empreendimento de "lideranças competitivas" ao mesmo tempo com o apoio de vasta maioria da população em todas as classes, população esta que se disponha a aceitar as regras do jogo democrático.

"implica que todos estejam substancialmente de acordo quanto ao fundamental de sua estrutura institucional"
(Schumpeter, 1981)

Neste quadro das discussões, desejamos ainda passar pela análise de uma última argumentação de conteúdo de grande interesse. Trata-se da discussão de Przeworski. Trataremos sucintamente de elementos contidos em dois artigos deste autor.

Em um primeiro artigo, Przeworski (1986) define o processo democrático como análogo às loterias:

"A democracia é uma loteria coletiva: um mecanismo que periodicamente distribui prerrogativas, vantagens e benefícios de acordo com uma distribuição prévia das probabilidades de serem realizados interesses particulares a um grau definido e de uma forma específica".

A característica visível no sistema de loterias tem a mesma essência anteriormente já discutida por ele mesmo no artigo "Amas a Incerteza e serás democrático" (Przeworski, 1984): em ambas argumentações é pressuposto um comportamento racional dos agentes (o que dificulta em muitos casos sua aplicação) e o papel central das instituições na concretização do jogo democrático. Ela se baseia além disso nas suposições de que as instituições têm influência sobre os resultados dos conflitos, os protagonistas da história, ou seja, os demais agentes acreditam neste poder das instituições e as instituições estão aptas a fornecer suficiente segurança a forças políticas relevantes que existam eventualmente. Enfim, democratização seria definida por ele mesmo como o processo de submeter todos os interesses à competição da incerteza institucionalizada.

Nas proposições de Przeworski, assistimos a preocupação de buscar os contornos também de uma democracia possível na ordem democrática capitalista. Grupos de interesse antagônicos na sociedade provavelmente viriam a aderir à negociação intermediada pelas instituições pois:

"Colocada frente a uma alternativa de um conflito aberto possivelmente violento - cujo desenlace pode ser bastante benéfico mas, ao mesmo tempo bastante arriscado - e uma solução democrática, que implica comprometimento, mas proporciona segurança, as forças políticas envolvidas na transformação do regime podem optar pelo compromisso democrático. (...) O que está em questão em qualquer processo de democratização são as garantias, e estas só podem ser institucionais."(Przeworski, 1984)

3. CRÍTICA E COMPARAÇÃO ENTRE AS ARGUMENTAÇÕES ESTUDADAS

Depreendemos analogias entre as diversas argumentações, mas também divergências fundamentais. Em primeiro lugar, observe-se como Schumpeter apresenta argumentos destoantes aos apresentados por

Hirschman e Przeworski. Colocado em termos sucintos, pode-se dizer que Schumpeter é antagonico aos dois autores em sua descrença com a democracia.

O argumento de Hirschman e Przeworski gira todo o tempo em torno da necessidade de apreensão e tolerância entre as ideologias. O método usado em ambos é convergente enquanto possuidor de uma premissa comum: a racionalidade dos agentes sociais. É a partir dela que convergem numa certa insistência de que a política é em última instância a definidora das condições econômicas dos agentes sociais. Desta forma a democracia institucionalizada (pois acordos substantivos não vinculam as partes num contrato) será desejável na garantia do atendimento das diversas demandas da sociedade.

Um aspecto adicional que deve ser sublinhado nas diversas argumentações ainda que óbvio, é a determinação e condicionamento das teorias ao contexto histórico em que emergem e também a que tipo de economia capitalista estão se propondo analisar.

Schumpeter avalia as economias capitalistas avançadas. Assim, o capitalismo no longo prazo para ele, e podemos mais facilmente concordar com o autor (dentro destes limites), apresentou um bom desempenho. Problemática seria relegar à democracia um papel tão secundário em condições concretas opostas às consideradas pelo autor.

Hirschman e também Przeworski centram suas atenções na discussão da democracia possível dentro do capitalismo, mas preocupados com sua especificidade em países recém egressos de regimes autoritários, discorrem sobre as peculiaridades da transição democrática na América Latina (principalmente e notadamente em Hirschman).

A busca por solucionar os conflitos de interesse na sociedade de mercado serão mais problemáticas e conflitantes quanto maiores forem os desníveis sociais (distribuição de renda e riqueza). Este condicionamento econômico² agravado pelo passado recente de ditaduras milita-

2 Os condicionamentos econômicos podem ser decorrentes inclusive das determinações internacionais. O subjuço ao Sistema Financeiro Internacional é um obstáculo para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento portadores de vultuosas dívidas externas.

res, torna por outro lado as forças desproporcionais e favorece os interesses dos mais fortes.

A solução democrática é bastante desejável requerendo antes uma transição segura que viabilize a sustentação da nova ordem.

Quando Hirschman busca resgatar a moralidade nas ciências sociais enfatizando a importância desse mecanismo para que a economia se desfaça de análises que não carregam nenhuma essência humana, ele, provavelmente, leva às últimas conseqüências sua conclusão no sentido de uma urgência no diálogo entre as partes (os diversos agentes representativos da gama de interesses existentes na sociedade) que tornem improváveis o recuo para regimes autocráticos.

A reabilitação moral, segundo o que nos sugere o autor, é mais urgente e significativa nas esferas macro da economia, em decorrência principalmente dos transtornos gerados pela inflação.

"A compreensão bem como o controle da inflação contemporânea requerem uma sondagem profunda do subsolo social e político da economia (...) a inflação reflete uma disposição crescente para as vias de fato da parte dos vários grupos sociais que até agora haviam sido consideradas em nossos manuais como 'cooperativos na geração e na distribuição' do produto social (...) O prejuízo causado pela 'abordagem econômica' baseada no modelo tradicional do interesse egoísta (...) é devido a um comportamento humano que é simplista em sua generalidade" (Hirschman, 1981).

Sinteticamente, achamos possível afirmar a presença de uma defesa da democracia contra o economicismo - tanto em Hirschman quanto em Przeworski - em suas argumentações a tese em relevo aponta para a irredutibilidade da gestão da sociedade à concepção de um mecanismo que elimine a incerteza.

Em Przeworski a democracia emerge como um conflito institucionalizado, regulado através da negociação - de certa forma as instituições assumem o papel de "suavizadoras das paixões" que os autores clássicos tratados por Hirschman teriam atribuído ao comércio.

Os vínculos da economia política vêm em Hirschman e Przeworski impregnadas pela “incerteza” necessária porque incertos são os resultados da “competição democrática”.

O quadro abaixo representa esquematicamente os desdobramentos da dicotomia PAIXÕES X INTERESSES inerentes aos argumentos discutidos.

PAIXÕES X INTERESSES

Poder da vida pública	X	vida privada
Regulação via política	X	economia-mercado (autopropulsor)
Organização de interesses	X	interesses na esfera privada na esfera coletiva

4. CONCLUSÃO

A ordem desejável, a democracia, nas sociedades atuais encontra uma gama muito ampla de diferenciações possíveis de acordo com as pré-condições concretas que cada sociedade lhe apresenta. Há unanimidade na demanda pela democracia, todavia são por demais variados os substratos onde ela pretende instalar-se, e depende destes substratos a sua probabilidade de êxito.

O capitalismo entendido em seus “mecanismos” conforme tratam os manuais criticados pelos autores por nós vistos, tem a propriedade de produzir uma “individualização”, tal como a economia freqüentemente trata seus “atores” na teoria do consumidor (microeconomia). Estes se comportam exclusivamente de acordo com seus desejos (interesses) pouco importando com as conseqüências das ações individuais “maximizadoras” na esfera geral da sociedade (já que esta teoria isola nas premissas, o indivíduo, supondo todo o resto constante com famoso “coeteris paribus”). Nesta esfera se “privatiza” e se reduz a vida pública. Os “interesses” seriam propulsores da suavidade do comércio

apenas numa dimensão muito reduzida da sociedade de mercado, uma dimensão inteiramente individualizada.

Este tipo de raciocínio "*simplista e destituído de moralidade*" (Hirschman), ou melhor, de preocupação com o coletivo (essência humana) conduz à supressão da relevância da esfera pública.

A sociedade concreta apresenta contingências que de forma bem mais imediata interferem nesta "suavidade" repleta de interesses manifestos (capitalista). Continuam a emergir sempre formas de organização coletivas que contestam esta "ordem" (tipo: luta de classes).

Hirschman muito apropriadamente critica este sistema de mercado aparentemente ideal, como sendo um estereótipo do que na realidade implica a aceitação do sistema capitalista (que é o capitalismo tratado pelos autores citados no livro "Paixões e Interesses"). As análises tradicionais do capitalismo por ele abordadas, reduzem a dimensão concreta do sistema de mercado a uma economia "intocável" que se relaciona apenas com a esfera privada ou à uma outra em que a esfera pública apresenta-se aliviada de tensões através da simples contraposição entre o cidadão e um "Estado Zelador".

Tais estereótipos não são encontráveis na sociedade concreta. De um lado como Schumpeter acertadamente enfatiza ela tem crises constantes econômicas ou não, mas com desdobramentos políticos e sociais. A economia e o sistema capitalista são permanentemente expostos à contestação dos cidadãos que requerem além da existência do mercado, condições mínimas de vida, uma existência condigna.

Além disso, um segundo fator está em que os cidadãos não se satisfazem com a vida privada, reivindicam por interesses de grupo, porque entendem a necessidade de se organizar politicamente, se desejam resolver suas questões econômicas (conforme Przeworski), fundamentalmente porque enquanto "homens não são redutíveis à dimensão unidimensional. Pela via das instituições canalizam esforços e, eventualmente, têm êxito num tipo de "democracia possível".

5. BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto - "*O Futuro da Democracia*" - Ed. Paz e Terra, RJ, 1986.

HIRSCHMAN, Albert ^o - "*A Economia como ciência moral e política*" - Ed. Brasiliense, SB, 1986.

_____ "*As Paixões e os Interesses*" - Ed. Paz e Terra, RJ, 1979.

_____ "*A Democracia na América Latina*" - dilemas" - *Novos Estudos CEBRAP*, n^o 15, SP, julho de 1986.

_____ "The concept of Interest: from Euphemism to Tautology" - "*The Rival Views of Market Society*".

PRZEWORSKI, Adam - "Ama a Incerteza e serás Democrático" - *Novos Estudos CEBRAP*, n^o 9, SP, julho de 1984.

_____ "*O Pacto Democrático*" - *Folhetim da Folha de São Paulo*, 26 de junho de 1987.

SCHUMPETER, Joseph A - "*Capitalismo, Socialismo e Democracia*" - Ed. Zahar, RJ, 1984.

POR QUEM OS SINOS DOBRARÃO?: A DICOTOMIA ESTADO/MERCADO E OS RESULTADOS DAS DISTINTAS OPÇÕES POR ELA ENSEJADAS¹

Fernão Pompêo de Camargo Neto²

1. INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 70, após três décadas de constante crescimento econômico comandado pelo Estado através de gastos públicos (intervencionismo keynesiano), esgotou-se o dinamismo desse padrão de formulação e execução de políticas econômicas, abrindo-se, então, a este respeito, espaço para o avanço de posições (neo) liberais.

O presente artigo tem por finalidade analisar as conseqüências resultantes, mundo afora e particularmente no Brasil, de distintas posturas, em termos de políticas econômicas, adotadas por nações que se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento que, desde a década de 70, têm optado por graus diversos de intervenção estatal ou pela entrega das atividades econômicas à condução pela "mão invisível" que rege os mercados, a despeito desta, sempre que foi acionada, ter se demonstrado bastante canhestra quando se envolveu na condução da questão do emprego e de outros aspectos relativos ao desenvolvimento social.

2. DECISÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA TOMADAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

No decurso da década dos 70, qual uma fênix que renascia de suas próprias cinzas, a ideologia liberal, renovada, adentrava, como *prima-donna*, no amplo palco construído pela globalização.

1 Este artigo foi extraído, com algumas adaptações, de outro artigo mais amplo, de minha autoria, publicado na Revista *Pesquisa & Debate* da PUC-SP, a seguir referido: CAMARGONETO, Fernão Pompêo de. Considerações sobre alguns aspectos do debate liberalismo X intervenção estatal. *Pesquisa & Debate*, vol.8, nº 2(11), 1997, p. 69-92.

2 Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), doutorando em Economia do IE/UNICAMP e Conselheiro do Conselho Regional de Economia de São Paulo.

Teve êxito, sob as luzes da ribalta, o seu desempenho?

Vejamos. Os resultados das experiências desenvolvidas pelo Thatcherismo e pela *Reaganomics* não foram dos mais animadores. Com o dismantelamento, em seus países (e em diversas outras nações desenvolvidas ocidentais), do *Welfare State*, houve um dramático incremento dos índices de pobreza. Nos Estados Unidos, os déficits orçamentário e da balança de pagamentos cresceram de forma sem precedentes, acumulando-se gigantescas dívidas interna e externamente. A Inglaterra, em decorrência das políticas ultraliberais que praticou, da opção estratégica equivocada pelos serviços de alto valor e da especulação financeira desenfreada, "ficou no pior dos mundos" (TAVARES, 1992:30), passando por um intenso processo de desindustrialização e assistindo à dramática redução da competitividade externa dos seus produtos manufaturados. Nos NICs asiáticos, o propalado êxito do neoliberalismo não passou de pura ilusão, uma vez que a estratégia de industrialização voltada às exportações — adotada, por exemplo, na Coréia do Sul e em Taiwan — pouco teve de liberal e, pelo contrário, só se tornou possível devido a uma forte dose de apoio estatal. Além disso, é digno de nota o fato de que, com o crescimento sem precedentes da produtividade do trabalho, o desemprego passa a ter, no mundo todo, uma conotação estrutural, atingindo, na Europa, taxas que não se verificavam desde as décadas dos 30 e dos 40.

Por outro lado, foram flagrantes as vantagens relativas que tiveram os países em que o Estado foi o grande artífice dos ajustes estruturais procedidos — o Japão e a Alemanha em especial — frente aos países que optaram pela via neoliberal.

Os resultados obtidos na América Latina também deixaram muito a desejar. Os festejados "sucessos" alcançados no Chile, na Argentina e no México mascaram os resultados reais. As altas taxas de crescimento da produção anunciadas para esses países foram calculadas sobre a carcomida base do final da por nós brasileiros chamada "década perdida", sendo, portanto, ilusórias. Na realidade, se tanto, o que se logrou obter, via utilização de capacidade produtiva ociosa, foi a recuperação das perdas ocorridas na década dos 80. Ademais, em dezembro de 1994, logo após ter sido a economia mexicana indicada,

por renomados consultores financeiros internacionais, como uma ótima alternativa para investimentos, o México quebrou, caindo, logo em seguida, a menos da metade o poder aquisitivo de sua moeda em dólares, apesar da vultosa injeção de recursos na sua economia que foi orquestrada, e bancada em parte, pelo Governo dos Estados Unidos. Na Argentina, também ocorreram desastres econômicos, financeiros e sociais: desindustrialização, quebra de empresas, desemprego elevado e miséria crescente.

No tocante às relações econômicas centro/periferia (Norte/Sul), ocorreu uma significativa deterioração nas relações de troca em detrimento dos interesses periféricos. Entre 1989 e 1991, os preços dos produtos primários exportados pelos países pobres caíram, em média, 20% (FURTADO, 1993 :7). Esses preços "deixaram já faz muito tempo de estar em relação direta com seus custos de produção e são fixados a nível mundial. É a colusão de oferta e procura mundial que fixa tais preços e em função deles regula as vantagens e desvantagens dos países (empresas) exportadores" (VILLA, 1993:156). Não se pode, de outra parte, esquecer "a dolorosa história dos ajustamentos impostos aos países devedores", os quais de receptores de capitais internacionais passam, a partir dos anos 80, a supridores, devendo, para isto, aumentar o seu esforço de poupança e cortar o investimento interno (FURTADO, 1993:7).

A "estratégia da dívida" então adotada, concebida pelos credores e avalizada pelo FMI, refletia "essencialmente necessidades de recebimento dos bancos credores", sem levar em conta a capacidade de pagamento dos países devedores e, tampouco, as necessidades de recursos que estes tinham para poderem implementar suas políticas de desenvolvimento. Entre 1982 e 1991, a transferência líquida de capitais dos países latino-americanos para o exterior somou 195 bilhões de dólares, o que representa "quase o dobro, em valores atualizados, do que os Estados Unidos concederam, como doação, à Europa ocidental entre 1948 e 1952, sob o Plano Marshall" (BATISTA, 1994:22-23), e os ônus do ajuste requerido para o reescalamento das dívidas dos países latino-americanos agravaram-se ao serem distribuídos de forma particularmente iníqua, uma vez que, pela via da estagnação (ou mesmo recessão), ocorreu nesses países uma substancial redução do salário real e um

aumento do desemprego, o que acentuou ainda mais a miséria, sendo que "a participação dos salários numa Renda Nacional estagnada se reduziria à metade do que fora no início da crise da dívida externa" (BATISTA, 1994:23). Em paralelo, ainda nas palavras do falecido embaixador, é importante que se leve em conta que, "entre 1989 e 1992, os Estados Unidos evoluíram, no seu comércio de mercadorias com os países sul-americanos e o México, de um déficit de US\$ 11,2 bilhões para um saldo da mesma ordem de grandeza, resultado conseguido, praticamente, dentro de um mesmo nível de intercâmbio global" (BATISTA, 1994:26). E o pior ainda está por acontecer! Se as nações latino-americanas vierem a participar da ALCA nos termos que vêm sendo propostos pelos Estados Unidos, as balanças comercial e de pagamentos tenderão a se tornar ainda mais favoráveis aos interesses norte-americanos.

Antonio Barros de Castro, em artigo que escreveu em 1996 (p. 52), considera que, na periferia, uma das mais importantes conseqüências da "restauração do paradigma neoclássico" foi o abandono das políticas desenvolvimentistas, que passaram a ser responsabilizadas por todas as dificuldades dos países em desenvolvimento. Segundo ele, a "restauração neoclássica" não considera as ações governamentais no sentido da promoção do desenvolvimento nos países periféricos como sendo inerentes à sua condição histórica, e atribui a elas todas as mazelas decorrentes da não visualização e do não aproveitamento das oportunidades de mercado existentes nesses, e para esses, países. Ao ser isto admitido, tornar-se-ia sem sentido a existência da teoria do desenvolvimento como um campo especial do conhecimento, diante do que "a presumida especificidade dos países em desenvolvimento poderia inclusive voltar a circunscrever-se ao âmbito da história, com o que se restabeleceria o ideal da unificação das idéias que conformam o núcleo do saber econômico, a qual só se havia visto ameaçada pela diferenciação entre economia central e economias periféricas".

3. A ESCALADA NEOLIBERAL NO BRASIL: SUAS SEQUÊNCIAS E A ANÁLISE DE ALGUMAS ALTERNATIVAS SUGERIDAS PARA A MINIMIZAÇÃO DOS DANOS DELA DECORRENTES

No que se refere ao Brasil, a partir do início dos anos 90, conforme Reinaldo Gonçalves (1994:127-128), ele, sob a condução do Presidente Collor, estreitou suas relações com os Estados Unidos, alinhando-se, de forma praticamente automática, às diretrizes formuladas por Washington no referente "ao ideário político-ideológico, à estratégia diplomático-militar e aos interesses econômicos norte-americanos". Ocorreu, em consequência disto, durante o governo Collor, uma "perda substantiva de grau de autonomia na política externa brasileira", a qual tornou-se a tal ponto submissa aos interesses e estratégias dos Estados Unidos que "dificilmente encontram-se na história contemporânea do Brasil registros de uma política externa tão subordinada".

No plano interno, imensas dificuldades vêm sendo encontradas para a compatibilização do processo de ajuste econômico com o de promoção de uma nova ordem institucional de cunho democrático. Dificuldades que se agravaram quando, no início dos anos 90, a desordenada prática de políticas neoliberais pelo Estado promoveu a desestruturação de "aparatos e instituições indispensáveis ao funcionamento de um bom governo e da economia" (FIORI, 1994 a:32), cuja reconstrução é morosa. Entretanto, apesar dos avanços recentes, conquistados ao longo dos primeiros anos de vigência do Plano Real, não terem de todo aplainado as angustiosas incertezas que ainda persistem quanto ao porvir de nosso país, temos que ter presente que essas incertezas que remanescem são, no dizer de José Luiz Fiori (1994 a:32), especialmente devidas ao fato de que "uma transição histórica não é um programa técnico, mas uma construção política que passa por conflitos, negociações e recomposições de forças cujo desenlace é cientificamente imprevisível, mesmo que o seu formato ideal possa ser objeto de recomendações".

Diante de situações como as que vivemos ao longo dos anos de 1997 e de 1998, quando, em meio às negociações e concessões de toda

ordem que permearam o processo no qual se buscava a aprovação pelo Congresso Nacional do direito de vir o Presidente Fernando Henrique Cardoso a se candidatar à reeleição, e durante as peripécias, que foram e estão sendo feitas, para a obtenção dos votos necessários para que se possa promover uma série de alterações constitucionais necessárias para a efetivação do ajuste econômico do Brasil, muitas delas decorrentes de imposições que vêm de fora do país, é importante, para que nos conformemos com as decepções que experimentamos em razão da forma pela qual o processo político vem sendo conduzido, que possamos acreditar nas considerações feitas por Laurence Whitehead (*apud* FIORI, 1994 a: 33) no sentido de que "exigir pureza democrática escandinava de um frágil regime latino-americano poderia ser irrealista e contraproducente", uma vez que o avanço que se faz "rumo à democratização tem que ser avaliado no contexto da própria história de uma nação".

Tendo em vista as crescentes pressões que, nestes últimos anos, vêm o Brasil e os demais países da América Latina sofrendo, da parte de porta-vozes oficiais norte-americanos, no sentido da total liberação de suas relações externas, sem idêntica contrapartida do lado dos Estados Unidos — que mantém pesadas barreiras alfandegárias e de outras naturezas a inúmeros produtos de seus parceiros comerciais latino-americanos (o que também acontece na Comunidade Econômica Européia, na qual as restrições impostas à entrada de produtos da América Latina são bastante significativas) —, é oportuna a indagação: Até que ponto não seria uma política equivocada a abertura geral e irrestrita de nossas fronteiras, ao mesmo tempo em que se franqueia à exploração externa o imenso potencial dinâmico, em termos de desenvolvimento econômico, que pode derivar da produção para o suprimento de nosso mercado interno?

A resposta a esta questão pode estar em Celso Furtado (1993:9), que sugere ser um erro, para um país com as características que tem o Brasil, deixar de lado a estratégia de construção do mercado interno como impulsionadora do crescimento econômico. Para ele, "Os sistemas econômicos de grandes extensões territoriais e acentuadas disparidades regionais e estruturais", entre os quais se destacam Brasil, China e Índia, "difícilmente sobreviverão se perderem a força coesiva

gerada pela expansão do mercado interno". Lembra ele, todavia, que uma teoria do desenvolvimento econômico que contemple esses grandes sistemas heterogêneos "ainda está por ser escrita".

Assim sendo, usando palavras de José Luiz Fiori, a estratégia mais correta a ser adotada por nosso país, na busca da definição de seu próprio destino, "implicaria a existência de um Estado nacional capaz de assumir o comando estratégico de um esforço de construção de cenários e trajetórias de crescimento". Tal Estado, que deveria ser ao mesmo tempo "forte e ágil, (...) autônomo e democrático", e "responsável pelo desenho e articulação estratégica de um novo estilo de desenvolvimento, compatível com o avanço da cidadania social e política das populações até hoje marginalizadas", teria, para vencer a crise atual, que atuar politicamente no sentido do "realinhamento dos velhos compromissos entre o Estado, os capitais privados e os trabalhadores". Além disto, este Estado deveria "ser 'forte' sem ser extenso e autoritário como foi o Estado desenvolvimentista" (FIORI, 1994b: 144), para que pudesse estar preparado para enfrentar as pressões contrárias à sua existência que, com certeza, seriam exercidas por grande parte das elites intelectuais, políticas e empresariais brasileiras — em cujas fileiras encontra considerável eco a ideologia neoliberal — e pelos organismos financeiros internacionais multilaterais (Banco Mundial, FMI e BID), cujos economistas, no final de 1989, juntamente com funcionários do governo norte-americano, formularam o chamado "Consenso de Washington".

Para Paulo Nogueira Batista (1994:40-41), o "Consenso de Washington", responsável pelo "escancaramento das economias latino-americanas", parece ter feito da América Latina "um laboratório onde a burocracia internacional baseada em Washington" (...) "busca pôr em prática, em nome de uma pretensa modernidade, teorias e doutrinas temerárias para as quais não há eco nos próprios países desenvolvidos onde alegadamente procura inspiração".

O foco das atenções do "Consenso de Washington" se concentrou em 10 áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e di-

reitos de propriedade (WILLIAMSON, 1993:1332-1333), convergindo as propostas feitas para essas áreas, de acordo com Paulo Nogueira Batista, no sentido de dois objetivos básicos: "por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas" (BATISTA, 1994:27). Quanto ao primeiro objetivo, complementa Batista (1994:30) que: "São tantas as limitações que se deseja impor ao Estado, que este pareceria estar sendo objeto de uma estratégia de solapamento da própria idéia de nação, da qual o Estado nada mais é do que a sua forma jurídica organizada."

Todavia, alvissareiras são as notícias que nos dá Michael Hirsh (1994) no sentido de que os economistas do Banco Mundial, o "baluarte da ortodoxia do livre mercado" (p. 4), já passam a admitir que "são necessários alguns ajustes em sua visão de mundo" (p. 8). Observa ele, ainda, que "a sabedoria econômica oscila, dependendo das condições econômicas", e que, "na esfera do debate, que é sempre um arauto da política, o pêndulo já está se movimentando em direção a uma nova e, ao mesmo tempo, antiga noção: o Estado, corretamente esclarecido, pode revelar-se uma coisa boa" (p. 10).

Não deveremos, entretanto, deixar-nos entusiasmar por fiapos de esperança como o que procura transmitir Michael Hirsh. Adverte-nos o embaixador Paulo Nogueira Batista, entre as críticas que faz à adesão brasileira ao "Consenso de Washington" — no momento em que, pouco antes de sua morte, julgou oportuno "botar a boca no trombone" (1994:3) —, no sentido de que se faz importante "uma leitura mais atenta e atualizada do que se diz e do que se faz no mundo para termos uma idéia mais objetiva dos verdadeiros rumos que a História estaria realmente tomando, a fim de não nos enganarmos de caminho, tomando um atalho ou retrocedendo. Teremos mais claro, enfim, se estamos, como pretendem equivocadamente os neoliberais, na 'contra-mão da História', ou se, como nos parece mais provável, estamos na 'mão da História' ainda que com velocidade insuficiente." (BATISTA, 1994:46).

4. UMA ADVERTÊNCIA USADA À GUIA DE CONCLUSÃO

Como fecho deste artigo, julgamos oportuno destacar a advertência, feita pelo embaixador Batista (1994:55), de que só poderemos alcançar o desenvolvimento em todos os sentidos e a plena realização das autênticas aspirações nacionais se não "nos resignarmos a trabalhar sobre a base de 'consensos' construídos de fora para dentro". O que precisamos é de "um consenso *made in Brazil* e, para produzi-lo, de uma grande aliança", a qual não deve incluir apenas, como no passado, governo e empresários, mas também partidos políticos, intelectuais e trabalhadores, unidos todos num "entendimento capaz de permitir a emergência no Brasil, senão de um projeto nacional com metas precisas em cada setor, pelo menos de um 'consenso nacional' com uma visão comum e abrangente dos grandes problemas brasileiros, institucionais, econômicos e sociais".

5. BIBLIOGRAFIA CITADA

- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: PEDEX, Caderno Dívida Externa n. 6, 1994. 56p.
- CASTRO, Antonio Barros de. El Estado, la empresa y la restauración del paradigma neoclásico. *In: Revista de la Cepal*, Nações Unidas, n. 58, abril de 1996. p. 51-61
- FIORI, José Luiz. *Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1994a. 39p. (Textos para discussão 16)
- _____. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. *In: Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 40, novembro de 1994b. p. 125-144
- FURTADO, CELSO. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. *In: Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, v. 1 n. 4, março de 1993. p. 3-10

- GONÇALVES, Reinaldo. *Ó abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 175p.
- HIRSH, Michael. A volta do Estado. *In: Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, v. 3 n. 1, junho de 1994. p. 3-16
- TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. *In: Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 1, agosto de 1992. p. 21-57
- VILLA, José María Vidal. Mundalización de la economía vs. Estadonación: cambio tecnológico y migraciones. *In: Investigación Económica*. México: Faculdade de Economia da Universidade Nacional Autónoma, n. 205, julho-setembro de 1993. p. 151-172
- WILLIAMSON, John. Democracy and the "Washington Consensus". *In: World Development*, v. 21, n. 8, 1993. p. 1329-1336

PROJEÇÕES POPULACIONAIS PARA CAMPINAS E REGIÃO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo de Martino Jannuzzi¹

Nicolao Jannuzzi²

Franco Pasquali³

1. APRESENTAÇÃO

No âmbito do projeto "Projeções Populacionais para Campinas e Região", cujos resultados vêm sendo publicados neste periódico nas últimas cinco edições, este artigo tem um caráter conclusivo⁴. Neste sentido, ele atende a duas finalidades.

Primeiramente, este artigo também traz um conjunto de reflexões acerca da necessidade de produção de estimativas sociais futuras para fins de políticas públicas municipais e de aspectos metodológicos envolvidos na questão, à luz da experiência vivenciada na condução deste projeto de pesquisa. Estas reflexões já foram parcialmente expostas em outras oportunidades (Jannuzzi 1997c, Jannuzzi & Pasquali 1998), e sua sistematização neste texto decorre da necessidade de oferecer uma visão mais abrangente dos pressupostos que nortearam a proposição e a condução do projeto de pesquisa.

Subsariamente, em anexo, traz-se uma avaliação da qualidade das projeções elaboradas frente aos resultados definitivos do Censo Populacional de 1996, tarefa esta só agora empreendida em função

1 Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), Mestre em Administração Pública na EAESP/FGV, Doutor em Demografia no IFCH/UNICAMP.

2 Especialista Sr. da Fundação Centro Tecnológico para a Informática.

3 Bolsista de Iniciação Científica/CEAP/PUC-Campinas, aluno do curso de Ciências Econômicas.

4 O projeto de pesquisa prevê ainda a produção de projeções populacionais para alguns municípios da Região Administrativa de Campinas e para micro-áreas do Município de Campinas, a serem divulgados oportunamente em relatórios técnicos dada a especificidade das questões tratadas.

da não disponibilidade até recentemente dos resultados definitivos e completos do citado Censo a nível de municípios e micro-regiões.

2. SOBRE A NECESSIDADE DA ELABORAÇÃO DAS PROJEÇÕES POPULACIONAIS PARA SUBSIDIAR AS POLÍTICAS SOCIAIS

Como propõe Khun (1978), toda pesquisa nas Ciências Humanas exige uma certa relevância social que justifique sua elaboração. No projeto "Projeções Populacionais para Campinas e Região" a motivação fundamental para sua proposição foi a constatação de que grande parte dos agentes encarregados da decisão — e até mesmo parcela daqueles encarregados da formulação — sobre programas e políticas sociais na Administração Pública — em seus três níveis — não têm uma clara percepção sobre a utilidade e pertinência da elaboração de projeções populacionais no processo de definição das políticas públicas (Martine & Lima 1987, Jannuzzi 1997).

Afinal, o público-alvo de cada política tem um perfil demográfico específico e o conhecimento antecipado do volume destes contingentes populacionais específicos a atender é um requisito preliminar fundamental para dimensionar os recursos humanos e materiais a serem alocados e disponibilizados. Seguramente que a projeção do volume populacional total pode dar uma indicação da demanda futura de serviços a ser atendida, mas não é suficiente. É necessário que se especifique a estrutura demográfica da população. Como salienta Rogers:

"... con el fin de obtener un avalúo más completo del impacto de las distintas tendencias poblacionales en la demanda de recursos e servicios, es necesario ir más adelante examinar los efectos de los cambios en la composición por edades de la población de tales demandas" (Rogers 1982b:393).

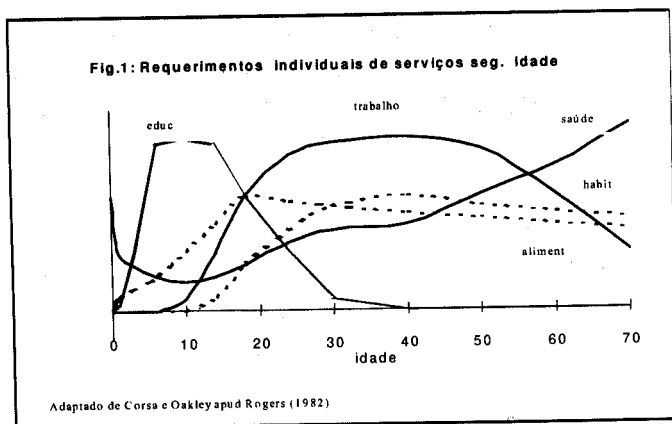
Políticas para ensino pré-escolar ou básico, políticas de saúde pública, programas de capacitação profissional dirigem-se a públicos específicos, distintos não apenas pelo volume quantitativo, mas sobretudo pelas suas estruturas etárias e, por vezes, por sexo. Como observa documento das Nações Unidas:

“Desde luego, las necesidades de servicios educacionales y de personal docente están estrechamente relacionadas con las cifras corrientes y proyectadas de la población en edad escolar....La composición de una población por edad afecta los niveles y modalidades del consumo, puesto que las personas de diferentes edades tienen distintas necesidades ... La composición por edad de la población, a través de sus efectos sobre la composición de las familias, puede afectar considerablemente las necesidades de vivienda.”
(N.Unidas 1978:300-301).

No mesmo documento, mais à frente, no âmbito das políticas de saúde pública:

“Las proyecciones demográficas proporcionan los medios para prever con más acierto la demanda de distintos medios y servicios de sanidad, tales como camas de hospital y centros de sanidad, así como de personal médico y sanitario en sus distintas especialidades. Dado que las necesidades en materia de sanidad varían mucho con la edad y hasta cierto punto, con el sexo, la composición por sexo y edad de la población futura adquiere especial pertinência”
(N.Unidas 1978:611).

Como se pode observar na figura 1, as necessidades e requerimentos de alimentação, serviços de saúde, serviços educacionais, de novas unidades habitacionais e postos de trabalho têm comportamentos específicos ao longo do ciclo de vida dos indivíduos.



Os requerimentos individuais de alimentação são crescentes até os 20 anos, quando então começam a declinar suavemente. A demanda de unidades habitacionais tem um padrão semelhante, mas defasado em cerca de 10 a 15 anos, já que atinge máximo na idade dos 30 a 40 anos, por conta da constituição e expansão da família e uma relativa estabilidade financeira do chefe da mesma. Os requerimentos individuais de serviços educacionais concentram-se nas idades de 5 a 20 anos, período de formação escolar básica e secundária, atingindo seu máximo aos 10 anos. A demanda por postos de trabalho cresce a partir dos 15 anos, expandindo-se rapidamente até os 20; atinge, então, o máximo aos 30-45 anos, tornando-se então declinante após os 55 anos por conta da mortalidade ou ingresso na aposentadoria e inatividade. Os requerimentos de serviços de saúde são altos no primeiro ano de vida, por conta dos cuidados especiais com o recém-nascido, caindo até os 10 anos. A partir de então tornam-se crescentes, por conta dos riscos decorrentes do ingresso na vida economicamente ativa (acidentes, doenças ocupacionais, etc) e da procriação (no caso das mulheres). A partir dos 50 anos, por uma inexorabilidade biológica, os requerimentos de serviços de saúde passam a aumentar mais rapidamente.

3. SOBRE A NECESSIDADE DE PRODUZIR PROJEÇÕES POPULACIONAIS MICRO-REGIONAIS E MUNICIPAIS

Outro aspecto norteador do projeto de pesquisa foi a constatação da necessidade crescente de produção de estatísticas – e projeções demográficas- em âmbito micro-regional e municipal no país.

Em um contexto em que municípios e consórcios municipais passam a ter um papel cada vez mais importante na definição, implementação e financiamento de políticas sociais - como vem se delineando no país desde meados dos anos 70 (Serra & Afonso 1989, Varsano 1997) - torna-se ainda mais premente a produção de estatísticas sociais e a elaboração de projeções demográficas a nível espacialmente mais desagregado, em âmbito micro-regional e local. Ainda que boa parte dos recursos para política social ainda se concentre na União, as estruturas para implementação e acompanhamento das mesmas - postos de saúde, escolas, médicos, professores - estão sendo municipalizadas, a despeito da capacitação local em desempenhá-las de forma minimamente competente.

Como bem colocou Proserpio:

“Em uma sociedade em processo de rápidas transformações como a nossa, vivenciando contínuas mudanças nas regras de política econômica, que afetam de forma diferenciada os vários segmentos da sociedade-distribuídos por um território que complementa ampla disparidades a necessidade de acompanhamento através de um bem estruturado sistema de estatísticas e informações desagregadas se faz todavia mais premente”(Proserpio 1994,p.76).

Naturalmente, como parte das estatísticas a se disponibilizar em âmbito local, figuram, sem dúvida, as projeções populacionais, sobretudo em uma região como a de Campinas, uma das mais dinâmicas em termos demográficos e econômicos nas últimas décadas no estado.

4. SOBRE A METODOLOGIA DE ESTIMAÇÃO DE DEMANDAS SOCIAIS FUTURAS

Do ponto de vista metodológico este projeto de pesquisa é tributário da metodologia de projeções demográficas e estimação de demandas sociais exposta em Nações Unidas (1989, 1990) e Shorter et al. (1995).

Por esta metodologia, a primeira atividade a ser desenvolvida neste tipo de projeto é a identificação dos padrões e níveis passados e recentes das três componentes demográficas - fecundidade, mortalidade e migração- na região em estudo. Para isso, é necessário recuperar-se a bibliografia existente e complementá-la com estudos específicos baseados em Censos Demográficos e Estatísticas do Registro Civil.

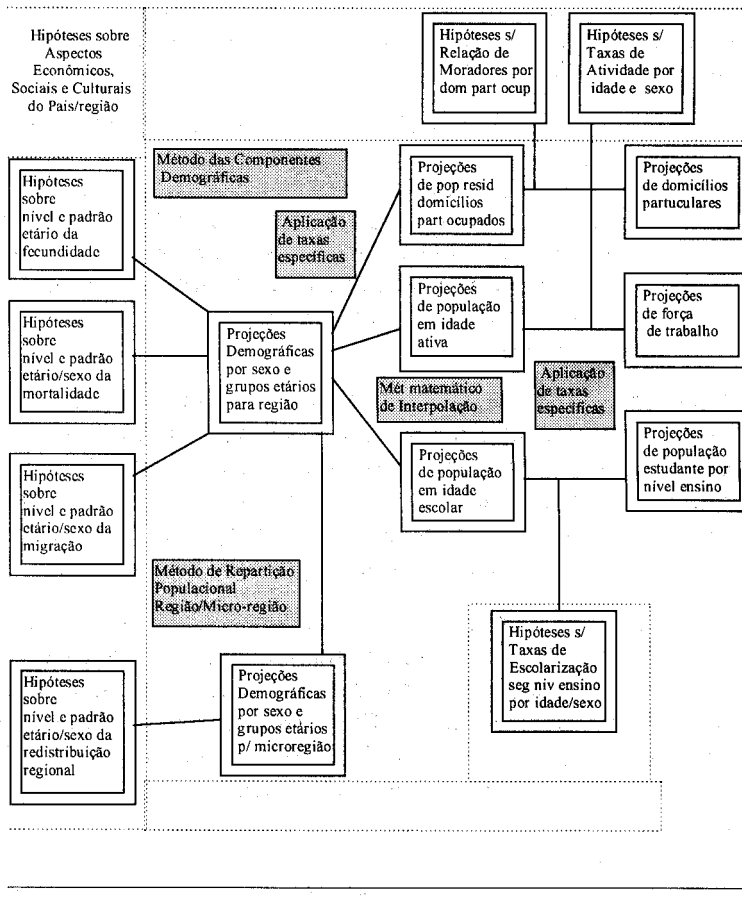
Com estes estudos pode-se definir, com certa margem de segurança, padrões e níveis futuros para as três componentes demográficas, e então, mediante a aplicação de equações compensadoras, calcular as projeções demográficas gerais - por sexo e grupos quinquenais- como mostrado na figura 2. Para se chegar a estimativas micro-regionais, por sua vez, emprega-se métodos de repartição do quantitativo populacional projetado da região, com base na evolução e padrão de redistribuição espacial micro-regional.

Com base nestes quantitativos populacionais regional e micro-regional emprega-se métodos numéricos de interpolação para se derivar estimativas de públicos-alvo específicos de políticas sociais, como a população em idade escolar ou em idade ativa, segundo grupos etários específicos. Aplicando-se conjuntos de taxas de escolarização segundo nível de ensino por idade e sexo, específicos para cada período quinquenal, sobre estes grupos populacionais encontra-se, então, a população estudante. Para cômputo da população economicamente ativa procede-se de forma semelhante, a partir de taxas de atividade por sexo e faixa etária. Para derivação do número de domicílios particulares, emprega-se a relação moradores por domicílio, referida a cada período quinquenal, sobre os totais populacionais projetados⁵.

5 Na bibliografia se relaciona os trabalhos onde foram apresentadas estimativas de demandas sociais calculadas ao longo do referido projeto de pesquisa.

Projeções populacionais para Campinas e região...

Figura 2: Método das Componentes para Projeção Demográfica Regional, Repartição Populacional Micro-regional e Projeções derivadas



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer exercício prospectivo encerra boa parcela de incerteza e está sujeito a imprecisões, tanto maiores quanto mais específicos ou mais distantes do momento de sua formulação. Ainda assim, como assinalam Gaham Jr. & Hays (1994:259-260):

“O planejamento dita as bases para acomodação a mudanças, e sem essas bases as mudanças teriam um impacto ainda mais drástico...o planejamento é ainda indispensável, pois permite aos administradores tomar decisões baseadas no melhor conhecimento disponível. Parte deste conhecimento vem da maior apreciação do ambiente externo da organização, descoberto durante o processo de planejamento.”

Neste sentido, as projeções são imprescindíveis como recurso metodológico para uma reflexão prospectiva (Patarra 1996). Elas estabelecem referências importantes para tomadas de decisões, contribuindo para a programação das demandas de bens, equipamentos e serviços públicos a serem colocados à disposição da população, seja por um prestador de serviços estatal, privado ou comunitário.

De um Estado comprometido com a redução das desigualdades sociais e redistribuição do bem-estar espera-se, cada vez mais, capacidade de reflexão prospectiva, de competência na antecipação de cenários sócio-demográficos futuros. Espera-se que os resultados apresentados pelo projeto de pesquisa “Projeções Populacionais para Campinas e Região” tenham sido contribuições neste sentido.

ANEXO:

Avaliação das projeções populacionais frente ao Censo Populacional de 1996

A publicação dos resultados completos e definitivos do Censo Populacional de 1996 finalmente possibilitou uma avaliação mais

aprofundada dos quantitativos e da estrutura demográfica projetada em Jannuzzi (1996b). Já se havia apresentado uma avaliação preliminar em oportunidade anterior (Jannuzzi 1997a), em termos dos quantitativos populacionais projetados para o Município de Campinas e para a Região Administrativa, a partir dos dados - não definitivos- do Censo divulgados no primeiro semestre de 1997, em que se demonstrou uma grande proximidade das cifras levantadas e as projetadas para os dois universos.

Com a disponibilização dos dados da Contagem de 1996 no primeiro semestre de 1998, pode-se avaliar não apenas os totais gerais projetados, mas também os volumes populacionais de segmentos específicos por idade e sexo, como se pode verificar nas tabelas seguintes, para o Município e para a RA de Campinas. Vale lembrar, antes de tudo, que as projeções incorporam um ajuste em seu quantitativo por conta de provável sub-enumeração censitária do Censo Demográfico de 1991, estabelecido então em 2,32%⁶. Além disso, é importante também observar que enquanto a data de referência das projeções refere-se a 1 de Julho, a do Censo toma por base 1. Setembro de 1996.

Como se pode observar, a diferença relativa entre os quantitativos projetados e os efetivos é da ordem de 3 % para a RA e 2,4% para o Município de Campinas, valores próximos ao fator de subenumeração empregado. Se as estimativas do Censo Populacional de 1996 fossem corrigidas pelo mesmo fator que a população base (1990) usada nas projeções, os resultados seriam ainda mais muito próximos, possivelmente inferior a 1%. Em termos absolutos, as diferenças entre as projeções e o Censo foram de 153 mil pessoas para a RA Campinas e 22 mil para o Município.

As diferenças entre os quantitativos projetados e as estimativas efetivas de homens são um pouco maiores que a de mulheres, talvez pelas hipóteses menos promissoras que se estabeleceu sobre a evolução da mortalidade masculina na região.

6 A correção foi a mesma em todos os segmentos etários, em função da não disponibilidade de informações adicionais que permitissem aplicar fatores diferentes para compensar a conhecida subenumeração diferencial com relação à idade e sexo.

Tabela 1: Distribuição da população por grupos etários e sexo, segundo Censo Populacional e as projeções populacionais apresentadas em Jannuzzi (1996b)
RA Campinas 1996

Idade	Censo Populacional			Projeção Populacional			Diferenças Absolutas			Difer. Relat. %		
	hom	mulh	total	hom	mulh	total	hom	mulh	total	hom	mulh	total
0 a 9	438892	422849	861741	456000	437000	893000	17108	14151	31259	3,9	3,3	3,6
10 a 19	489304	477766	967070	507000	492000	999000	17696	14234	31930	3,6	3,0	3,3
20 a 29	436430	427720	864150	449000	439000	888000	12570	11280	23850	2,9	2,6	2,8
30 a 39	396340	403911	800251	412000	417000	829000	15660	13089	28749	4,0	3,2	3,6
40 a 49	293191	292307	585498	307000	306000	613000	13809	13693	27502	4,7	4,7	4,7
50 a 59	178210	182008	360218	185000	188000	373000	6790	5992	12782	3,8	3,3	3,5
60 a 69	119278	132841	252119	123000	138000	261000	3722	5159	8881	3,1	3,9	3,5
70 ou +	74035	97265	171300	75000	98000	173000	965	735	1700	1,3	0,8	1,0
ID ignor	6815	6443	13258	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Total	2432495	2443110	4875605	2514000	2515000	5029000	81505	71890	153395	3,4	2,9	3,1

OBS.: As diferenças relativas foram calculadas tomando no denominador os resultados dos Censo 1.996.

Projeções populacionais para Campinas e região...

Tabela 2: Distribuição da população por grupos etários e sexo, segundo Censo Populacional e as projeções populacionais apresentadas em Jannuzzi (1996b) Município de Campinas 1996

Idade	Censo Populacional			Projeção Populacional			Diferenças Absolutas			Difer. Relat. %		
	hom	mulh	total	hom	mulh	total	hom	mulh	total	hom	mulh	total
0 a 9	75809	73188	148997	79000	74000	153000	3191	812	4003	4,2	1,1	2,7
10 a 19	86574	85898	172472	89000	88000	177000	2426	2102	4528	2,8	2,4	2,6
20 a 29	82918	84337	167255	84000	86000	170000	1082	1663	2745	1,3	2,0	1,6
30 a 39	74634	80058	154692	79000	84000	163000	4366	3942	8308	5,8	4,9	5,4
40 a 49	55433	59106	114539	57000	62000	119000	1567	2894	4461	2,8	4,9	3,9
50 a 59	33645	36274	69919	34000	36000	70000	355	-274	81	1,1	-0,8	0,1
60 a 69	21144	25537	46681	21000	26000	47000	-144	463	319	-0,7	1,8	0,7
70 ou +	12755	19235	31990	13000	19000	32000	245	-235	10	1,9	-1,2	0,0
ID ignor	1127	1234	2361	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Total	444039	464867	908906	456000	475000	931000	11961	10133	22094	2,7	2,2	2,4

OBS.: As diferenças relativas foram calculadas tomando no denominador os resultados do Censo 1.996.

Com relação às faixas etárias, as diferenças relativas comportam-se de modo muito regular para a RA, mas em Campinas, as diferenças relativas parecem um pouco maiores entre as idades de 30 a 49 anos. A evasão de famílias em ciclo vital mais avançado do município para outros da região, em busca de melhor qualidade de vida ou custos de moradia mais baixos poderiam justificar tal comportamento, fato este não incorporado nas projeções antes elaboradas.

6. BIBLIOGRAFIA

GRAHAM JR., C.B. & HAYS, S.W. *Para administrar a organização pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

JANNUZZI, P.M. (1996a) Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte I - Tendências demográficas recentes 1970-1994. *Cadernos da FACECA*, Campinas, 5(1):101-114, jan/jul.

_____ (1996b) Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte II - Cenários demográficos para 1995-2025. *Cadernos da FACECA*, Campinas, 5(2):51-77, jul/dez.

_____ (1997a) Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte III - Projeções de população estudante por nível de ensino. *Cadernos da FACECA*, Campinas, 6(1): 80-91, jan/jul.

_____ (1997b) Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte IV - Projeções de força de trabalho. *Cadernos da FACECA*, Campinas, 6(2): 154-178, jun/dez.

_____ (1997c) Projeções populacionais e estimação de demandas sociais em âmbito micro-regional. In: Patarra, Neide et alii. *Migração, Condições de vida e Dinâmica Urbana*. Campinas, FAPESP/IE/UNICAMP, p.373-408.

_____ (1998) Projeções Populacionais para Campinas e Região: Parte V - Projeções de domicílios, famílias, recursos e equipamentos sociais. *Cadernos da FACECA*, Campinas, 7(1): 117-127, jan/jun.

- _____ & PASQUALI (1998) Estimaco de demandas sociais futuras: notas para discusso. In: *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, ABEP (CD-ROM).
- KUHN, T. (1978) *A estrutura das revoluoes cientficas*. So Paulo: Perspectiva.
- MARTINE, G. & LIMA, R. (1987) Projeoes populacionais: usos, abusos e no-usos. In WONG, Laura et al. (org) *Futuro da populao brasileira: projeoes, previsoes e tcnicas*. So Paulo: ABEP, p.17-33.
- NAOES UNIDAS (1978) *Factores determinantes y consecuencias de las tendencias demograficas*. New York: UN/ESA, 1978.
- _____ . (1989) *Projection methods for integrating population variables into development planning: conceptual issues and methods for preparing demographic projections*. New York: UN/ESA, vol.1:1.
- _____ . (1990) *Projection methods for integrating population variables into development planning: methods for preparing scholl enrolment, labour force and employment projections*. New York: UN/ESA, vol.1:2.
- PATARRA, N. (1996) Projeoes demogrficas: velhos desafios, novas fronteiras. So Paulo em Perspectiva, So Paulo, v.10, n.2, p. 12-17.
- PROSRPIO, R. (1994) Repartio de encargos governamentais: a funo de informar. *So Paulo em Perspectiva*, So Paulo, 8(4):75-81.
- ROGERS, A. The migration component in subnacional population projections. N. UNIDAS, *National Migration Survey*. New York, 1982a, p. 216-255.
- ROGERS, Andrei. (1982b) Migracin, urbanizacin y desarrollo. *Demografa y Economia*, XVI(3):377-399.
- SERRA, J. e AFONSO, J.R. (1989) Finanas pblicas municipais: evoluo, reforma e perspectivas. *Revista Adm.Municipal*, Rio de Janeiro, 36(193):32-42.
- SHORTER, F.C. et alii. (1995) *Computational methods for population projections*. New York: Population Council.
- VARSANO, R. (1997) A evoluo do Sistema Tributrio Brasileiro ao longo do sculo: anotaoes e reflexoes para futuras reformas". *Pesquisa e Planejamento Econmico*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.1-40.

O RECENTE DESEMPENHO ECONÔMICO, O EMPREGO E AS PERSPECTIVAS LOCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO¹

Aurilio Sérgio Costa Caiado²

1. INTRODUÇÃO

A crise dos anos oitenta, além de ter provocado retração no mercado interno e redução nos níveis de investimento, exigiu das empresas a busca individualizada de alternativas à crise, através da inserção no mercado internacional com conseqüente ampliação de exportação. Assim, as empresas e setores que se modernizaram e incorporaram novas tecnologias e novos processos produtivos conseguiram inserir-se no mercado internacional e passaram a se constituir nos segmentos mais modernos, distanciando-se do padrão tecnológico dos segmentos voltados exclusivamente para o mercado interno.

A recessão do início dos anos 90, no contexto de uma rápida abertura comercial, expôs a indústria nacional à abrupta concorrência de importados que desembarcavam com preços bem menores que os praticados pelos nacionais, ao mesmo tempo que forçava um vigoroso processo de ajuste, resultado da forte retração do mercado interno.

A resposta imediata da indústria foi um forte movimento defensivo de redução dos custos de produção, concentrado, em grande par-

1 Este texto foi originalmente escrito para o Projeto "Potencialização das Políticas de Geração de Renda e Emprego no Estado de São Paulo" desenvolvido pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo em convênio com a Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM.
2 Professor do Curso de Economia da Universidade de Sorocaba e Chefe da Divisão de Estudos Regionais da Fundação SEADE.

te, na eliminação de postos de trabalho, na terceirização e na redução dos níveis hierárquicos.

A interrupção do longo período de estagnação com a implantação do novo plano de estabilização da economia - o Plano Real - reforçou o processo de abertura da economia já em curso desde o final dos anos 80, ao estabelecer um regime cambial que favorecia a importação de bens de consumo, impulsionada pelo aumento da renda e pela própria estabilização

Assim, a necessidade de produzir com uma estrutura de custos de produção internacionalmente competitivos exigiu fortes medidas de ajuste: patrimonial, nos sistemas produtivos e gerenciais, ampliando a importação de bens de capital e a incorporação de componentes importados aos produtos nacionais. Isso, aliado à importação de produtos acabados, tem contribuído para a manutenção de elevadas taxas de desemprego, mesmo com a retomada do crescimento econômico.

O processo de reestruturação produtiva tem mudado as feições da indústria brasileira, racionalizando e modernizando a produção, reduzindo os postos de trabalho e o escopo das atividades, realizando mudanças organizacionais e tentando flexibilizar os contratos de trabalho.

Os novos investimentos realizados em diversos estados nos últimos anos não têm sido suficientes para interromper o processo de ampliação das taxas de desemprego, notadamente no Estado de São Paulo, área mais industrializada do país.

São Paulo na Economia Nacional

Passada a década de oitenta - período em que o país esteve mergulhado em forte desajuste estrutural da economia expresso pelo desequilíbrio na balança de pagamentos, crise cambial, déficit fis-

cal e escalada inflacionária, aliado à ausência de política industrial e de geração de emprego - a economia nacional voltou a crescer, a partir de 1993. Este crescimento está sendo sustentado, em grande medida, tanto pelo crescimento do consumo agregado, como por uma relativa recuperação do investimento privado, principalmente por capitais vindos de outros países.

O estado de São Paulo é responsável por mais de um terço de toda a produção nacional e abriga os setores mais modernos de nossa economia. O Produto Interno Bruto estadual superou R\$ 211 bilhões em 1996, próximo do PIB da Argentina e maior que o de qualquer outro país da América do Sul. Em 1980 o produto paulista era de R\$ 169 bilhões, tendo passado sucessivamente por valores de R\$ 175 bilhões, R\$ 186 bilhões e R\$ 206 bilhões, no anos de 1985, 1990 e 1995, respectivamente. Apesar da tendência geral de crescimento, o impacto dos períodos de recessão da economia nacional resultou numa taxa média relativamente baixa, inferior à média do crescimento populacional. Com isso, a renda per capita que era de R\$ 6,78 mil ao ano em 1980 passou por períodos de redução e, apesar do crescimento observado nos últimos anos, em 1996 era de R\$ 6,22 mil por pessoa ao ano, segundo dados da Fundação Seade.

Representando aproximadamente 40,0% do produto nacional em 1980, a participação paulista tem se situado nos últimos anos na média de 36,0%, como consequência da desconcentração de algumas atividades econômicas para outros estados. Nos períodos de forte recuperação da atividade econômica, a economia de São Paulo volta a ganhar uma maior participação no PIB nacional, crescendo a taxas mais elevadas que a média do País. Nos períodos recessivos, ao contrário, os principais efeitos da crise se fazem sentir em São Paulo, por ser a região mais industrializada do Brasil.

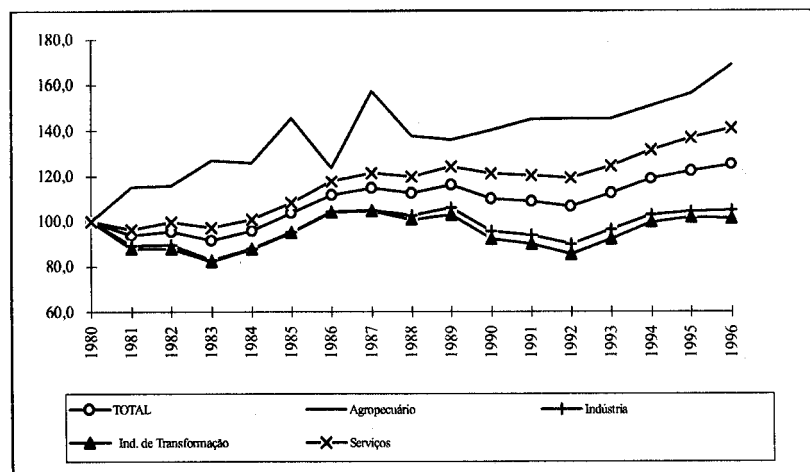
Tabela 1: Participação do Estado de São paulo na composição do produto interno bruto nacional, em termos reais, por setor de atividade econômica: 1980 - 1996

Em porcentagem

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1980	13,99	45,91	40,65	40,09
1981	14,93	44,78	39,84	38,92
1982	15,02	44,77	40,50	39,28
1983	16,55	43,87	39,72	38,61
1984	15,98	43,99	39,28	38,44
1985	16,90	44,11	39,15	38,48
1986	15,59	43,36	39,89	38,87
1987	17,25	42,99	40,40	38,87
1988	14,97	43,23	38,91	37,89
1989	14,38	43,40	39,23	38,05
1990	15,42	42,57	37,15	36,70
1991	15,48	42,61	36,89	36,48
1992	14,72	42,47	36,83	36,10
1993	14,88	42,81	37,61	36,83
1994	14,16	42,78	38,51	37,13
1995	13,96	42,18	38,61	36,00
1996 ¹	-	-	-	36,72

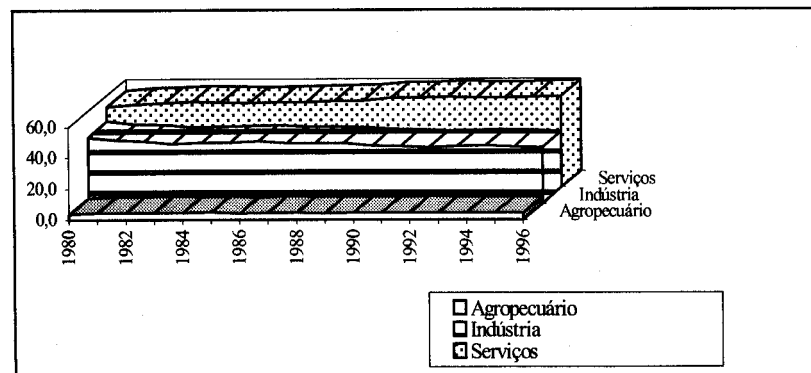
Fonte: Fundação SEADE; IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1 - Dados Preliminares

Entre 1980 e 1996, os setores de atividade que tiveram maior índice de crescimento foram o agropecuário e o de serviços, que cresceram acima da média de crescimento total do PIB. A indústria, notadamente a de transformação, teve um desempenho abaixo da média no período entre 1980 e 1996, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 1: Índices Reais do PIB do Estado de São Paulo 1980 a 1996.

Fonte: Fundação SEADE; IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1996 - Dados Preliminares

No que se refere à composição do PIB paulista observa-se que a indústria tem perdido participação, enquanto o setor de serviços tem ampliado sua contribuição.

Gráfico 2: Estado de São Paulo Composição do PIB - 1980 a 1996.

Fonte: F. SEADE

A indústria, que respondia por 43,12% do produto paulista em 1980 teve sua participação reduzida para 36,17% em 1996, com destaque para a indústria de transformação, que reduziu sua participação de 35,37% para 28,60% no período. O setor agropecuário passou de 3,60% para 4,85% e o de serviços de 52,44% para 59,05%, também entre 1980 e 1996.

Apesar do declínio tanto da participação de São Paulo no PIB nacional, quanto da participação da indústria de transformação na composição do PIB paulista, o parque industrial sofreu significativas transformações no período. Tanto na estrutura produtiva, onde o peso de alguns setores foi alterado, como na organização da produção, com introdução de novos processos produtivos e organizacionais.

A Indústria Paulista

Significativa, também, foi a alteração na distribuição espacial da indústria paulista, quando, apesar de um pouco arrefecida no final do período, prosseguiu a interiorização iniciada nos anos 70, com queda da participação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e ampliação da participação de praticamente todas as Regiões Administrativas.

Mas, como pode ser observado na tabela 03, o processo de interiorização da indústria, no que diz respeito à localização, não foi homogêneo mas privilegiou algumas regiões do Estado. Assim, se no início do processo de industrialização pesada de São Paulo, os principais setores industriais localizavam-se na capital e nas cidades vizinhas, ao buscarem novas alternativas de localização, foram escolhidos os centros regionais próximos à RMSP e que oferecessem infra-estrutura adequada à implantação industrial. Por esse motivo, o processo de desconcentração industrial privilegiou as regiões de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista, que juntas eram responsáveis por 78,72% da produção industrial, em 1980³.

3 A produção industrial foi medida a partir do valor adicionado fiscal (V.A.). Ele é calculado pela Secretaria de Estado da Fazenda através da DIPAM (Declaração de Informações de Participações Municipais) e indica quanto foi agregado de valor a uma mercadoria, em um município, ou região.

Tabela 2: Produto Interno Bruto a Custo de fatores do Estado de São Paulo, 1980 - 1996
Em %

Setores e Subsetores de Atividade Econômica	1980	1985	1990	1995	1996
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuário	3,60	5,06	4,60	4,60	4,85
Indústria	43,12	39,70	37,50	36,75	36,17
Extrativa Mineral	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04
Transformação	35,37	32,38	29,60	29,47	28,60
Serviços de Utilidade Pública	1,67	2,40	2,64	2,78	2,78
Construção Civil	6,36	4,48	5,50	4,06	4,74
Serviços	52,44	54,82	57,80	58,64	59,05
Comércio	10,67	10,81	10,12	9,85	9,81
Transportes e Comunicações	5,76	6,03	6,38	7,47	7,65
Instituições Financeiras	10,46	10,44	10,42	10,36	10,33
Outros Serviços	24,12	26,43	31,10	30,73	31,02

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

Nota: A soma das parcelas pode não coincidir com o total, em função dos arredondamentos efetuados nos dados parciais.
Dados preliminares.

O recente desempenho econômico, o emprego...

A Região de Ribeirão Preto também teve crescimento da produção industrial em todo o período, mas teve maior participação a implantação da agroindústria da cana-de-açúcar do que a desconcentração de indústrias a partir da Região metropolitana. Nas outras regiões o crescimento da participação na produção da indústria do estado foi bem mais modesto e baseado em setores industriais de menor complexidade.

Tabela 3: Indústria de transformação - participação regional estado de São Paulo - Região Metropolitana e Regiões Administrativas - 1980 -1995.

Indústria de Transformação	Participação no Total Estado			
	1980	1985	1990	1995
R. M. S. P.	64,09	57,39	58,11	52,86
INTERIOR	35,91	42,61	41,89	48,14
R. A. de REGISTRO	0,08	0,15	0,12	0,13
R. A. de SANTOS	4,24	4,06	2,61	3,22
R. A. de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	4,98	6,33	6,35	8,75
R. A. de SOROCABA	3,96	4,92	4,92	5,23
R. A. de CAMPINAS	15,09	17,45	19,22	21,48
R. A. de RIBEIRÃO PRETO	1,12	1,63	1,19	1,90
R. A. de BAURU	1,10	1,38	1,21	1,51
R. A. de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0,56	0,67	0,95	1,00
R. A. de ARAÇATUBA	0,33	0,49	0,66	0,65
R. A. de PRESIDENTE PRUDENTE	0,36	0,41	0,35	0,36
R. A. de MARÍLIA	0,54	0,80	0,87	0,81
R. A. de CENTRAL	1,78	2,28	1,75	1,76
R. A. de BARRETOS	0,42	0,68	0,51	0,48
R. A. de FRANCA	0,74	0,93	1,18	0,85
TOTAL ESTADO DE SÃO PAULO*	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: DIPAM (vários anos) - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - Dados Básicos

O movimento de interiorização da indústria prosseguiu em toda a década de 80. A Região Metropolitana de São Paulo, que, em 1980, era responsável por 64,09% do valor adicionado (VA) industrial, chegou em 1990 respondendo por 58,11%. No interior, a Região Administrativa que mais aumentou sua participação foi a de Campinas, que passou de 15,09% para 19,22%, no mesmo período. A seguir, a RA de São José dos Campos ampliou sua participação de 4,98% para 6,35% e a RA de Sorocaba, passou de 3,96% para 4,92%, no mesmo período. Quem mais perdeu posição na década foi a RA de Santos, que viu declinar sua participação na composição do VA da indústria de transformação de 4,24% para 2,61% do V.A no total na indústria de transformação do estado, entre 1980 e 1990. Na década de 90 este processo de desconcentração foi reforçado e, em 1995 a Região Metropolitana havia reduzido ainda mais sua participação na produção da indústria de transformação estadual, respondendo por 51,86%. No interior a R.A. de Campinas continuou tendo o maior crescimento proporcional e respondia por mais de 40% da produção da indústria interiorana (20,48% da produção estadual). A região com a segunda maior taxa de participação na produção industrial do estado é o Vale do Paraíba, com 8,75%, em 1995.

Ao que parece, a indústria do interior - com maior participação da agroindústria e de insumos básicos voltados à exportação - foi menos sujeita às crises econômicas. Por outro lado, a indústria metropolitana - com forte concentração de bens duráveis de alto valor agregado, como a indústria automobilística, por exemplo, é bem mais sensível às flutuações do nível de atividade, com quedas fortes no períodos recessivos, mas também com maior capacidade de resposta na retomada do crescimento.

O fato a destacar é que, apesar da produção industrial ter um crescimento proporcional em todas as regiões do interior, continuou havendo concentração da indústria em algumas regiões. Entre 1980 e 1995 a RMSP perdeu pouco mais de 12% de participação, na produção industrial do estado (passou de 64,09% para 51,86%). No mesmo período as regiões industrializadas próximas à metrópole - Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba - tiveram juntas um acréscimo de mais de 10% em sua participação, e em 1995 eram responsáveis por 38,68% da produção industrial estadual. Isso significa que nas

quatro regiões, em conjunto, é produzido mais de 70% da produção industrial do interior paulista.

Junto com o processo de interiorização da indústria houve uma profunda alteração na estrutura do emprego do interior, com a interiorização do emprego industrial e o surgimento de um setor de serviços moderno, de apoio à produção industrial, que se desenvolveu impulsionado pela urbanização.

Esse processo de interiorização do emprego, marcado pela reorganização das atividades econômicas, alterou os movimentos populacionais no território paulista. Contribuiu para inverter as tendências quanto aos ritmos de geração de emprego no interior e para que as taxas de crescimento da população urbana nas regiões de maior crescimento ultrapasassem, desde o início dos oitenta, as verificadas na Região Metropolitana de São Paulo.

A Estrutura da Indústria Paulista

Quanto à composição setorial da indústria de transformação paulista, os ramos industriais que, isoladamente, mais cresceram sua participação na composição do valor adicionado foram o de Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre (onde é computada toda a produção de álcool, inclusive o anidro e o hidratado); o de Produtos Farmacêuticos; Produtos Alimentícios; e de Material de Transportes que cresceram 3,15 e 1,51 vezes os dois primeiros e 1,34 e 1,29 vezes os dois últimos, respectivamente.

É importante destacar que, apesar de algumas R.As. terem uma estrutura industrial parecida com a da Região Metropolitana de São Paulo, no geral, no interior, a forte presença da agroindústria e da indústria de insumos básicos na produção a diferencia da indústria metropolitana, que, por sua vez, tem grande concentração na produção de bens duráveis de consumo, com destaque para a metal-mecânica.

Isoladamente, a maior participação é do ramo de Material de Transportes, onde está a indústria automobilística, que representou, sozinha, 16,07% da indústria paulista, seguida pela Química, Indústria de Alimentos, Metalúrgica e Material Elétrico e de Comunicações, que participam com 11,8%, 10,17% e 8,07% respectivamente.

Tabela 4: Indústria de transformação - estrutura e participação regional total do Estado de São Paulo (1980, 1985, 1990 e 1995).

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	ESTRUTURA INDUSTRIAL (%)				CRESCIMENTO
	1980	1985	1990	1995	
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - GRUPO I					
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	7,60	9,05	8,20	10,17	1,34
PRODUTOS TEXTÉIS	6,42	7,04	5,71	3,73	0,58
PRODUTOS FARMACÊUTICOS, MÉDICOS E PERFUMARIA	3,46	3,72	3,71	5,21	1,51
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	3,81	3,98	5,26	3,45	0,90
BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCÓOLICOS E VINAGRE	1,18	1,72	2,02	3,73	3,15
MOBILIÁRIOS	1,33	1,19	1,05	1,02	0,77
EDITORIAL E GRÁFICA	1,63	1,16	1,85	2,46	1,50
PRODUTOS DO REINO VEGETAL-IN NATURA	0,70	0,47	0,42	0,39	0,56
PROD. DO REINO VEGETAL-IN NATURA-FRIGORÍFICOS	10,76	0,63	0,70	1,25	1,65
FUMO E PRODUTOS DERIVADOS	0,18	0,28	0,13	0,26	1,47
Total das Indústrias do Grupo I	27,06	29,25	29,05	31,68	1,17
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - GRUPO II					
METALÚRGICA	13,32	13,25	10,93	9,03	0,68
PRODUTOS QUÍMICOS	12,17	11,00	12,49	11,80	0,97
PRODUTOS MINERAIS NÃO-METÁLICOS E CIMENTO	4,09	3,93	3,46	3,38	0,83
PAPEL E PAPELÃO	3,57	3,80	4,02	5,05	1,42
MATERIAL PLÁSTICO	2,71	2,71	3,46	2,96	1,09

O recente desempenho econômico, o emprego...

PRODUTOS DE BORRACHA	1,50	2,01	2,00	1,91	1,28
ARTIGOS E ARTEFATOS DE MADEIRA	0,74	0,57	0,56	0,52	0,71
PEDRA E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0,13	0,10	0,12	0,10	0,77
COURO, PELE E PRODUTOS SIMILARES	0,23	0,29	0,33	0,24	1,04
Total das Indústrias do Grupo II	38,44	37,67	37,37	34,99	0,91
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - GRUPO III					
MATERIAL DE TRANSPORTE	12,47	11,49	12,93	16,07	1,29
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	9,59	8,92	8,19	8,07	0,84
PRODUTOS MECÂNICOS	8,25	7,22	7,03	6,37	0,77
DIVERSOS (I E III)	1,21	1,56	1,40	1,14	0,95
DIVERSOS (II)	2,62	3,53	3,80	1,53	0,58
OUTRAS INDÚSTRIAS	0,37	0,38	0,24	0,15	0,42
Total das Indústrias do Grupo III	34,50	33,09	33,58	33,33	0,97
SÍNTESE DA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO					
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO					
Total das Indústrias do Grupo I	27,06	29,05	29,05	31,68	1,17
Total das Indústrias do Grupo II	38,44	37,67	37,37	34,99	0,91
Total das Indústrias do Grupo III	34,50	33,09	33,58	33,33	0,97
TOTAL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	100,00	100,00	100,00	100,00	0,97

Fonte: DIPAM (vários anos) - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - Dados Básicos

Nota: Grupo I = Indústria de Bens Não Duráveis de Consumo

Grupo II = Indústria de Bens Intermediários

Grupo III = Indústria de Bens Duráveis de Consumo e Indústria de Bens de Capital

Houve, no período, uma redução da participação das indústrias do Grupo III - Indústria de Bens Duráveis de Consumo e de Bens de Capital, entretanto, chama atenção a manutenção da metal-mecânica (material de transportes e produtos mecânicos) como o conjunto de setores de maior participação na composição do Valor Adicionado. Chama atenção, também, a redução da participação do setor de material elétrico e de comunicações - justificada pelo deslocamento de muitas plantas da indústria eletrônica para a Zona Franca de Manaus, nos anos 80.

A indústria de bens intermediários é fornecedora de insumos industrializados para a produção de bens finais. Atende à demanda empresarial, motivo pelo qual é um dos setores onde primeiro se abate a crise em épocas de restrição ao consumo, pois, são reduzidas as encomendas. É uma indústria com plantas de grande porte, com produtos padronizados e organizadas em linha de produção. O setor que mais cresceu, no grupo II, foi o da indústria de papel e papelão. A capacidade produtiva do setor foi ampliada pela implantação de novas fábricas ou reforma e ampliação das já existentes. A indústria de produtos de borracha e a de material plástico também tiveram ampliadas suas participações na produção industrial estadual. Estes setores tiveram como característica comum uma elevada incorporação de inovações tecnológicas em seus processos produtivos e grande parte de suas produções voltadas ao mercado externo.

Houve uma ampliação da participação do Grupo I - Indústria de Bens não Duráveis de Consumo, com destaque para o complexo agroindustrial (produtos alimentícios; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagre; e produtos do reino animal) num período que não somente inclui o auge do Proálcool, a transformação da laranja em mercadoria de exportação, com a implantação da indústria de processamento de sucos, como também a agroindústria de oleaginosas, centrada basicamente no esmagamento de grãos e refino do óleo de soja. Este grupo localiza-se, em grande medida, no interior do estado.

A AGROPECUÁRIA PAULISTA.

Alguns Antecedentes para o Entendimento da Estrutura Produtiva da Agricultura Paulista:

Durante a década de setenta a agricultura paulista, como o conjunto da agricultura brasileira, passou por fortes mudanças, impulsionadas pelo acelerado processo de urbanização, pelos incentivos governamentais e também pela criação do Programa Nacional do Alcool - Proálcool. Sua base técnica passou por um conjunto de transformações, através da ampliação da mecanização, da intensificação do uso de insumos químicos e biológicos e da introdução de novas variedades de culturas e de raças animais - que contribuíram para a ampliação da produtividade do trabalho e do próprio rendimento da terra.

Entre as principais modificações estruturais na produção agrícola, no processo de circulação de mercadorias, no sistema de financiamento e nas relações sociais de trabalho destacam-se "a interligação cada vez maior de processos mecânicos; intensificação na utilização de modernos insumos químicos; introdução de novas variedades de culturas e de ração de animais; redefinição das relações do capital comercial tradicional possibilitando a ampliação da capacidade de armazenamento da produção e de seus transportes; o financiamento da atividade agropecuária mediante o crédito oficial subsidiado com juros negativos permitindo ainda mais o crescente grau de tecnificação e, por último, as modificações nas relações de trabalho com a substituição do trabalho permanente pelo temporário, aumentando a importância do trabalho assalariado" Negri (1994: 205 e 206).

No Estado de São Paulo, na década de setenta, os produtos alimentares sofreram, de maneira geral, uma sensível redução de sua participação tanto em área cultivada, quanto no volume de produção, enquanto aqueles articulados em modernos complexos agro-industriais, de alguma maneira ligados ao comércio exterior, ampliaram. Esse movimento refletiu a política federal adotada para o setor, que procurou, incentivar a produção de setores agroindustriais de elevado dinamismo, ao mesmo tempo que ampliava significativamente a rede de infra-estru-

tura necessária para melhorar as condições de competitividade das exportações dos produtos agrícolas processados ou semiprocessados.

O Desempenho da Agropecuária Paulista nos Anos 70

No início dos 70, a principal cultura no Estado de São Paulo, em área cultivada, era de milho, seguida do café, cana-de-açúcar, arroz e algodão. Essas culturas ocupavam 26,5%; 14,1%; 13,3%; 11,8% e 10,5% da área ocupada pelos 20 principais produtos, respectivamente. Chama atenção também a reduzida participação do cultivo de laranja e soja (3,3% e 1,2%).

As Culturas Ligadas a Complexos Agroindustriais

O principal movimento da década de 70 foi a ampliação da área plantada com cana-de-açúcar e com laranja (85,24% e 183,13%, respectivamente). Sua importância, para além da área ocupada com essas culturas, está no fato de serem parte dos dois maiores complexos agroindustriais paulistas. Com grande participação no processo de desenvolvimento do interior nas duas últimas décadas, a implantação de ambos se deu em anos distintos, mas os dois na década de setenta.

A ampliação da área de cana foi incentivada pelo início da implantação do Programa Nacional do Alcool em 1975, criado após a crise mundial de petróleo de 1974, com o objetivo de reduzir a dependência do país à importação de combustíveis fósseis e criar uma fonte alternativa e renovável, com tecnologia nacional.

O plantio da laranja foi incrementado em função do início da implantação de um conjunto de unidades processadoras de suco, voltadas quase exclusivamente ao mercado externo, já mais ao final da década.

Soja e Trigo: Novas Culturas Introduzidas

A política governamental de incentivo a cultura de agro exportáveis, fez com que, ao final daquela década (triênio 1979-81) a área plantada

com soja tivesse sido ampliada em 721%, sendo grande parte do incremento localizado na Divisão Regional Agrícola -DIRA de Ribeirão Preto. Dos fatores que favoreceram a expansão da soja, merecem destaque: o aumento da demanda dos mercados interno e externo, possibilidade de combinação da produção soja-trigo na seqüência do ano agrícola, possibilidade de mecanização agrícola em praticamente todas as operações do cultivo, benefícios dos programas de crédito à produção e comercialização do produto, bem como do apoio recebido nos serviços de assistência técnica e de pesquisa.

A possibilidade de combinação do cultivo de soja e trigo no mesmo ano agrícola, que era uma cultura inexpressiva (ocupando 0,35% da área cultivada pelas principais culturas) no início da década, fez crescer em 777% a área plantada com o trigo, que passou a representar quase 3% da área cultivada no final dos 70. Mas quase todo o incremento de área de plantio de trigo foi concentrado na DIRA de Marília, mais especificamente nas regiões de Assis e Ourinhos, que tinha seu cultivo consorciado ao da soja. Entretanto o cultivo de soja descolou-se do trigo e passou a ser plantado em outras áreas do estado. A principal área de cultivo da soja passou, em poucos anos, a ser a Região de Ribeirão Preto, onde os produtores de cana-de-açúcar passaram a adotá-la nos períodos de rotação de cultura⁴.

Assim, é importante já observar que o plantio de soja desenvolveu-se no Estado, a partir de dois eixos de penetração distintos. Na região de Assis/Ourinhos sua expansão se deu a partir da extrapolação da fronteira paranaense. Interessante que se registrava um movimento oposto ao ocorrido no período de colonização do chamado "norte" do Paraná, quando o cultivo do café alcançou aquele estado exatamente a partir do ponto que agora entrava o cultivo da soja (e também o do trigo), numa trajetória inversa a do período de expansão da cultura cafeeira. Naquela região a soja veio consorciada ao cultivo do trigo. A outra área de cultivo da soja é a Região de Ribeirão Preto, pela necessidade de rotação de culturas no cultivo da cana-de-açúcar.

4 A recomendação técnica estipula a rotação de cultura a cada quatro anos, para não exaurir os nutrientes do solo. Assim sempre, 25% da área destinada ao plantio da cana está sendo cultivada com outros cultivares. A opção de rotação tem sido feita com leguminosas, basicamente, feijão, soja ou amendoim, pois essas fixam o nitrogênio no solo eliminando a necessidade de adubação no plantio da próxima safra.

O Café e o Algodão: culturas tradicionais

O cultivo do café, impulsionado pela elevação do preço da saca no exterior e, principalmente, pela política de estímulo à racionalização da lavoura cafeeira ampliou sua participação para 16,2%. Outro produto exportável tradicional, o algodão, teve sua área de plantio reduzida em 54%, caindo de 10,5% para 4,37% sua participação na área cultivada pelas principais culturas. Isso se deu em parte pelo avanço do cultivo da cana sobre as áreas do algodão e também devido à concorrência da soja, cujos produtos e subprodutos substituíram com vantagens o óleo e o farelo de algodão. De outro lado, o algodão foi deslocado pela forte penetração das fibras sintéticas no mercado têxtil

As Culturas Alimentares

Das lavouras destinadas ao mercado interno, utilizadas tradicionalmente na alimentação, as de arroz e mandioca foram as que observaram maior redução tanto em área como em produção. A produção de feijão, ao contrário, expandiu-se impulsionada por política governamental que procurou ampliar a produção nacional e reduzir a dependência externa após a falta do produto em vários grandes centros observada entre 1977 e 79.

O milho teve sua área de cultivo reduzida em 26,7% mas a produção, em tonelada, viu-se ampliada em mais de 900% durante a década de 70. Essa forte elevação da produtividade da lavoura do milho foi função da introdução de novas variedades, de melhoramentos genéticos, e da modernização das técnicas de cultivo, incentivados por seu uso pela indústria de ração animal.

As Áreas de Pastagens

Outra variação significativa durante os anos 70 foi a redução da área de pastagens (10%), num período em que as principais culturas ampliaram, também em cerca de 10%, sua área de cultivo. Entretanto, a redução se deu só na área de pastagem natural, reduzida em 41,8%, enquanto a área de pastagem cultivada foi ampliada em quase 20%.

A Estrutura Produtiva Atual da Agropecuária Paulista

No início dos anos 80, a cana-de-açúcar passou a ser o principal produto cultivado no interior paulista, seguida do milho, café e soja. As quatro culturas juntas ocupavam 65,6% da área cultivada pelas vinte principais culturas no estado.

A crise dos anos 80 e início dos 90, que tão fortemente se abateu sobre a indústria paulista, impactou diferentemente na agricultura, por diversos motivos. Primeiro, porque, de um modo geral, a política federal de garantia de preços mínimos, mesmo nos períodos nos quais os recursos para financiamento da safra foram insuficientes, serviu para manter uma rentabilidade básica do setor, principalmente para os produtos alimentares. Segundo porque a continuação do Proálcool incentivou a ampliação da área cultivada com cana-de-açúcar contribuindo para a elevação da renda gerada na agricultura. Também pela maior articulação entre agricultura e indústria, onde foi privilegiado o cultivo de culturas agroprocessadas, como a cana, a laranja, o milho e a soja, em detrimento das culturas alimentares, como o arroz, o feijão e a mandioca, por exemplo.

Principais Culturas - Diversificação Produtiva

Se considerados os vinte principais produtos agrícolas cultivados no Estado de São Paulo entre 1980 e 95, o conjunto da área ocupada foi reduzida em 5,9%, passando de 6,1 para 5,7 milhões de hectares. Esse fato não significa que houve no período uma redução do total de área cultivada no estado, mas sim uma maior diversificação, com outras culturas não tradicionais ocupando maior espaço. Essas, por sua vez apresentam um espectro bem variado, com impactos também diferenciados, no que diz respeito à utilização de mão de obra e ao mercado consumidor. Na região de Campinas, por exemplo, tem crescido a área destinada ao cultivo de frutas de mesa, com destaque para goiaba, morango, pêsego, e figo, além da uva. Na região de São José do Rio Preto houve o plantio de seringueiras no início dos anos 80, já em fase de início de produção. Na região de Ribeirão Preto vários produtores adotaram a nós macadâmea, outros a manga e outros o sorgo. Ampliou-se muito durante o período, em quase todo o Estado, o cultivo

em plasticultura, forma intensiva de plantio de espécies como o melão, abóbora, etc., ou hortícolas. Em paralelo, cresceu a produtividade física de vários cultivos, a exemplo da própria cana-de-açúcar e da laranja, cuja produção expandiu-se, apesar da redução da área plantada.

As Áreas de Pastagens

Quanto à área destinada a pastagens, deve-se salientar que se o total manteve-se praticamente o mesmo, houve uma acentuada substituição de parte das pastagens naturais por pastagens cultivadas. Este é outro indicador do avanço da modernização do agro paulista: as pastagens naturais sofreram uma redução de 35% em área, passando de 31% para 20,1% do total da área de pastagens no estado, enquanto as cultivadas ampliaram em 16,7%.

Os Produtos com Elevada Articulação com a Indústria - Cana-de-açúcar, Milho, Soja e Laranja

As principais características da produção agrícola no período 1980-95 foram a ampliação do cultivo de produtos com alto grau de integração com a indústria e a redução da área dos produtos alimentares. Assim, cana-de-açúcar, milho, laranja e soja que ocupavam juntas 3.523 mil ha passaram a 4.564 mil ha, ampliando sua participação no total da área cultivada de 57,70% para 79,40%, no período. Interessante observar que, à exceção da soja, que teve sua área de cultivo reduzida em 4,00% (porém com aumento de 2,80% na produção), as outras culturas tiveram consideráveis incrementos em área cultivada e, principalmente em produção. A cana-de-açúcar ampliou em 62,30% sua área de cultivo e em 135,40% sua produção em toneladas, o milho ampliou em 13,90% e 46,40% e a laranja em 11,50% e 83,10% em área e produção, respectivamente.

Os Produtos Alimentares

Os produtos alimentares arroz, batata, feijão e mandioca reduziram a área de plantio em 35,90% (de 786 mil ha para 504 mil ha) entre 1980 e 95. No conjunto, essas culturas passaram de 12,90% para 8,70% do

total da área cultivada no Estado. A redução no cultivo do arroz se deu tanto em área cultivada (-51,50%) quanto em produção (-23,70%), mas nas outras culturas apesar de ter havido perda de área houve aumento da produção. A produção de batata foi reduzida em 8,30% em área plantada mas teve ampliação de 15,80% em sua produção. O feijão teve redução de 28,70% na área cultivada e aumento de 11,30% na produção e a mandioca -15,30% na área e aumento de 31,80% na produção.

O Café - Grande Redução da Área Plantada

Das culturas mais representativas da agricultura paulista a que teve maior redução nos últimos quinze anos foi o café. Ele que ocupava 414 mil ha (16,20% da área cultivada) no triênio 1979/81, reduziu para 271 mil ha no triênio 1993/95 (4,70% da área cultivada). O café faz parte de um conjunto de culturas que, ao que parece, não receberam nenhum - ou muito baixo - incremento de produtividade no período, reduzindo sua produção quase na mesma proporção da redução da área cultivada.⁵ Algodão, amendoim, trigo e mamona foram os outros produtos a reduzirem significativamente tanto suas áreas cultivadas quanto as quantidades produzidas. Essas cinco culturas, que já ocuparam 34,70% e 26,90% da área cultivada nos triênios 1969/71 e 1979/81, respectivamente, tiveram sua participação reduzida para 9,40% do total da área cultivada no Estado no triênio 1993/95.

A Criação Animal

No que se refere à criação animal, a maior taxa de crescimento do período foi a da carne suína (170%). Interessante observar que a produção de carne bovina cresceu 44,70% e a produção de leite foi ampliada em 60% num período em que a área de pastagens teve um crescimento próximo de zero (0,50%). A ampliação da produção foi possível pela melhoria genética do plantel, pela ampliação da utilização de técnicas

5 Deve-se atentar para o fato de que algumas dessas culturas se transformaram muito no últimos anos, buscando mercados específicos, em geral com produtos de maior qualidade e preço. A exemplo da produção de grãos selecionados de café, alguns produtores têm tido êxito em segmentos demarcados de maior valor adicionado.

artificiais de inseminação e transplante de embriões e pela disseminação das técnicas de confinamento e ordenamento mecânico, além da melhoria da qualidade das próprias pastagens.⁶

A produção de aves para abate, que foi responsável pela mudança nos hábitos alimentares do brasileiro nas décadas de 60/70, e havia crescido 428,60% na década de 70, observou uma taxa de crescimento moderado (24,70%). Sua participação no total de carne produzida no Estado, que vinha seguindo uma trajetória de crescimento nos três períodos anteriores, refluíu passando de 47,60% no triênio 1986/88 para 36,20% em 1993/95.

Outras Características do Período

É importante destacar que, de maneira geral, o aumento de produtividade apresentado pela maioria das culturas está, em parte, relacionado com o crescimento do consumo de fertilizantes, em toneladas de nutrientes (nitrogênio, fósforo e potássio), que observou um aumento acumulado de 25% no período entre 1990 e 1994.

A produção de rações balanceadas também tem observado crescimento significativo nos últimos anos. Se comparados dados referentes a 1994 com o ano de 1985, observa-se que a produção de rações balanceadas cresceu 42%, sendo que as rações destinadas para aves de corte e outros animais (cães, gatos e eqüinos) apresentaram os maiores incrementos, 53% e 230%, respectivamente. Não somente a produção ampliou-se, mas também o consumo de rações aumentou 52% no período 1985-94.

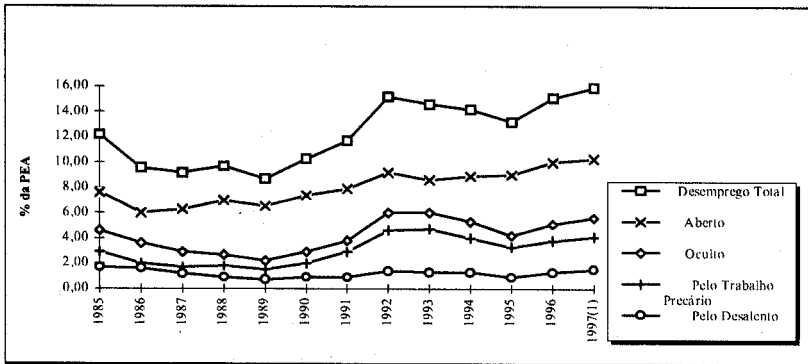
3. O EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO

As estatísticas oficiais sobre desemprego, e modo geral, são muito precárias, entretanto, para a Região Metropolitana de São Paulo, a

6 No lado do consumo, disseminou-se no período o consumo de um conjunto variado de derivados lácteos, que, juntamente com as novas técnicas de embalagem e condicionamento do leite - tipo longa vida, que reduz o custo de transporte e conservação do produto *in natura*, - foram responsáveis pela ampliação do consumo de leite e seus derivados.

pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - realizada pelo Dieese e Fundação Seade, é a fonte de informações mais usada⁷.

Gráfico 3: Taxa de desemprego - 1985 a 1997



Fonte: SEP - Convênio Seade

(1) Dados de janeiro a novembro

Estes dados mostram uma sistemática queda nas taxas de emprego formal, notadamente do emprego industrial, com ampliação das taxas de desemprego. Em 1985 o desemprego, refletindo a profunda crise econômica, estava em 12,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Entre 1986 e 1989, oscilou em torno de 9%, atingindo a menor taxa anual (8,71%) em 1989. Após, passou por um processo de ampliação sistemática chegando a uma média anual de 15,10% da PEA em 1996, elevando-se para 15,9% da PEA na média de janeiro a novembro de 97. O desemprego aberto era de 4,60% da PEA em 1985, passou para 6,51% em 1989, cresceu sistematicamente, atingiu 10% da PEA em 1996, ampliando-se para 10,30% em 1997.

7 A Fundação Seade, e o Dieese, entidade civil de assessoramento ao movimento sindical, realizam um acompanhamento mensal da ocupação na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Apesar de cobrir, espacialmente, só a RMSP, a PED é o melhor indicador do que está acontecendo no Estado de São Paulo.

Tabela 8: Estimativa da população total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desempregada na Grande São Paulo - 1985-1987.

Populações	Em 1.000 Pessoas												
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 ⁽¹⁾
População Total					14.804	15.078	15.358	15.642	15.897	16.070	16.309	16.545	16.771
População em Idade Ativa	10.562	10.758	10.979	11.254	11.541	11.897	12.259	12.574	12.891	13.146	13.453	13.687	13.914
População Economicamente													
Ativa	6.369	6.659	6.774	6.911	7.052	7.162	7.515	7.793	7.915	7.980	8.220	8.459	8.585
Ocupados	5.592	6.020	6.151	6.241	6.438	6.424	6.636	6.558	6.759	6.847	7.135	7.182	7.220
Indústria	1.834	2.089	2.079	2.010	2.125	2.004	1.878	1.731	1.703	1.732	1.762	1.623	1.523
Comércio	788	834	892	880	953	1.028	1.082	1.069	1.102	1.157	1.213	1.235	1.220
Serviços	2.276	2.372	2.454	2.596	2.659	2.730	2.980	3.017	3.224	3.211	3.396	3.490	3.624
Outros ⁽²⁾	694	716	726	755	701	662	696	741	730	746	736	834	853
Desempregados	777	639	623	670	614	738	879	1.175	1.156	1.133	1.085	1.277	1.365
Aberto	484	399	427	484	459	530	594	711	681	710	740	846	884
Oculto	293	240	196	186	155	208	285	464	475	423	345	431	481
Pelo Trabalho	185	133	115	124	106	143	218	356	372	319	271	321	129
Precário													
Pelo Desalento	108	107	81	62	49	65	67	108	103	104	74	110	129
Inativos	4.193	4.099	4.205	4.345	4.489	4.735	4.744	4.841	4.976	5.166	5.233	5.228	5.329

Fonte: SEP - Convênio Seade - Dieese

Notas: (1) Dados de janeiro a novembro

(2) Englobam Construção Civil, Serviços Domésticos, etc.

Entre 1985 e 1997, a participação da indústria foi reduzida de 32,80% para 21,09% do total de ocupados, enquanto os ocupados no comércio e no setor serviços (exclusive serviços domésticos) tiveram um crescimento de 14,09% para 16,90% e de 40,70% para 50,19% respectivamente. Porém, parte do incremento observado no setor serviços deve ser explicado pelo processo de terceirização na indústria.

Em que pese a retomada no crescimento econômico nacional, pós 93, as estatísticas de emprego mostram contínua redução relativa nos postos de trabalho, com crescimento do desemprego.⁸ Há, também, uma crescente precarização dos postos de trabalho, com redução do trabalho assalariado no período⁹.

Em 1994, foi realizada uma pesquisa de condições de vida em todas as cidades com mais de oitenta mil habitantes do Estado de São Paulo. Seus resultados mostraram que, enquanto no total do Estado a taxa de desemprego dos indivíduos de 10 anos e mais estava em 13,80%, na Região Metropolitana já atingia 14,60% e nas cidades do Interior 13,70%. Apesar de ter sido realizada há alguns anos, o resultado da pesquisa mostra que, mesmo um pouco menor no interior, a taxa de desemprego no Estado estava num mesmo patamar, tanto na metrópole, quanto nas cidades do interior¹⁰.

Estrutura do Emprego

Para o total do Estado de São Paulo os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho mostram alteração no perfil do emprego com carteira de trabalho assinada no Estado de São Paulo. O emprego industrial tem se reduzido, tanto em termos relativos quanto em números absolutos. O forte crescimento observado nos postos de trabalho da agropecuária é mais justificado pela ampliação do nível de formalização das relações de trabalho no campo

8 O nível de ocupação cresceu 7,90% entre junho de 1994 e maio de 97, período do último plano de estabilização econômica (Plano Real). No mesmo período a PEA cresceu 8,90% e o desemprego cresceu 14,60% na RMSP. O desemprego vem crescendo também em outras áreas metropolitanas. Em Porto Alegre em abril de 97 o desemprego era 21,10% maior que em junho de 1994, e 30,50% no Distrito Federal.

9 Em treze anos de pesquisa (1985-1997), a PED constatou um crescimento de 97% nos assalariados sem carteira de trabalho assinada (contrato de trabalho ilegal e sem proteção social) e de 84% no número de autônomos.

10 A Pesquisa de Condições de Vida (PCV) foi realizada pela Fundação Seade.

O recente desempenho econômico, o emprego...

do que pela ampliação do número de postos. A construção civil, o comércio e o setor de serviços observaram algum crescimento no período, ampliando suas participações na composição do emprego no Estado.

Tabela 9: Empregados com carteira de trabalho assinada no Estado de São Paulo - 1986-1995

ANO	SETOR						TOTAL
	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	OUTROS	
1986	2.922.504	277.667	907.397	3.158.666	103.373	46.744	0
1990	2.595.021	304.681	982.043	3.186.057	129.654	436.528	0
1994	2.353.444	363.256	1.057.664	3.481.050	305.955	0	276.027
1995	2.201.319	347.096	1.094.085	3.684.960	323.247	57.570	57.570

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais RAIS - MTb-

O setor que passou por maior redução no número de empregos com carteira de trabalho assinada foi a indústria. Entre 1986 e 1995, sofreu uma redução, tendo, no final do período 75,32% do estoque inicial de empregos.

Tabela 10: Índice de crescimento do emprego no Estado de São Paulo 1986-1995

SETOR	ANO		
	1986	1990	1995
INDÚSTRIA	100,00	87,79	75,32
CONSTRUÇÃO CIVIL	100,00	109,73	125,00
COMÉRCIO	100,00	108,23	120,57
SERVIÇOS	100,00	100,87	116,66
AGROPECUÁRIA	100,00	125,42	312,70
TOTAL	100,00	102,93	103,94

Fonte: RAIS/MTb

Os dados da RAIS de 1995 mostram que o emprego industrial é maior, em números absolutos, na região metropolitana que no interior. Entretanto, apesar da RMSP deter 56,63% do total de postos de trabalho na indústria estadual, o emprego industrial tem maior peso relativo na composição regional do interior que na metrópole. Enquanto, no interior do Estado, o emprego industrial representa 30,29% do total estadual de postos de trabalho com vínculo empregatício, na RMSP seu peso era de 27,36%. Estes números dão a dimensão da desconcentração do emprego industrial nos últimos anos.

O setor de serviços, diferentemente, ainda apresenta alto grau de concentração de empregos na RMSP (65,02% do emprego do setor). Seu peso relativo na composição regional do emprego do interior, também é bem inferior que o seu correspondente da metrópole. O emprego no setor de serviços é responsável por 53,15% do total do emprego na RMSP e por 40,08% no interior.

Tabela 11: Trabalhadores com vínculo empregatício formal por setor de atividade econômica região metropolitana e interior do Estado - 1995

SETOR	NÚMEROS ABSOLUTOS			DISTRIBUIÇÃO		COMPOSIÇÃO	
	RMSP	INTERIOR	TOTAL DO ESTADO	RMSP	INTERIOR	RMSP	INTERIOR
INDÚSTRIA	1.246.582	954.737	2.201.319	56,63	43,37	27,36	30,29
CONSTRUÇÃO CIVIL	224.781	122.315	347.096	64,76	35,24	4,93	3,88
COMÉRCIO	610.832	483.253	1.094.085	55,83	44,17	13,41	15,33
SETOR DE SERVIÇOS	2.421.632	1.263.328	3.684.960	65,72	34,28	53,15	40,08
SETOR PRIMÁRIO	17.132	306.115	323.247	5,30	94,70	0,38	9,71
SETOR IGNORADO	35.661	21.909	57.570	61,94	38,06	0,78	0,70
TOTAL GERAL	4.556.620	3.151.657	7.708.277	59,11	40,89	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTb 1995

A participação da Região Metropolitana na composição do emprego formal do estado de São Paulo é, mais que proporcional à sua participação na produção da indústria de transformação. Isso denota que a indústria do interior tem ampliado sua participação na produção sem que o número de empregos cresça na mesma proporção.

Em 1995 a RMSP respondia por 56,82% dos empregos industriais, e era responsável por 51% da produção industrial do Estado. Os setores com maior concentração do emprego na metrópole são a indústria farmacêutica (82,34%), a de plásticos (75,12%), a de Borracha (67,71%), a de material elétrico e de comunicações (66,57%) e a indústria química (63,61%).

No interior a maior concentração relativa de emprego industrial está nos setores de bebidas, alimentos, madeira, metais não metálicos e couro e peles.

Tabela 12: Trabalhadores com vínculo empregatício formal na indústria de transformação da região metropolitana de São Paulo: interior e total do Estado - 1995

SETOR	NÚMEROS ABSOLUTOS			DISTRIBUIÇÃO		COMPOSIÇÃO	
	RMSF	INTERIOR	TOTAL DO ESTADO	RMSF	INTERIOR	RMSF	INTERIOR
INDÚSTRIA NÃO METÁLICOS	34.323	51.943	86.266	39,79	60,21	2,90	5,77
INDÚSTRIA METALÚRGICA	153.351	88.474	241.825	63,41	36,59	12,94	9,83
INDÚSTRIA MECÂNICA	102.454	74.418	176.872	57,93	42,07	8,65	8,26
INDÚSTRIA DE MAT. ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	83.831	42.099	125.930	66,57	33,43	7,07	4,68
INDÚSTRIA MATERIAL DE TRANSPORTES	143.598	73.956	217.554	66,01	33,99	12,12	8,21
INDÚSTRIA DE MADEIRA	8.600	18.983	27.583	31,18	68,82	0,73	2,11
INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO	23.845	22.239	46.084	51,74	48,26	2,01	2,47
INDÚSTRIA DE PAPEL	38.546	26.564	65.110	59,20	40,80	3,25	2,95
INDÚSTRIA DE BORRACHA	33.334	15.899	49.233	67,71	32,29	2,81	1,77
INDÚSTRIA DE COURO E PELES	8.389	12.226	20.615	40,69	59,31	2,81	1,36
INDÚSTRIA QUÍMICA	64.329	36.802	101.131	63,61	36,39	5,43	4,09
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA E VETERINÁRIA	24.221	5.196	29.417	82,34	17,66	2,04	0,58
INDÚSTRIA PERFUME, SABÃO	22.392	13.445	35.837	62,48	37,52	1,89	1,49
INDÚSTRIA DE PLÁSTICO	73.800	24.448	98.248	75,12	24,88	6,23	2,72
INDÚSTRIA TÊXTIL	60.328	66.500	126.828	47,57	52,43	5,09	7,39
INDÚSTRIA VESTUÁRIOS E CALÇADOS	107.309	86.907	194.216	55,25	44,75	9,06	9,65
INDÚSTRIA DE ALIMENTO	88.528	161.361	249.889	35,43	64,57	7,47	17,92
INDÚSTRIA DE BEBIDAS	12.743	44.794	57.537	22,15	77,85	1,08	4,97
INDÚSTRIA DE FUMO	2.629	372	3.001	87,60	12,40	0,22	0,04
INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	69.334	18.133	87.467	79,27	20,73	5,85	2,01
INDÚSTRIA DIVERSAS	29.103	15.713	44.816	64,94	35,06	2,46	1,74
TOTAL DA INDÚSTRIA	1.184.987	900.472	2.085.459	56,82	43,18	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTb 1995

Na composição regional do emprego na indústria do interior o setor que gera maior número de postos de trabalho é a indústria de alimentos (17,92%), seguida da indústria metalúrgica e de vestuário e calçados, com 9,83% e 9,65%, respectivamente.

O fato da indústria do interior ter uma maior participação na geração do valor agregado que na geração dos empregos, em cada setor, indica que as plantas do interior, provavelmente por serem de implantação mais recente, trabalham com índices de produtividade mais elevados que a média estadual. As plantas industriais da RMSP, mais antigas, necessitam de um maior número de empregados para a produção.

4. A LOCALIZAÇÃO DE NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Para compreender as possibilidades abertas para cada uma das regiões do estado, é importante atentar para as novas estratégias de localização que estão sendo adotadas pelas empresas transnacionais que têm tomado a decisão recente de se instalar no Brasil ou pelas empresas que procuram ampliar sua capacidade produtiva, bem como é preciso avaliar o impacto da retomada do crescimento sobre o parque produtivo já instalado. Isso porque, se ao longo período de recessão, os segmentos industriais mais modernos puderam se proteger através de diversas estratégias, como a redução do pessoal ocupado, a racionalização da produção e a ampliação da capacidade ociosa planejada, a retomada do crescimento abre novas perspectivas.

Com a recuperação do nível de atividade, após 1993, a principal resposta imediata foi dada exatamente por aqueles segmentos voltados aos bens de consumo duráveis e com grande capacidade ociosa, a exemplo da indústria automobilística e da eletroeletrônica. A forte recuperação da produção nesses segmentos, em que é muito acentuada a participação de São Paulo no total nacional, explica, inclusive, uma certa interrupção do processo de desconcentração industrial e a manutenção da participação do Estado no valor de

transformação industrial do País, medido pelo IBGE nas pesquisas industriais anuais. Em paralelo a estes segmentos, a expansão do consumo também favoreceu em muito a produção da indústria alimentar, de bebidas e de outros bens não duráveis de consumo, ainda que grande parte do aumento do consumo em setores como têxtil e vestuário tenha sido coberto por importações.

Além disso, sem dúvida, a estabilização da economia associada à existência de considerável volume de capitais internacionais que busca oportunidades de investimento e novos mercados, têm propiciado a retomada do crescimento econômico e ampliado o interesse de grandes empresas transnacionais por se localizarem no Brasil.

A retomada do investimento industrial, mesmo que em proporções ainda reduzida, colocou em destaque uma outra face dessa mesma discussão, sintetizada na disputa pela localização industrial. Praticamente todos os estados da federação montaram programas de incentivos e subsídios com objetivo de ampliar suas vantagens comparativas e conseguir atrair novas indústrias para seu território. Os programas de incentivos criados pelos estados, via-de-regra, procuram compensar a inexistência de vantagens estruturais ou sistêmicas da competitividade, presentes basicamente em São Paulo, em algumas regiões de seu entorno e em outros poucos estados.

As Vantagens Locacionais do Estado de São Paulo

Destacam-se, como aspectos centrais nas vantagens locacionais do Estado de São Paulo frente às demais regiões brasileiras, o parque produtivo já instalado, o mercado de trabalho com abundância de profissionais formados e capacitados para exercer as mais diversas atividades; a infra-estrutura existente, principalmente as modernas rodovias, a grande concentração de instituições de ensino e pesquisa de alto nível, tanto na formação universitária quanto no ensino técnico profissionalizante; e uma gama extensa de serviços de apoio à produção. Esses são fatores fundamentais e que estão substituindo os antigos requisitos de mão-de-obra barata e matéria-prima abundante.

As Intenções de Investimento

É interessante observar que entre as intenções de investimento anunciadas para São Paulo e Brasil para os próximos anos, a participação de São Paulo no total nacional é elevada exatamente em segmentos com maior densidade tecnológica, a exemplo de instrumentos hospitalares, informática, eletrodomésticos, material eletrônico e de comunicações, tratores e máquinas agrícolas, autopeças, máquinas e equipamentos e veículos automotores. Assim, mesmo que seja possível que continue ocorrendo uma desconcentração industrial, com menor peso da indústria paulista, em São Paulo ainda estarão concentrados os segmentos mais dinâmicos da indústria nacional, bem como uma grande parte do agribussines mais rentável do País.

A Localização dos Novos Investimentos

O fato que chama a atenção na relação dos novos investimentos anunciados para o Estado de São Paulo é que esse novo fluxo de investimentos está privilegiando o interior do Estado, num processo de continuação da interiorização do desenvolvimento iniciado em meados dos anos setenta. A opção pelo interior se explica pela tendência de se homogeneizarem as vantagens de localização entre a Região Metropolitana de São Paulo e parte do interior. Assim, pode-se dizer que os novos investimentos tendem a assumir uma forma desconcentrada. Ou seja, não estão se dirigindo somente para a Região Metropolitana, mas abarcam uma área mais ampla, que contém diversas regiões do interior paulista.¹¹

11 Não há nenhuma semelhança entre as teses aqui apresentadas e a idéia de desindustrialização da metrópole paulista. Pelo contrário, a perda relativa de participação na produção industrial do Estado está restrita basicamente à capital, que, sem dúvida, tem ampliado suas feições de cidade terciária. Mesmo assim, o parque industrial lá instalado a mantém como a cidade brasileira de maior produção industrial. Ou seja, mesmo relativamente reduzida, a produção industrial do município de São Paulo é superior à de qualquer outro Estado da Federação, além do Estado de São Paulo. Esta é uma peculiaridade brasileira, pois aqui o centro financeiro e terciário de maior importância segue tendo também a maior produção industrial, sem apresentar obsolescência em seu parque industrial.

Valor das intenções de investimento na indústria: Brasil e Estado de São Paulo - 1997-2005

ATIVIDADE PRINCIPAL	Valores Absolutos (milhões US\$)			Composição Setorial (%)		Participação de São Paulo (%)
	SP	BR	BR	SP	BR	
EXTRATIVA MINERAL	15,00	10.949,60		0,10	11,70	0,10
AUTOPEÇAS	1.325,30	2.927,30		6,10	3,10	45,30
BEBIDAS	120,00	8.659,40		0,60	9,20	1,40
CALÇADOS E ARTEF. DE COURO	0,00	288,30		0,00	0,30	0,00
EDITORIAL E GRAFICA	30,00	226,60		0,10	0,20	13,20
ELETRDOMESTICOS	136,80	275,60		0,60	0,30	49,60
FUMO	0,00	1.239,60		0,00	1,30	0,00
INFORMÁTICA	1.280,00	2.255,70		5,90	2,40	56,70
INSTRUMENTOS HOSPITALARES	169,00	292,90		0,80	0,30	57,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	262,50	584,90		1,20	0,60	44,90
MAT. DE TRANSPORTE	0,00	350,10		0,00	0,40	0,00
MAT. ELETRICO	0,00	109,50		0,00	0,10	0,00
MAT. ELETRÔNICO E COMUM.	1.294,00	2.661,00		6,00	2,80	48,60
MAT. PLASTICO E BORRACHA	371,80	1.178,00		1,70	1,30	31,60
METALURGICA	2.180,00	11.069,40		10,10	11,80	19,70
MINERAIS NAO METÁLICOS	1.106,00	3.513,50		5,10	3,70	31,50
MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS	0,00	379,20		0,00	0,40	0,00
PAPEL E CELULOSE	1.286,80	9.503,20		6,00	10,10	13,50
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	1.226,00	5.495,70		5,7	5,90	22,30
PRODUTOS DE MADEIRA	70,00	204,20		0,30	0,20	34,30
PRODUTOS QUÍMICOS	5.672,40	17.660,50		26,30	18,80	32,10
PRODUTOS TÊXTEIS	470,00	3.472,40		2,20	3,70	13,50
RECICLAGEM	27,00	27,00		0,10	0,00	100,00
TRATAORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS	268,80	568,90		1,20	0,60	47,20
VEÍCULOS AUTOMOTORES	4.259,00	9.795,10		19,70	10,40	43,50
VESTUÁRIO	0,00	138,50		0,00	0,10	0,00
TOTAL	21.570,40	93.826,10		100,00	100,00	23,00

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, Secretaria de Política Industrial, Brasil: Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento.

O recente desempenho econômico, o emprego...

Graças às condições estruturais existentes no interior - infra-estrutura, transportes, comunicações, proximidade do mercado consumidor, existência de mão-de-obra qualificada e de centros de pesquisa e ensino, dentre outras -, esse espaço tem sido o mais procurado pela nova indústria. Tem peso, também, na decisão locacional as deseconomias de aglomeração, existentes na metrópole e ainda não presentes no interior.

Faz-se necessário, entretanto, lembrar que este processo não deverá ser homogêneo em todo o Estado, mas privilegiará as regiões mais industrializadas, com trabalho conjunto entre as instituições públicas de pesquisa e a iniciativa privada e contíguas aos grandes eixos de ligação da metrópole com o restante do país. Assim, as Regiões Administrativas de Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba, Central (São Carlos e Araraquara) e Ribeirão Preto já têm sido as mais privilegiadas. As RAs de Bauru e São José do Rio Preto, por se localizarem em importantes eixos de ligação com o oeste do estado e a região centro-oeste do país, deverão ser secundariamente privilegiadas, enquanto as outras regiões deverão prosseguir tendo sua dinâmica econômica baseada na agroindústria ou, no caso da RA de Santos, na indústria e no setor terciário.

Há que ser destacado, também, que as fronteiras estaduais não constituem limites à localização industrial. Ao contrário, a concessão de incentivos e benefícios por estados vizinhos pode determinar a migração ou o transbordamento da localização para porções contíguas ao Estado de São Paulo, também localizadas próximas aos grandes eixos de transporte que ligam à Região Metropolitana de São Paulo, sem contudo perder as vantagens advindas dessa proximidade. Casos recentes de decisões locacionais no município de Resende, no Rio de Janeiro, bem como o recente implante industrial nos municípios do sul de Minas Gerais (Varginha, Pouso Alegre, Poços de Caldas, dentre outros), são exemplos paradigmáticos desta situação.

Na verdade, além dos centros industriais já consolidados de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos, e seus respectivos entornos, a localização de novas atividades econômicas em São Paulo tem se orientado pelos grandes eixos de ligação à capital, privilegi-

ando as cidades com melhor infra-estrutura. São quatro os eixos principais: o primeiro formado pelas rodovias Bandeirantes e Anhangüera, com uma derivação para a Washington Luiz, onde se destacam Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara, Limeira, Piracicaba e Rio Claro. No eixo formado pelas Rodovias Presidente Dutra e Carvalho Pinto, destacam-se Jacareí, Taubaté, Lorena e Guaratinguetá, extrapolando a divisa estadual para alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro. Bauru e Botucatu destacam-se no eixo Castelo Branco/Marechal Rondon. A peculiaridade está no eixo formado pela rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, pelo fato de estar surgindo um novo implante industrial, em grande medida determinado pela proximidade com São Paulo, mas localizado já em território mineiro, principalmente nos municípios de Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas.¹²

A Guerra Fiscal

Tem havido uma ampliação na disputa pela localização industrial, não só entre Estados da Federação, mas também entre as localidades, com a generalização de políticas municipais de atração industrial. Todavia, os incentivos municipais, ainda menos que os estaduais, podem ser necessários, mas não são suficientes para uma estratégia bem sucedida no longo prazo. Para que haja um processo de crescimento local bem sucedido, a ação dos planejadores do desenvolvimento local e regional deve extrapolar a esfera dos incentivos - que são ações típicas - e atuar na criação ou ampliação das vantagens objetivas que o município possa oferecer e que podem dar origem a vantagens estruturais, associadas à implantação de uma eficiência coletiva.

Assim, o investimento dos escassos recursos públicos deve ser canalizado para dotar o município de infra-estruturas sociais adequadas, notadamente educação e saúde, e também para formular e implementar

12 Aqui foram listados os eixos e localidades atualmente privilegiados para a localização de novas atividades econômicas fora dos grandes centros do interior (Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos). Não se pode esquecer, todavia, que a área metropolitana de Campinas - formada basicamente pela Região de Governo de Campinas - tem sido o espaço mais privilegiado para a localização industrial no interior paulista, notadamente pela indústria de alta tecnologia. Além do tradicional eixo de localização industrial formado pela Anhangüera (onde se localizam as cidades de Americana, Hortolândia, Sumaré, Valinhos e Vinhedo), na rodovia Campinas - Mogi-Mirim, Jaguariúna tem recebido grandes investimentos e, na Santos Dumont, Indaiatuba, Salto e Itu tendem a criar um forte eixo industrial articulando Campinas até Sorocaba.

políticas de desenvolvimento urbano que contribuam para a elevação da qualidade de vida, tanto no que diz respeito a um bom atendimento nos serviços públicos básicos quanto à implantação de um padrão ambiental que preserve a natureza. Essas ações, associadas ao empenho político administrativo pela criação de parcerias e trabalho conjunto entre os diversos agentes do desenvolvimento, são as ações fundamentais para tornar o processo de desenvolvimento mais efetivo. Isso porque, na estratégia empresarial de localização de novas atividades, cada vez mais, deixam de ser preponderantes a existência de mão-de-obra abundante e barata, ou de grandes volumes de recursos naturais e os ganhos de escala - tão comuns no "chamado" regime fordista de produção em massa. Agora, a localização passa a ser determinada pela existência de mão-de-obra qualificada, pela possibilidade de constituição de uma rede de fornecedores, por ganhos de escopo, pela proximidade do mercado consumidor, pela possibilidade de uma qualidade de vida amena para seus funcionários, dentre outros.

Esses são os motivos que justificam a escolha da localização de novos empreendimentos estar recaindo em municípios de médio porte. Num futuro próximo, acredita-se que devem continuar prevalecendo os mesmos critérios e as cidades que queiram entrar na disputa por novos investimentos produtivos deverão se preocupar cada vez mais com a criação de vantagens objetivas do que com incentivos fiscais, que, aliás, já são praticamente universais.

5 - À Guisa de Conclusão: As Recentes Mudanças na Indústria Paulista

É importante destacar que a lógica de localização apresentada prevalece, sobretudo, para a grande indústria de bens duráveis de consumo, responsável por parcela significativa dos novos investimentos anunciados.¹³

A indústria de bens intermediários possui uma maior rigidez locacional, quer pelo grande porte das plantas industriais - na indústria química,

¹³ A Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo tem publicado com frequência a relação dos novos investimento anunciados para o Estado. Uma síntese com as informações regionalizadas pode ser encontrada na revista "Você Sabia?" publicada pelo Governo do Estado em julho de 1997.

de materiais plásticos ou de borracha, por exemplo - quer pela necessidade de transporte de grandes volumes de matéria prima - como na indústria de papel e celulose, de artigos e artefatos de madeira, de produtos minerais não metálicos e cimento, dentre outros. Nesse grupo o maior investimento anunciado nos últimos anos no Estado será destinado ao Polo Petroquímico de Paulínia, onde deverão ser investidos cerca de seis bilhões de reais nos próximos anos.

Na indústria de bens não duráveis de consumo observa-se que os diversos ramos e setores têm apresentado estratégias locacionais distintas. A indústria de bebidas, por exemplo, tem optado por descentralizar sua produção localizando novas plantas em cidades que sejam entroncamento dos grandes eixos de transportes, próximas aos mercados consumidores e com adequados mananciais hídricos. Isso tem sido observado, principalmente, nas fábricas de cerveja e refrigerantes, onde a disputa pela conquista de novas faixas de mercado tem se acirrado e a redução nos custos de transportes é uma componente importante nessa estratégia. Também para reduzir custos de transporte, e atraídas por um conjunto de incentivos fiscais oferecidos por outros Estados, a indústria de esmagamento de grãos (soja e milho, principalmente) e a indústria de carnes e derivados (frigoríficos) têm se deslocado de São Paulo para outros Estados, mais próximos aos locais de plantio ou de criação de gado.

Na indústria têxtil tem sido observado um deslocamento de algumas plantas do Estado de São Paulo para o Nordeste, mais especificamente para o Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia. A principal alegação é o custo da mão-de-obra, a redução nos custos de transporte para atingir o mercado os Estados Unidos da América, além dos incentivos fiscais oferecidos pela Sudene.

A indústria alimentícia tem passado por grandes alterações patrimoniais com a entrada no mercado de grandes fabricantes internacionais que têm adquirido plantas e marcas nacionais. Esse movimento não tem alterado de forma significativa a localização da atividade produtiva, ainda que seja previsível que as futuras ampliações estejam determinadas pela proximidade com os mercados consumidores.

Há alguns fatores novos, entretanto, ligados à macro infra-estrutura que podem, de diversas maneiras, alterar a lógica atual de localização das atividades, criando novas vantagens para alguns lugares e reduzindo a de outros. Trata-se da Hidrovia Tietê-Paraná e do Gasoduto Bolívia-Brasil. Principalmente no que se refere à indústria de processamento de produtos primários e em alguns segmentos específicos da indústria naval (de reparos e de construção de barcaças) no caso da hidrovia, ou mesmo em atividades industriais intensivas na utilização de energia.

Hidrovia Tietê-Paraná

A hidrovia Tietê-Paraná, através da qual foram movimentadas mais de 5,0 milhões de toneladas em 1996, afigura-se como um dos principais vetores de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo. A sua excepcional situação geográfica a coloca como principal fator de reordenamento da matriz de transportes da região Centro-Leste brasileira, permitindo o desenvolvimento, em larga escala, da multimodalidade como fator de ganho de competitividade para os produtos transportados.

Considerada a via de integração do Mercosul a configuração da hidrovia lhe permite interligar regiões ricas e diversificadas. Pólos industriais e extensas áreas voltadas ao agribusiness, cortando todo o interior do Estado de São Paulo em direção ao oeste e margeando os Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, é uma importante via de ligação entre as regiões produtoras e consumidoras do interior do Brasil e os países do Mercosul.

O investimentos privados em empreendimentos agrícolas, industriais, comerciais e turísticos multiplicam-se a cada ano em sua área de influência imediata, que compreende 220 municípios, dos quais 70 localizados às margens dos rios.

A Hidrovia integra-se a ferrovias e rodovias constituindo-se na espinha dorsal de um sistema intermodal de transporte de grande importância para o Mercosul, que permitirá o escoamento da produção agrícola do centro-oeste brasileiro, leste da Bolívia, Uruguai e norte da Argentina

para os portos do Atlântico com menores custos, já que o frete fluvial tende a custar quarenta por cento menos que o transporte ferroviário.

Foi viabilizada a partir dos significativos investimentos logísticos realizados nas últimas décadas nos rios Tietê e Paraná, para a construção de hidrelétricas pela Companhia Energética do Estado de São Paulo - Cesp, que é a responsável pela construção e operação da hidrovia. O primeiro trecho navegável foi concluído em 1981, a "Hidrovia do Alcool" de Barra Bonita a Bariri.

Da extensão atual de 2.400 Km, 620 Km estão no rio Tietê e dois tramos no rio Paraná: tramo norte de 399 Km, que vai até São Simão, no Estado de Goiás, e tramo sul de 1381Km, até a barragem de Itaipú. Está projetada para movimentar até 10 milhões de toneladas, em cada sentido, no rio Tietê e até 28 milhões no rio Paraná.

Com investimentos de mais de US\$ 1,5 bilhão aplicados na sua construção, a Cesp estima que nos próximos quinze anos serão realizados investimentos privados de US\$ 8 bilhões na região da hidrovia. Existe a previsão de instalação de diversos pólos hidroindustriais e pólos turísticos nos municípios ribeirinhos, segundo o Plano de Fomento desenvolvido pela Cesp. A instalação do gasoduto Bolívia-Brasil, nessa mesma região, possibilitará a utilização de gás natural e de energia termelétrica pelas indústrias a serem instaladas.

Anualmente, observa-se que há um grande fluxo de paulistas que vão para o nordeste brasileiro. Parte desse fluxo poderia ser redirigido para as margens dos lagos e represas dos rios Tietê, Paraná, Paranapanema, Rio Grande, dentre outros, fazendo aumentar a renda e o nível de emprego nessas regiões.

Existem estudos para a construção de marinas em vários dos nove lagos artificiais que ficam entre Barra Bonita e Itaipu. A Hidrovia tem um grande potencial turístico a ser fomentado, em virtude da beleza natural de grande parte da paisagem que a rodeia. Há riquezas ambientais a serem exploradas, como as oferecidas pelas grandes represas, além da possibilidade inédita para o lazer fluvial.

O Gasoduto Bolívia-Brasil

Obra de mais de 2 bilhões de dólares o Gasoduto trará gás natural da Bolívia para o Brasil. Percorrerá 2.593 Km no lado brasileiro, cortando 122 municípios nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A primeira etapa da obra, inaugurada em janeiro de 1999, liga Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia a Paulínia, na região de Camp[inas] (SP). Seguirá até Guararema na Região Metropolitana de São Paulo, onde se articulará com o gasoduto vindo da bacia de Campos (RJ).

O gasoduto atravessará 86 municípios no Estado de São Paulo. desde Castilho, na Região de Governo de Andradina, no extremo oeste, de onde seguirá margeando o lado esquerdo do Rio Tietê até Ibitinga, na região de Araraquara, onde, atravessará o rio e, após passar por Araraquara e São Carlos, seguirá em direção a Campinas. Nas proximidades de Campinas haverá uma derivação que margeará a Rodovia Santos Dumont em direção a Sorocaba, seguindo o rumo sul até a região de Itapeva, onde entrará no Estado do Paraná. Outra derivação seguirá de Campinas para a Região Metropolitana de São Paulo, até Guararema.

Há uma grande expectativa dos municípios que serão cortados pelo gasoduto, pela possibilidade de adquirirem competitividade para a localização de novos investimentos produtivos em função da possibilidade de oferta de gás natural e de energia termelétrica - abundante e sem os riscos de redução ou queda no fornecimento, como tem acontecido em alguns estados do país com a energia elétrica.

Entretanto, é provável que as vantagens da passagem do gasoduto sejam mais aproveitadas pelos municípios onde há a previsão de *city gates*, que possibilitarão a utilização do gás na região, ou então daqueles que possam se servir da energia termelétrica, gerada a partir do gás natural em usinas a serem instaladas próximas dos *city gates*¹⁴.

¹⁴ City Gates são "saídas" a partir do duto principal que permitem "derivações" do gasoduto em sistemas secundários. Assim, a utilização local do gás natural somente será possível em regiões que contarem com essas "portas de distribuição" de gás, a partir do gasoduto principal.

7. BIBLIOGRAFIA

CAIADO, A. S. C. (1996) Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo. *São Paulo: São Paulo em Perspectiva*, 10(2):54-59.

SEADE (1996) *Um mundo chamado São Paulo: a melhor opção para investimento*. São Paulo.

A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* CAPITALISTA NO BRASIL: UMA LEITURA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Eneuton Pessoa¹

1. INTRODUÇÃO

Conjunturas de acesso fácil aos recursos externos diversas vezes causaram a impressão de que o Brasil havia superado, como num toque de magia, os seus problemas econômicos básicos: finanças e tecnologia. No entanto, superadas essas fases de otimismo, pela inversão das condições externas favoráveis, recupera-se a consciência de que os êxitos econômicos, na realidade, e de modo recorrente, têm contribuído para adiar a solução dos problemas estruturais do país.

A persistência desses e de outros problemas econômicos, de algum modo está relacionada, também, à ação das elites empresariais do país. Como regra, a atividade empresarial orienta-se pela lei do menor esforço, da qual resulta um comportamento pouco transformador, que visa, antes, a adaptação ao ambiente. De outra parte, o imediatismo nos negócios e a atenção restrita ao objetivo do lucro máximo fundam a selvageria nas relações sociais, a qual, se no passado tomava a forma da escravidão de índios e negros, no dias de hoje, se revela nas baixas remunerações do trabalho e na crescente desigualdade social.

Mas a que se deve esse histórico descompromisso das elites empresariais com os destinos e o processo civilizatório do país? Uma possível leitura de Sérgio Buarque de Holanda remete-nos a considerar essa questão sob a perspectiva da perpetuidade de um sentimento de deserto em relação à própria terra. E isto se remete, de algum modo, à constituição da mentalidade do homem econômico na época da empresa colonial: por um lado, a ação colonizadora estava direcionada

¹ Professor do Departamento de Economia da UFMA e Doutorando pelo IE - UNICAMP.

estritamente para a realização do negócio e, por outro, ela se destinava, antes, à apropriação e uso de forma deletéria dos recursos. Ambos os fatores respondem pela desatenção quanto à construção e desenvolvimento de um genuíno processo de modernização do país. Nesse sentido, ao considerar o Brasil uma "procissão de milagres", Sérgio Buarque de Holanda coloca, em primeiro plano, a vinculação entre o ethos capitalista, conforme ele foi se constituindo no Brasil, e as direções e limites de nossa sociedade.

O propósito deste artigo é então o de refletir, a partir da leitura das Obras de Sérgio Buarque de Holanda, em especial *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*, sobre a construção do *ethos* capitalista no Brasil, o que nos leva ao momento de sua constituição nos tempos do negócio colonial em São Paulo. Optamos por estruturá-lo de uma maneira mais livre: inicialmente, acompanhamos o autor em suas reflexões sobre o processo histórico do desenvolvimento do "espírito de aventura" na colonização de São Paulo. Nesta discussão, ressalta-se os refinamentos por que passa o espírito de aventura, inicialmente forjado pela educação moral das selvas, no negócio das bandeiras, até assumir traços mais condizentes com a atividade comercial, no negócio das tropas e das viagens de monções.

Em seguida, o artigo trata da persistência dos elementos tradicionais no espírito de aventura paulista. Por um lado, tropeiros e monçoneiros ainda portam traços do espírito bandeirante, e, por outro, persiste o conservadorismo do espírito lusitano, sob a forma dos "ideais de vida estável". Neste momento, a reflexão sobre o aparente paradoxo da manutenção de traços da mentalidade tradicional, em meio à força expansiva e à adaptabilidade ao ambiente demonstrada pelos colonizadores de São Paulo, permite alguns *insights* sobre o porquê do caráter historicamente pouco transformador do *ethos* capitalista no Brasil.

2. ESPÍRITO DE AVENTURA E AÇÃO EMPREENDEDORA NA COLONIZAÇÃO PAULISTA

Se há algum traço de continuidade nas obras *Raízes do Brasil*, *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*, certamente que ele subsiste na

ênfase concedida por Sérgio Buarque de Holanda ao espírito de aventura. Contudo, se em *Raízes do Brasil* autor identifica no espírito de aventura algo oposto ao espírito do capitalismo, em *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*, a aventura vai ser considerada a base constitutiva do *ethos* capitalista no Brasil, e particularmente em São Paulo.

Em *Raízes do Brasil*, o espírito de aventura corresponde a um tipo ideal de personalidade, o qual se define, em essência, em contraposição ao espírito do trabalho. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a exploração dos trópicos teria ocorrido com a ênfase maior recaindo sobre as qualidades do tipo aventureiro: “*audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem - tudo enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo*” (1995:44).

O predomínio desses traços de personalidade na colonização do país seria o fator responsável por grande parte das mazelas da sociedade: a herança do sistema da grande lavoura à base da monocultura para exportação; a grande propriedade e o regime de trabalho escravo; o uso predatório dos recursos naturais; o menosprezo pelo cálculo e pelas atividades manuais; a inexistência de laços estáveis de sociabilidade inerente às atividades cooperativas; o gosto pelo luxo; o apego às aparências e à excitação dos sentidos; o amor ao ganho fácil; e, finalmente, o exagerado personalismo sob a forma de “*uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras*” (1995:61). Em resumo, o predomínio de todos os traços de personalidade que o autor considera se oporem à construção do *ethos* capitalista: a constituição de sujeitos racionalizados, parcimoniosos e disciplinados, com afetos calculados, e com gosto pelo trabalho estável.

Nesse sentido, em *Raízes do Brasil* o autor discorre sobre dualidades: trabalho *versus* aventura, ócio *versus* negócio, iberismo *versus* americanismo. E se assume um crítico da tradição, opondo o espírito de aventura ao espírito do trabalho e identificando este último com o espírito do capitalismo.

Ocorre que a associação restrita do espírito do capitalismo com a ética do trabalho, nos moldes de Weber, como o faz o autor, não é de todo apropriada, uma vez que Weber considera a ética do trabalho como apenas um dos elementos do capitalismo, o outro seria o próprio espírito de aventura. Na realidade, a ética do trabalho é fundamentalmente uma ética pré-capitalista, do pequeno-burguês que toca o seu negócio mobilizando as forças produtivas, sua e da sua família, e, quando muito, com a ajuda de alguns poucos empregados. Já em Sombart, o espírito capitalista, ou *Geist*, é uma síntese do espírito de empreendimento ou aventura com o espírito burguês de prudência e racionalidade (Dobb, 1983:6). O primeiro se identifica com o gosto pela pecúnia, e o segundo, com uma racionalidade sóbria que se afirma por meio de um comportamento utilitarista e quantitativo, que tende a subordinar as outras esferas de vida.

É precisamente na perspectiva do espírito do capitalismo que Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*, identifica o espírito de aventura com o amor à pecúnia. Esta obra, que trata da ação colonizadora paulista, em sua dimensão material — inicialmente, por meio do bandeirante, e a partir do terceiro decênio do século XVIII, por meio do tropeiro e monçoneiro —, revela a grande mobilidade da população rumo ao interior; essa característica da colonização de São Paulo destoa da tradição portuguesa de fixação no litoral.

Essa especificidade da gente paulista, pelo concurso dessas personagens, estabelece, de forma pioneira no país, uma conexão mais íntima do espírito de aventura com a ação empreendedora. As entradas e bandeiras a pé, rumo ao interior, no século XVII, e as cavalgadas e viagens de monções para o sertão remoto no século seguinte, enfrentando perigos e obstáculos por terras desconhecidas, denotam a força expansiva e a coragem da gente paulista em busca de riquezas. Por outro lado, essa mobilidade dos paulistas, no fundo, e, paradoxalmente, nutrindo os “mesmos ideais de vida estável” dos portugueses que se estabeleceram no litoral do país, deveu-se à grande pobreza do lugar. De sua parte, isto também contribuiu para o maior abandono e liberdade da colonização das terras de São Paulo.

Com efeito, em nenhuma outra parte do país a colonização gozou tamanha liberdade de iniciativa e abandono. Desde o início o português e seus descendentes mamelucos, deixados à própria sorte e tendo de se haver apenas com os seus poucos recursos, direcionaram as suas energias para aquelas atividades e formas de vida consentâneas com o ambiente hostil e com a rusticidade da economia do lugar. À luz desses elementos é que se pode conceber a disseminação tardia das formas de vida metropolitana em São Paulo e porque apenas no século XVIII a língua portuguesa conseguiu sobrepujar a do gentio. Ademais, São Paulo foi a sede das “bandeiras espontâneas”, isto é, não-oficiais, e era também notória a resistência dos paulistas às tentativas de disciplinamento de suas atividades econômicas².

3. SOBRE A PRÁTICA DAS SELVAS

Na figura do bandeirante fixaram-se os hábitos aventureiros dos paulistas nos tempos coloniais. Sérgio Buarque de Holanda considera o tropeiro pertencente à família bandeirante e precursor, em muitos aspectos, do grande fazendeiro, e a Monção, uma nova fase do sertanismo paulista (1994a:133 e137). Segundo ele, “(..) o que ainda perdura de comum entre uns e outros [bandeirantes e monçoneiros] é talvez a coragem sossegada, a aparente indiferença às ameaças, aos perigos e, muitas vezes, às maiores catástrofes” (Idem: 137) E conclui: “... A colonização paulista do Cuiabá e Mato Grosso é como uma réplica, em escala reduzida, do que foi a colonização portuguesa do Brasil. São Paulo deu o que podia dar, e certamente não era muito, uma vez que lhe faltava em braços e recursos materiais o que lhe sobrava em energias” (Ibidem:150).

Como vimos, foi notória a maior liberdade de ação e iniciativa dos paulistas. Por um lado, a pobreza do lugar dispensava maiores contro-

2 Neste sentido, Sérgio Buarque de Holanda escreve: “A mobilização da gente do planalto visando a captura de fantásticas riquezas para a Coroa constitui, sem dúvida, uma ameaça à vida livre e sem sujeição de quem se tinha habituado, de longa data, a tamanha soltura. Da resistência que opunham os de São Paulo a quaisquer providências tendentes a cercar essa liberdade há exemplo, aliás, em outros setores. Assim, quando o mesmo D. Francisco pretendeu forçar o plantio ali de trigais e videiras, levantou-se logo no povo uma celeuma grande, pois que os lavradores só queriam cultivar o que bem lhes aproovesse” (1994b: 55-56).

les da Coroa Portuguesa, e por outro, a escassez de recursos e braços estimulava as entradas e bandeiras; de início, com o intuito de apresamento dos índios, e depois, em busca de metais preciosos. O convívio constante desses paulistas com as selvas e os silvícolas, os fizeram adestrados à "prática das selvas".

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, mais do que uma atitude adaptativa, a prática das selvas se constituía, efetivamente, numa verdadeira educação moral: *"Mas a contínua prática da selva não estimula somente essa espécie de adaptação quase fisiológica às situações mais perigosas, comparável, em suma, à arte do acrobata ou do pelotiqueiro. Representa, em primeiro plano, uma verdadeira educação moral, cujas conseqüências não podem ser apreciadas de modo abstrato, e independentemente das condições particulares que a suscitaram"* (1994a:120).

A prática das selvas deixou a sua marca no temperamento dos netos de bandeirantes, na maioria das vezes taciturnos, meticolosos e arrojados. Para o autor, embora se possa atribuir esse comportamento à herança indígena, o fato é que, se o "tipo bugre" prevaleceu em certas paragens, suplantando, inclusive, a bravura e a arrogância dos primeiros bandeirantes e paulistas, é porque ele era o mais adequado à sobrevivência no ambiente hostil. Não por acaso essa foi uma época de grande beligerância, sendo o homicídio traiçoeiro socialmente mais aceito do que o furto, principalmente se este fosse desacompanhado da violência física (1994a:87).

Também na maneira de lutar, a educação das selvas deixou a sua marca sobre a mentalidade bandeirante. A luta, na maioria das vezes de emboscada, não se condicionava ao prestígio da coragem física, mas ao desprezo pelo inimigo, e chegava a ser quase uma extensão da atividade de caça (Idem:123). É certo assim, que a arte de lutar prescindia de certas regularidades e ordenamentos. Sua dinâmica era a da natureza, cheia de surpresas, a requerer, antes, a presença de espírito, o esforço e a habilidade individuais.

Acontece que a prática das selvas era parte integrante do cotidiano da "grande empresa bandeirante". O bandeirante adentrava os sertões vi-

sando realizar um negócio: o apresamento do gentio ou o golpe de sorte que levasse à descoberta do metal precioso, quando não, de ambas as coisas. Assim é que, mesmo na vigência da lei da selva, a decisiva condenação moral do furto está a indicar a noção do direito de propriedade suplantando os demais. Concedamos a palavra ao autor: "... *Dessa forma se explicará melhor a atitude quase benévola com que, em muitos meios sertanejos, ainda é costume encarar alguns crimes violentos, particularmente os de morte. Atitude tanto mais estranhável, quanto é, precisamente em tais meios, que a noção de uma lei moral inflexível e absoluta consegue impor-se com maior facilidade, e onde há delitos considerados aviltantes e desprezíveis, como o furto*" (1994a:120-121).

4. TROPEIROS E MONÇONEIROS: DESENVOLVIMENTOS DO ESPÍRITO DE AVENTURA

Mas se o espírito de aventura e a tendência à mobilidade dos bandeirantes, tropeiros e monçoneiros dão a tônica à ação colonizadora em São Paulo, isto não significa que seja a mesma a mentalidade dessas personagens. As diferenças de atividade e de ambiente onde cada uma delas desenvolveu suas ações, vão condicionar, e muito, os seus hábitos e atitudes.

No caso, a beligerância, o imediatismo e o comportamento de rapina, próprios da mentalidade bandeirante, se atenuaram com as feiras de tropa. Na figura do tropeiro, o espírito de aventura baseado na coragem da iniciativa econômica ganha proeminência. As relevantes somas dos haveres transacionados e o caráter aleatório do negócio das feiras, estavam a requerer, de quem deles participasse, uma razoável dose de previdência, coragem e senso de oportunidade.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as feiras de animais de Sorocaba significaram uma evolução da economia e também da sociedade paulista. A natureza dos negócios estava a exigir uma transformação da mentalidade: o espírito de aventura baseado na fraude e na agressividade cede lugar a uma ação mais disciplinada, movida pelo

amor à pecúnia. Essas virtudes burguesas impactaram de forma significativa a sociedade tradicionalista de São Paulo, que, no seu íntimo, ainda era avessa ao comércio e às artes mecânicas. O autor então se indaga: *"Não haverá aqui, entre parêntese, uma das explicações possíveis para o fato de justamente São Paulo se ter adaptado, antes de outras regiões brasileiras, a certos padrões do moderno capitalismo?"* (1994a:133)

Também nas viagens de monções, as ambições mais sistematizadas, disciplinadas e metódicas se estabeleceram. Sem dúvida, era uma novidade para os negócios, ainda afeitos aos horizontes ilimitados das marchas a pé ou de tropas, o deparar-se com indivíduos acotovelados vários dias nos barcos, muitas vezes em situações de intempérie e em ambiente hostil. Em substituição ao dispêndio de energia física e ao complexo de atitudes relativo à "prática das selvas", requisitava-se o uso do intelecto para o desenvolvimento da sociabilidade, o cálculo das perdas e lucros e a tomada de providências visando o bom termo das viagens, isto é, o resguardo de mercadorias, mantimentos e passageiros.

5. OS ELEMENTOS TRADICIONAIS NA COLONIZAÇÃO E A ATITUDE ADAPTATIVA DOS PORTUGUESES

As mudanças do espírito paulista não significam que a mentalidade burguesa se constituiu com a erradicação plena dos "elementos tradicionais", nem pela superação, no íntimo, do ambiente das selvas. Por um lado, tem-se que a figura do tropeiro ainda porta sentimentos de honra, dignidade senhoril, e ostentação, próprios a uma moral pré-capitalista³. Por outro, o fato de a figura do monçoneiro compartilhar com a do bandeirante, da *"coragem sossegada, e aparente indiferença às ameaças, aos perigos e, muitas vezes, às maiores catástrofes"* (1994a:137), expressa uma mesma configuração de caráter.

3 Segundo Sérgio Buarque de Holanda, "... não convém, em todo o caso, acentuar com demasiada ênfase a transformação que a influência das novas ambições promete realizar. Há na figura no tropeiro (...) uma dignidade sobranceira e senhoril, aquela mesma dignidade que os antigos costumavam atribuir mais ao ócio do que ao negócio. Muito dos seus traços revelam nele a herança, ainda bem viva, de tempos passados, inconciliável com a moral capitalista" (1994a: 133).

Mas se os “elementos tradicionais” tiveram continuidade é porque não eram incompatíveis para com os negócios, podendo em algumas circunstâncias serem mesmo úteis ao seu exercício. Por exemplo, o desprezo sobranceiro pelos trabalhos manuais e pelas atividades de subsistência era de molde a facilitar a plena mobilização de braços para o negócio do ouro. No período das monções, *“... o trabalho dos homens estava inteiramente mobilizado para a busca do ouro. Nisto a obra de que as monções foram parte conspícua pode equiparar-se grosseiramente a um monstruoso e desordenado empreendimento capitalista. Capitalista no sentido mais lato e, naturalmente, menos rigoroso que pode admitir a palavra. Todos os gestos, todos os atos são determinados, nesse caso, pelo gosto da pecúnia e visam a um objetivo preciso e previsto. Tão absorvente por sua vez é esse objetivo, que relega para um plano inferior o que não lhe possa servir imediatamente”* (1994a:150).

Ou seja, ao invés da mentalidade tradicionalista se opor ao negócio colonial, no caso do Brasil e, especialmente de São Paulo, ela contribuiu para o seu êxito. Nos referimos aqui, fundamentalmente, à atitude adaptativa do português conquistador. O que seria da colonização de São Paulo, tão carente de braços e recursos, se não fosse a extrema capacidade de adaptação ao ambiente das selvas? Decerto que sob o ponto de vista da cultura européia a selva representava um retrocesso. No entanto, a firmeza de propósitos do colonizador, orientado pelos *“ideais de vida estável”*, é indício de que a sua adaptação era qualquer coisa formal e de conteúdo pragmático⁴.

É então aparente a desvantagem do conquistador que se vê compelido a absorver elementos da cultura material do gentio. À primeira vista, sob o aspecto da cultura, o índio levava vantagem. As técnicas adventícias, por exemplo, só eram absorvidas quando pareciam ser de bom alvitre. Diferentemente, o branco teve de se adequar a diversos hábitos alimentares, estratégias e recursos do índio. Mas, fundamentalmente,

⁴ Essa proposição pode ser derivada do seguinte parágrafo: *“...as maiores probabilidades de determinar e criar o futuro, o verdadeiro manancial de energias ativas, não estavam nos costumes naturalmente mais policiados e sem dúvida mais suaves, que se iam implantando no litoral, e nem mesmo na indignação piedosa do jesuíta contra os escravizadores de índios. Estaria antes nos instintos obscuros, nas inclinações muitas vezes grosseiras, nos interesses freqüentemente imorais que animavam o bandeirante devassador dos sertões”* (1994a:21).

embora a adaptação do colonizador tenha sido uma questão de sobrevivência, ele não se tornou um índio⁵.

Vê-se, enfim, que a atitude adaptativa acompanha o espírito de aventura do português e de seus descendentes. Graças a ela o inóspito ambiente das selvas pôde ser conquistado. Também dela resulta uma ação colonizadora que aceita as coisas como são, isto é, prima por extrair intensivamente os recursos que o meio oferece. A que se deve, então, essa atitude adaptativa? Para Sérgio Buarque de Holanda ela é herança da mentalidade tradicionalista portuguesa.

6. ORIGENS DO ESPÍRITO CONSERVADOR PORTUGUÊS

Na obra *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda discute as influências da mentalidade conservadora para o descobrimento e colonização do Brasil. O autor opõe a ação colonizadora dos latinos, portugueses e castelhanos, à colonização dos anglo-saxões, fundamentalmente pelo complexo de valores distintos - os motivos edênicos - que moveram o seu esforço colonizador⁶. Porém, dentre os povos navegadores, o português foi o menos movido pelas fantasias que nos *quinhetos* faziam a imaginação de cronistas e viajantes do além-mar. O realismo e o pragmatismo dominaram as grandes aventuras dos portugueses rumo aos mundos desconhecidos.

Assim é que o mundo lendário e edênico que acompanha as conquistas nos *quinhetos*, feito de ares temperados, seres mitológicos,

5 Sérgio Buarque de Holanda escreve: "Para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade, é preciso nunca perder de vista a presença no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura. Longe de representarem aglomerados inânimes e aluviais, sem defesa contra sugestões ou imposições externas, as sociedades dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até o ponto em que se integrem na estrutura tradicional" (1994a: 55).

6 Nas palavras do autor: "...Assim, se os primeiros colonos da América Inglesa vinham movidos pelo afã de construir, vencendo o rigor do deserto e selva, uma comunidade abençoada, isenta das opressões religiosas e civis por eles padecidas em sua terra de origem, e onde enfim se realizaria o puro ideal evangélico, os da América Latina se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mundanal e beatitude celeste, que a eles se oferecia sem reclamar labor maior, mas sim como um dom gratuito..." (1994b: XVII).

eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas e fontes da juventude, perde muito do seu brilho e encanto no descobrimento do Brasil. Para Sérgio Buarque de Holanda isto se deve ao "realismo pedestre" dos portugueses, ou seja, à sua adesão ao "real e imediato". Essa forma de ver o mundo, conservadora e pobre de imaginação, destoa da mentalidade renascentista que, à época, revolucionava o espírito.

Para o autor, as raízes do conservadorismo português estariam no amadurecimento prematuro do processo que constituiu o poder monárquico naquele país. A unificação de Portugal teria feito ascender uma burguesia não plenamente forjada na luta contra a nobreza e, por isso mesmo, ainda não de todo amadurecida dos seus valores. Assim, ao invés de participar da mentalidade renascentista, os portugueses se mostraram pouco afeitos às mudanças, compartilhando, no fundo, do conservadorismo dos interesses particularistas sobrepujados. Por isso, as formas modernas das instituições políticas e os grandes empreendimentos no ultramar, conviveram, contraditoriamente, com o conservantismo de espírito⁷.

Também porque quando os portugueses aqui chegaram já vinha de longe a sua experiência com o exterior, de alguma forma eles já eram imunes às fantasias que acompanham o descobrimento de terras estrangeiras. Ademais, em comparação com a América Espanhola, o Brasil em seus primórdios era destituído de atrativos - metais preciosos -, e, por isso mesmo, tendente a não suscitar a imaginação e a fantasia⁸. Tanto é assim que as primeiras bandeiras, de caráter "oficial", dirigidas, tencionavam, no fundo, chegar a um outro país, a um "outro Peru".

7 Na página 134, em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda afirma: "... Melhor se diria, forçando a comparação, que as formas modernas respeitaram ali, em grande parte, e resguardaram, um fundo eminentemente arcaico e conservador. Moderna é sem dúvida aquela avassaladora preponderância da Coroa (...) tratava-se, não obstante de uma simples fachada que mal encobria os traços antiquados, sobretudo a **forma mentis**, vinculada ao passado e avessa, por isso, à especulação e à imaginação desinteressadas do humanismo renascentista..."

8 Nesse sentido, "Surgindo com relativo atraso no horizonte das navegações lusitanas, sem o engodo de tesouros e maravilhas que, bem ou mal, tinha sido a causa de tantas outras expedições descobridoras, o Brasil não oferece campo nem mesmo a essas cintilantes associações. Ainda quando por livre vontade, seus antigos povoadores hão de habituar-se nele a uma natureza chã e aparentemente inerte, e aceitá-lo em tudo tal como é, sem a inquietada atração de outros céus ou de um mundo diverso" (1994b:146).

eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas e fontes da juventude, perde muito do seu brilho e encanto no descobrimento do Brasil. Para Sérgio Buarque de Holanda isto se deve ao "realismo pedestre" dos portugueses, ou seja, à sua adesão ao "real e imediato". Essa forma de ver o mundo, conservadora e pobre de imaginação, destoa da mentalidade renascentista que, à época, revolucionava o espírito.

Para o autor, as raízes do conservadorismo português estariam no amadurecimento prematuro do processo que constituiu o poder monárquico naquele país. A unificação de Portugal teria feito ascender uma burguesia não plenamente forjada na luta contra a nobreza e, por isso mesmo, ainda não de todo amadurecida dos seus valores. Assim, ao invés de participar da mentalidade renascentista, os portugueses se mostraram pouco afeitos às mudanças, compartilhando, no fundo, do conservadorismo dos interesses particularistas sobrepujados. Por isso, as formas modernas das instituições políticas e os grandes empreendimentos no ultramar, conviveram, contraditoriamente, com o conservantismo de espírito⁷.

Também porque quando os portugueses aqui chegaram já vinha de longe a sua experiência com o exterior, de alguma forma eles já eram imunes às fantasias que acompanham o descobrimento de terras estrangeiras. Ademais, em comparação com a América Espanhola, o Brasil em seus primórdios era destituído de atrativos - metais preciosos -, e, por isso mesmo, tendente a não suscitar a imaginação e a fantasia⁸. Tanto é assim que as primeiras bandeiras, de caráter "oficial", dirigidas, tencionavam, no fundo, chegar a um outro país, a um "outro Peru".

7 Na página 134, em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda afirma: "... Melhor se diria, forçando a comparação, que as formas modernas respeitaram ali, em grande parte, e resguardaram, um fundo eminentemente arcaico e conservador. Moderna é sem dúvida aquela avassaladora preponderância da Coroa (...) tratava-se, não obstante de uma simples fachada que mal encobria os traços antiquados, sobretudo a **forma mentis**, vinculada ao passado e avessa, por isso, à especulação e à imaginação desinteressadas do humanismo renascentista..."

8 Nesse sentido, "Surgindo com relativo atraso no horizonte das navegações lusitanas, sem o engodo de tesouros e maravilhas que, bem ou mal, tinha sido a causa de tantas outras expedições descobridoras, o Brasil não oferece campo nem mesmo a essas cintilantes associações. Ainda quando por livre vontade, seus antigos povoadores não de habituar-se nele a uma natureza chã e aparentemente inerte, e aceitá-lo em tudo tal como é, sem a inquieta atração de outros céus ou de um mundo diverso" (1994b:146).

7. À ESPERA DE MILAGRES

Este conservantismo do espírito lusitano, com seus "ideais de vida estável", de tempos em tempos nos condenam aos caprichos da "Providência Divina". Segundo Sérgio Buarque de Holanda: *"Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República"* (1994b:334).

O "realismo pedestre" português conduziu a ação colonizadora à aceitação das coisas tais como elas se apresentavam, isto é, *"sem a inquieta atração de outros céus ou de um mundo diverso"*. Isto não significa, contudo, que os portugueses fossem insensíveis ao mistério. Pelo contrário, a resignação ao real e ao imediato é próprio das mentalidades crédulas. E essa fé é tão mais firme quanto mais estimule posturas de vida à mercê de milagres⁹. Por exemplo, se o pragmatismo do colonizador o guiou para o negócio menos incerto da caça ao índio, a descoberta do ouro em Cuiabá no século XVIII, numa situação de já rareamento da mercadoria humana nas cercanias de São Paulo, se constituiria num "milagre"¹⁰.

Ocorre assim que a possibilidade de mudanças face a uma mentalidade que não estimula comportamentos ativos, construtivos, só pode ser decorrência do golpe de sorte ou do concurso de forças externas. Especialmente no âmbito dos negócios, o fato da atitude adaptativa levar a uma exploração deletéria dos recursos, isto é, sem a "retribuição de benefícios", faz com que a sua continuidade veja-se de tempos em tempos comprometida. Nessas situações, a aventura tende a ser mesmo refém do milagre, do golpe de sorte que permita superar os obstáculos recorrentes.

9 Sobre a crença inerente ao realismo português, ver Sérgio Buarque de Holanda (1994b:243).

10 Na página 53 (1994b), o autor escreve: *"Nas terras vicentinas, por outro lado, mais do que em qualquer outro lugar do Brasil, era viva e bem arraigada a tradição da caça ao gentio, que oferecia vantagens menos incertas do que as das minas lendárias, e é explicável que para eles encaminhassem facilmente os que buscavam tais vantagens."*

Em suma, de uma leitura de Sérgio Buarque de Holanda preocupada em apreender alguns elementos do *ethos* capitalista no Brasil, conforme este foi se constituindo na exploração do negócio colonial, especialmente em São Paulo, "o pólo modernizador do Brasil", podemos dizer que o espírito de aventura se fez tributário da adaptação. Isto, se, por um lado, contribuiu para o êxito do esforço empreendedor, considerando a exigüidade de meios e as condições por demais adversas do ambiente, por outro, estabeleceu fronteiras no tocante à constituição de um genuíno processo de modernização do país.

Com efeito, a aventura do negócio, aqui, se fez acompanhar da selvageria, da "ética das selvas". Assim, o que dizer da figura do bandeirante, o ancestral do empresariado brasileiro, e da escravidão, senão que significavam o retrocesso à barbárie nas normas de convivência social? Os outros componentes da aventura, o pragmatismo e imediatismo, irmãos siameses da atitude adaptativa, ao tornarem rentável o negócio baseado na exploração deletéria de recursos materiais e humanos conduzem-no, paradoxalmente, ao seu limite. Daí que os empreendimentos carecem de forças motrizes capazes de determinar o seu auto-desenvolvimento, estando a sua renovação sujeita às injunções externas, e, porque não dizer, ao milagre, "caído do céu e sem causa aparente".

8. COMENTÁRIOS FINAIS

Nossa leitura de Sérgio Buarque de Holanda, destinada à apreensão do *ethos* capitalista no Brasil, conclui que a despeito de sua constituição encerrar elementos da mentalidade conservadora, nem por isso ele se mostra "incompleto". Neste sentido, ousamos dizer que a crueza inerente à atenção restrita aos negócios é o que verdadeiramente permite a sua constituição. Além disso, não se pode concluir por "irracional" e "imprudente", um espírito de aventura que sabe tirar do ambiente o maior proveito possível. Afinal, não compartilhamos da ilusão de que o capitalismo exista para dar conta das necessidades humanas.

Por fim, nossa leitura de Sérgio Buarque de Holanda não buscou se constituir numa exegese de suas obras. Antes, o tomamos de forma

mais livre, reclamando, no fundo, o trabalho de exorcista a que ele se propôs. Com a palavra final o autor: “.. *com um bom grão de verdade, diria efetivamente que uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas do seu tempo - mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? - consiste em afugentar do presente os demônios da história*”(1994b:XVI).

9. BIBLIOGRAFIA

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Caminhos e Fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994a. 301p.

_____. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220p.

_____. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. 279p.

_____. *Visão do Paraíso*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b. 348p.

DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. cap.1, p.3-10.

VAINFAS, R. Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. In CANDIDO, A. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 49-57.

O PAPEL DA FUTURA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE A RPC E OS PAÍSES LUSÓFONOS¹

Luisa Bragança Jalles²

1. INTRODUÇÃO

A transição da soberania de Macau irá ocorrer após vinte anos de aplicação da política de abertura e modernização econômica da República Popular da China iniciada por Deng Xiaoping em 1979.

Recentemente, em Setembro de 1997, o 15º Congresso do Partido Comunista Chinês veio confirmar a manutenção, no essencial, desta política na RPC. Mais próximo ainda, esta vontade foi reafirmada por Zhu Rongzhi, primeiro ministro eleito em Abril pela 9ª Assembléia Nacional Popular, ao apresentar, nessa ocasião, um ambicioso programa de reformas econômicas para os próximos cinco anos.

Em conseqüência, e à medida que a economia chinesa se integra na economia mundial, nenhum país do mundo será ignorado. Cada país representará, para a RPC, não só um potencial aliado nas organizações internacionais, mas também um mercado potencial para os seus produtos e serviços e um potencial fornecedor dos bens e serviços de que a China necessita para a continuação da modernização da sua economia.

É neste sentido que cabe aqui também o equacionar das futuras relações com os países lusófonos. A China desenvolverá por certo as suas próprias relações diretas com cada uma dessas economias, mas

¹ Comunicação apresentada no III Encontro de Economistas de Língua Portuguesa realizado em Macau, 28-30 de junho de 1998 na Faculdade de Gestão de Empresas, Universidade de Macau.

² Chefe do Gabinete de Estudos da Direção de Serviços de Economia de Macau.

algumas questões poderão ser colocadas quanto ao papel de Macau enquanto facilitador dessas relações.

Será que uma China mais aberta ao exterior valorizará, neste contexto, o papel de Macau?

Será Macau capaz de tirar proveito das potencialidades que encerra, as quais, até o momento, pouco ou nada têm sido aproveitadas?

É de admitir que o estreitamento das relações comerciais da RPC com os países lusófonos traga à futura Região Administrativa Especial de Macau oportunidades para explorar as suas potencialidades num vasto leque de atividades jamais possíveis no passado. No entanto, esta será uma estratégia complementar de longo prazo, já que, a curto prazo, têm sido dominantes para Macau, a importância das economias de Hong Kong, da RPC (em particular da região do delta do Rio das Pérolas) e, cada vez mais previsivelmente, da região do Sudeste Asiático.

2. MACAU - SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL - INTERDEPENDÊNCIA COM HONG KONG E CHINA, EM PARTICULAR COM A REGIÃO DE GUANGDONG

O desenvolvimento da economia de Macau tem sido baseado, nas últimas três décadas, essencialmente em dois setores – o setor industrial exportador e o turismo, com grande relevância do subsetor do jogo. Só nos anos 80 despontam, com algum vigor, outros serviços, entre os quais se destacam o setor financeiro e o imobiliário.

Este desenvolvimento tem se realizado em estreita relação com a do território vizinho de Hong Kong e, mais recentemente também, com a região de Guangdong, pelo que valerá a pena abordar alguns dos aspectos mais salientes das relações de interdependência econômica estabelecidas.

Integração com a economia de Hong Kong

Quer o desenvolvimento em Macau de um setor industrial exportador têxtil a partir de finais dos anos 60, quer a diversificação para a produção e exportação de produtos não-têxteis uma década mais tarde, decorrem de processos de transferência de produção de Hong Kong motivados por constrangimentos externos e internos que as empresas daquele Território passaram a enfrentar no escoamento dos seus produtos para os mercados internacionais.

Assim, para fazer face às restrições quantitativas estabelecidas pelos Acordos de Curto e Longo Prazo (*Short and Long Term Arrangements on Cotton Textiles*), que vigoraram de 1962 a 1973, às exportações têxteis de algodão de Hong Kong e, posteriormente, extensivas também aos produtos de fibras artificiais, vestuário de lã e de malha, através do Acordo Multifibras de 1974 (AMF) que os sucedeu, alguns empresários do vizinho Território transferiram para Macau parte, ou mesmo a totalidade, da sua produção.

Os industriais de Hong Kong viriam a encontrar em Macau condições de instalação particularmente vantajosas³, entre as quais um sistema econômico liberal com limitada intervenção da Administração, acesso relativamente favorável a mercados estrangeiros, alta elasticidade da oferta de mão-de-obra, principalmente não especializada, baixos níveis salariais e ainda a existência de um núcleo de empresários dinâmicos e dispostos a assumirem riscos (Feitor, 1991).

Embora as primeiras fábricas têxteis instaladas em Macau datem dos anos 30, é no final da década de 50 que, devido às dificuldades em continuar a exportar para a China, destino da maior parte da sua produção, as mesmas são forçadas a converter-se, surgindo então as pri-

³ A conjuntura econômica internacional foi também muito favorável ao desenvolvimento do setor industrial exportador de Macau. Por um lado, os países desenvolvidos começaram a desenvolver as indústrias mais intensivas em tecnologia, mão-de-obra especializada e capital, dando espaço a outros países na exportação de produtos mais intensivos em trabalho não especializado. Por outro lado, Macau beneficiou também do fato de outros PVD's prosseguirem uma estratégia de desenvolvimento industrial assente numa política de substituição das importações.

meiras fábricas de vestuário do Território. É com este pequeno núcleo de empresários locais que, anos depois, os homens de negócios de Hong Kong se associam.

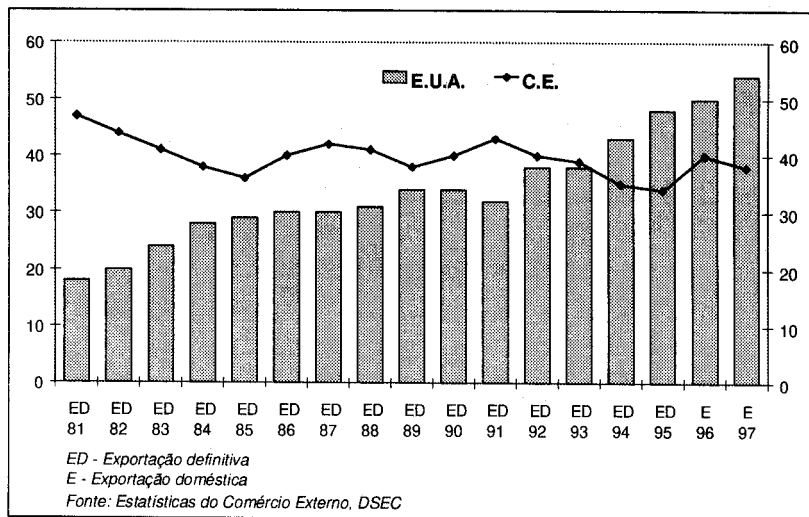
Abre-se aqui um pequeno parêntese para referir que, em finais dos anos 50, como revela um estudo (Wong Hon-Keung, 1988) editado pelo jornal *Va Kio* de Macau, "*quando os soldados portugueses regressavam ou eram transferidos para África, levavam com eles algumas peças de vestuário fabricadas em Macau, as quais atraíam a atenção dos habitantes locais*". Em consequência, algumas empresas importadoras em Portugal, Angola ou Moçambique começaram a colocar encomendas de vestuário, de forma que, em 1960, já 48% das exportações de Macau se destinam aos mercados das então colónias portuguesas de África. Essas exportações eram constituídas essencialmente por artigos de vestuário, seguindo-se-lhes os produtos tradicionais como panchões e pivetes de culto.

Mas esta situação viria a ser radicalmente alterada, entre outros fatores, pelos desenvolvimentos ocorridos em Portugal após o 25 de Abril de 1974 (de que se destacam os processos de independência das possessões portuguesas de África, já que pouco tempo depois Macau deixou praticamente de exportar para os seus principais mercados africanos de Angola e Moçambique) e pela entrada em vigor, na primeira metade da década de 70, dos primeiros acordos têxteis bilaterais estabelecidos ao abrigo do Acordo Multifibras, nomeadamente com os Estados Unidos e CEE.⁴

Rapidamente estes dois mercados passaram a absorver parcelas significativas das vendas de têxteis e vestuário de Macau, situação que se mantém até aos dias de hoje. Em 1997, a quase totalidade (92%) das exportações domésticas destes produtos tiveram como destino aqueles mercados, tendo os EUA absorvido 54% e a União Européia 38%.

4 Não é possível precisar a data de início do estabelecimento das primeiras restrições têxteis às exportações de Macau, nem as condições em que funcionaram, embora se saiba que, anteriormente aos acordos bilaterais negociados ao abrigo do AMF, haviam sido estabelecidas restrições às exportações de determinados produtos têxteis de Macau para França, Reino Unido, Irlanda, Suécia e Estados Unidos.

Gráfico 1 - Exportações de Têxteis e Vestuário de Macau para CE e EUA, em % (1981-97)



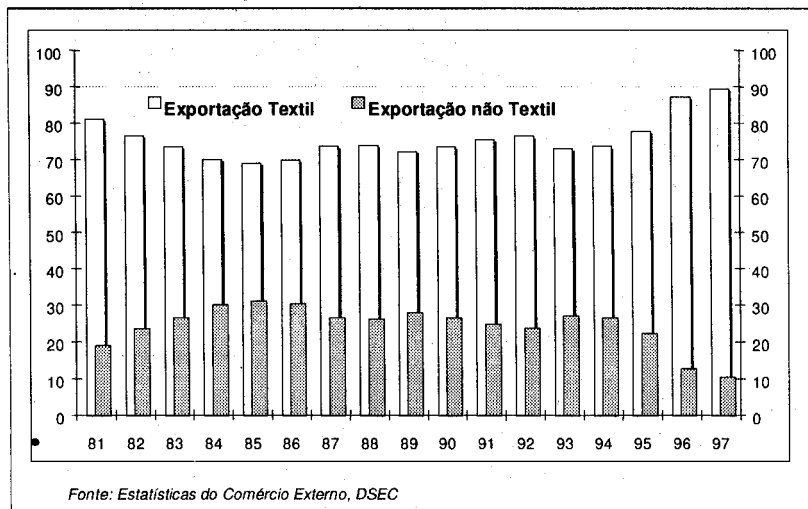
Na primeira metade dos anos 80, novos setores de exportação emergiram, desta vez de produtos não-têxteis (brinquedos, flores artificiais, cerâmica, etc.) que resultaram de uma segunda onda de investimentos de empresários de Hong Kong motivada, por um lado, pela crescente falta de mão-de-obra e acréscimo dos custos de espaço naquele território e, por outro, pela perda na venda ao exterior daqueles produtos das vantagens do Sistema Generalizado de Preferências (SGP), constituídas no essencial por isenção ou redução de pagamento de direitos aduaneiros.

As exportações de produtos não-têxteis que apenas representavam 19% das exportações⁵ de mercadorias de Macau em 1981, aumentaram rapidamente para 31% em 1985, o nível mais elevado atingido

⁵ Os dados de exportação até 1995 não são diretamente comparáveis com os de 1996 e anos seguintes. No primeiro caso, os dados reportam-se à exportação definitiva (saída de mercadorias que não se destinam a regressar ao Território) que, para além da exportação doméstica incluía uma parcela de reexportação. De 1996 em diante, já é possível distinguir entre exportação doméstica e reexportação.

para, a partir daí, entrarem em declínio⁶. Em 1997 as exportações de produtos não-têxteis representaram apenas 10% das exportações domésticas de Macau, sendo hoje essencialmente constituídas por calçados, artigos elétricos e eletrônica de consumo.

Gráfico 2 - Estrutura das Exportações de Macau por produtos, em % (1981 - 97)



Na realidade, esta fase de alguma diversificação industrial em Macau durou poucos anos, em consequência das reformas econômicas implementadas na RPC - como adiante se verá - bem como da atribuição do tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF) a aquele país por parte dos principais países ocidentais.

Mas a interdependência com Hong Kong não se limitou ao setor industrial, tendo-se verificado igualmente no setor de serviços, sustentado no grande crescimento do jogo, atividade com mais de um século de existência em Macau, que emergia na década de 60 como um dos setores mais dinâmicos da economia do Território.

6 Os brinquedos, que chegaram a representar cerca de 12% das exportações definitivas de Macau em 1986, constituíram apenas 0.6% das exportações domésticas do Território em 1997.

Deve-se salientar ainda que uma das primeiras medidas tomadas pela atual empresa, à qual foi concessionada pela primeira vez o monopólio do jogo em 1962, a STDM, consistiu na introdução de *hydrofoils* nas ligações entre Macau e Hong Kong. A conseqüente redução do tempo de viagem entre os dois territórios de quatro para apenas uma hora e meia, originou um aumento considerável do número de visitantes daquele território, atraídos pelo jogo, e induziu uma expansão assinalável da oferta no setor hoteleiro.

O estreitamento de laços entre Macau e Hong Kong manifesta-se assim num vasto leque de situações a nível do investimento, nos milhares de visitantes que todos os fins de semana vêm a Macau jogar, num certo papel de entreposto de Hong Kong em relação às importações e exportações do Território, na estreita ligação entre a pataca e o dólar de Hong Kong, enfim, no recurso constante de Macau às facilidades oferecidas por um dos maiores centros financeiro, comercial e portuário do mundo.

Entretanto, a nível estritamente local, deve ser sublinhada a importância que a atividade do jogo passou a ter para Macau como fonte de financiamento das despesas públicas o que permitiu, a partir de meados dos anos 80, a introdução de significativos melhoramentos em infra-estruturas tais como as telecomunicações, eletricidade, água e saneamento básico.

Integração com a economia chinesa, em particular com a região de Guangdong

É também a partir dos anos 80 que, para além dos fortes laços de relacionamento com a economia de Hong Kong e, em consequência da política de modernização e abertura econômica da China, se dá início a um gradual processo de integração da economia de Macau com a chinesa, em particular com a da região de Guangdong.

Note-se que a China havia permanecido isolada das tecnologias modernas demasiado tempo (1949-1978), pelo que a sua economia teria poucas hipóteses de, por si própria, atingir rapidamente parâmetros internacionais, sem que houvesse recurso ao investimento externo.

Nesse sentido, em 1979 e no quadro da referida política de abertura e modernização econômica, as autoridades chinesas tomaram em consideração as experiências das chamadas “zonas de comércio livre” (*free trade zones*) e das “zonas orientadas para a exportação” (*export processing zones*), isto é, zonas em que as empresas podem, sem grandes barreiras alfandegárias, importar os recursos necessários à produção de bens para exportação.

Estas experiências, realizadas em vários países do leste e sudeste asiático depois da 2ª Guerra Mundial, com o objetivo de expandirem as suas exportações, constituíram fontes de inspiração para a criação das “zonas econômicas especiais”⁷ da RPC, com todo o potencial que encerravam como criadoras de empregos e por constituírem centros de experimentação de novas tecnologias e práticas de gestão, bem como por serem geradoras de divisas estrangeiras.

Assim, em Agosto de 1980, as três primeiras zonas econômicas especiais - Shenzhen, Zhuhai e Shantou - foram oficialmente estabelecidas na província de Guangdong e, pouco depois, foi criada a de Xiamen, na província de Fujian.

O enquadramento espacial e o desejo de modernização dos chineses teriam levado à identificação da zona costeira como a área mais promissora para um desenvolvimento rápido da China. O reconhecimento de uma possível emergência do centro econômico do Pacífico, acompanhado da tão propalada “terceira vaga” (revolução industrial e tecnológica) tornou a orientação para a costa do Pacífico mais atrativa para o país.

Dentro da zona costeira, teria sido dada atenção especial à proximidade de centros industriais, de comércio internacional e financeiros. As zonas de Shenzhen, Zhuhai e Xiamen parecem, assim, terem sido

7 Sobre as características econômicas e os objectivos da Zonas Econômicas Especiais são incluídos neste texto alguns excertos da intervenção intitulada “*Macau e o processo de integração econômica no Delta do Rio das Pérolas*”, elaborada pela autora e apresentada pela Diretora dos Serviços de Economia no Seminário “*Macau no Delta do Rio das Pérolas: vocação e oportunidades*”, realizado em Portugal no Palácio de Queluz em 3 de Junho de 1992, intervenção que se encontra publicada na revista da Administração nº 21, vol. VI, 1993 – 3º, pg. 479-487.

cuidadosamente escolhidas pelo governo central para beneficiarem e, ao mesmo tempo, competirem com Hong Kong, Macau e Taiwan.

Além disso, as províncias de Guangdong e Fujian, sendo as regiões de origem da maior parte dos chineses ultramarinos, constituem assim atração especial para estes investidores. A oportunidade de participar no desenvolvimento da mãe-pátria e, simultaneamente, retirar lucros do seu investimento é para muitos chineses ricos emigrados um apelo ao mesmo tempo sentimental e pragmático. O léxico chinês criou para eles uma designação: "capitalistas patriotas".

Conclui-se portanto que, ao criar e escolher a localização das primeiras zonas econômicas especiais (ZEE's), o governo central teria sido induzido por um certo número de considerandos de ordem econômica e geográfica, complementares dos de ordem política ligados à reunificação da China.

Não terá sido por acaso o estabelecimento, pelo governo central, de uma das ZEE's na adormecida vila piscatória de Zhuhai, do outro lado da fronteira com Macau. Esperava-se que o desenvolvimento de Zhuhai dependesse, em grande medida, dos recursos que o Território tinha a oferecer, o que veio efectivamente a acontecer na sua fase inicial.

Na realidade, os empresários de Macau constituíram, desde que foi anunciada em Beijing a política de abertura da China, uma fonte de investimento na zona limítrofe, sendo curioso registrar que a primeira *joint-venture* no setor do turismo naquele país foi realizada com capitais de Macau: trata-se do Centro Turístico de Shijingshan, em Zhuhai, que iniciou a sua actividade em Outubro de 1980 (Shum, K.K. e Sigel, L.T., 1986).

Note-se que um dos setores que mais investimentos atraíram primeiramente para as zonas econômicas especiais foi o turismo, exatamente por se tratar de uma atividade de mão-de-obra intensiva, com possibilidade de proporcionar altas margens de lucro e com um período de retorno de capital relativamente curto.

Este tipo de investimento agradava quer às autoridades chinesas, por não exigir grandes injeções de fundos nem do governo central nem do

governo provincial de Guangdong, quer aos investidores de Hong Kong e Macau que, através da aposta inicial nesta atividade, podiam melhor testar o clima do investimento nas ZEE's.

Com o tempo, o desenvolvimento de Zhuhai, embora mantendo algumas semelhanças com o padrão de desenvolvimento de Macau, distanciou-se deste último já que se foi tornando claro que Zhuhai,⁸ sem a atividade do jogo, não poderia repetir o sucesso de Macau na área do turismo (Vogel, 1989).

Mas na realidade e desde o início, Zhuhai havia também planejado estabelecer zonas industriais. Assim, quando algumas dessas infra-estruturas começam a estar concluídas e se torna evidente que o turismo não será capaz de gerar os rendimentos esperados, as autoridades locais voltam então a sua atenção para o desenvolvimento industrial promovendo uma política de captação de investimentos, não só de Macau mas também de Hong Kong, tentando seguir neste âmbito o exemplo de Shenzhen.

Entretanto, a política de abertura ao investimento e modernização da China não se quedou pelas quatro ZEE's referidas. Com efeito, o sucesso destas zonas foi tão notável que outras medidas foram rapidamente implementadas, destacando-se a abertura, em 1984, ao investimento estrangeiro de 14 importantes cidades do litoral⁹, entre as quais Guangzhou, a capital da província de Guangdong. Em 1985, foi oficialmente demarcada a Região Econômica Aberta do Delta do Rio das Pérolas, oferecendo também tratamentos preferenciais ao investimento estrangeiro e, em Abril de 1988, é estabelecida a quinta zona econômica especial - a ilha de Hainão.

Embora os objetivos iniciais de captação de investimento estrangeiro tivessem ficado aquém do inicialmente esperado, uma vez que as empresas ocidentais continuavam relutantes em investir, quer na re-

8 Embora Zhuhai continue, na área do turismo, a promover uma política simultaneamente concorrencial e complementar a Macau, sendo exemplo disso a construção de um circuito de corridas de automóveis e a candidatura às corridas de Fórmula 1, enquanto o Território desde 1950 realiza o Grande Prémio de Macau que inclui, desde há anos, uma prova de Fórmula 3.

9 Beihai, Dalian, Fuzhou, Guangzhou, Lianyungang, Nantong, Ningbo, Qingdao, Qinhuaudao, Shanghai, Tianjing, Wenzhou, Yantai e Zhanjiang.

gião de Guangdong quer noutras partes da China, por subsistirem dúvidas quanto à facilidade de contratação e despedimento de trabalhadores, repatriação de fundos, no evitar de despesas imprevistas e na resolução de problemas se os chineses faltassem aos compromissos assumidos, já no que respeita aos investidores de Macau e Hong Kong as expectativas foram ultrapassadas. Os empresários destes dois Territórios souberam aproveitar todas as oportunidades oferecidas.

Beneficiando-se do acesso a uma rede informal de amizades e parentes dentro da China que, de certa forma, substituíam as medidas de salvaguarda que os ocidentais procuravam na letra da lei, o investimento proveniente de Hong Kong e Macau nas zonas econômicas especiais e na restante região de Guangdong cedo assumiu posição de relevo.

Tirando partido das facilidades decorrentes dos baixos custos dos terrenos, acesso a mão-de-obra barata e a oferta, em condições vantajosas, de matérias-primas, assistiu-se, à medida que iam sendo feitos investimentos assinaláveis no domínio das infra-estruturas básicas da região (com maior incidência na segunda metade da década de 80), a um processo de realocação de produções industriais (mais intensivas em mão-de-obra) de Macau e Hong Kong para a região vizinha, na China.

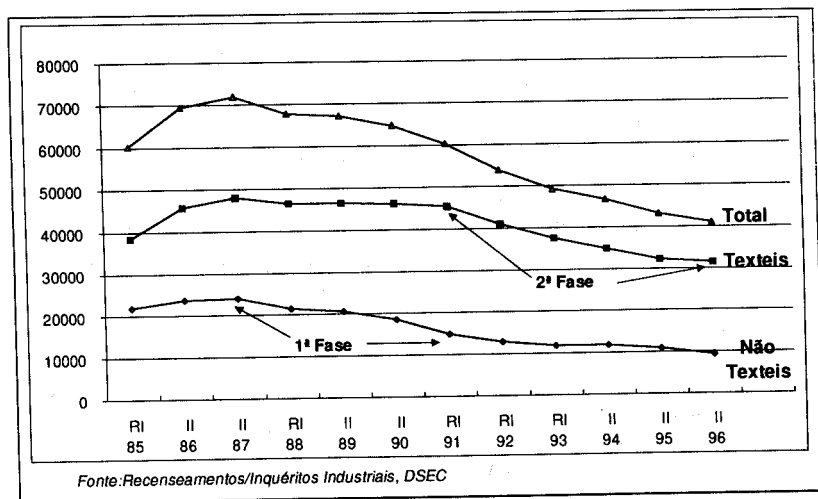
Não é estranho, por isso, o visível declínio do emprego nas indústrias transformadoras de Macau, que teriam perdido cerca de 40% do pessoal ao serviço em apenas nove anos (de 1987 a 1996). Esta percentagem sobe para 66% no caso das indústrias não-têxteis.

Podem, grosso modo, distinguir-se neste período de tempo duas fases. Uma primeira fase (1987-1991) foi caracterizada pelo declínio do emprego essencialmente nas indústrias não-têxteis. Este período coincide com a intensificação da deslocação das produções de mão-de-obra mais intensiva para a RPC, mantendo-se no Território as restantes fases produtivas, nomeadamente as relacionadas com a embalagem, expedição e comercialização.

Admite-se que o subsetor do Vestuário, para fazer face às exigências em matéria de certificação de origem, tenha muito provavelmente recorrido à contratação de parte da mão-de-obra disponibilizada pelos restantes subsectores industriais, conseguindo, desse modo, manter relativamente estável o seu nível de emprego.

Em 1991, pela primeira vez, as exportações de serviços, constituídas numa parcela considerável pelas despesas dos não-residentes em jogo, ultrapassam em valor as exportações de mercadorias, situação que se mantém hoje.

Gráfico 3 - Pessoal ao Serviço na Indústria Transformadora em Macau (1985 - 92)



De 1991 até a presente data, e esta constituirá a segunda fase, denota-se um forte declínio do emprego industrial, pelo efeito conjugado da continuação da transferência das restantes produções não-têxteis para a China e início do declínio do emprego no subsetor do vestuário, não obstante a importação de mão-de-obra da China e do recurso à exportação temporária para este país para processamento parcial. Este

movimento assume hoje uma importância quase comparável com o das exportações totais de Macau para a China.¹⁰

Releve-se ainda que, apesar desta evolução, o subsetor do Vestuário tem se mantido como o maior empregador, produtor e exportador industrial. Ocupando, em 1996, 61% do pessoal ao serviço, contribuiu com aproximada percentagem (59%) para o valor acrescentado das indústrias transformadoras. A importância do subsetor do vestuário na estrutura exportadora do Território é ainda atestada pela excessiva percentagem (88%) que estes produtos representaram, em 1997, no conjunto das exportações domésticas de mercadorias.

Mas, se o investimento de Macau se dirigiu, numa primeira fase para a ZEE de Zhuhai, cedo alastrou-se a outras localidades do delta do rio das Pérolas.

Note-se que uma parcela considerável do delta é constituída por zonas rurais onde o controle estatal é mais frouxo e as autoridades locais detêm maior autonomia nas decisões em matéria de construção e desenvolvimento (Ng, M.K. e Tang, W-S. 1997), o que facilitou o alastramento do investimento.

Entretanto, na década de 90, a política de abertura e modernização da China prossegue com o estabelecimento da área de desenvolvimento de Pudong, em Xangai, a abertura ao investimento de uma série de cidades ao longo do rio Yangtsé, seguidas por várias cidades fronteiriças e várias capitais de províncias do interior.

Torna-se difícil quantificar o investimento que foi sendo, e está a ser, realizado por investidores de Macau ou de Hong Kong na RPC, embora as publicações chinesas divulguem dados sobre estes fluxos.

Assim, por exemplo, no Almanaque das Relações Econômicas e Comércio Externo¹¹ de 1996/97. Hong Kong surge em 1º lugar, com 20

10 Em 1997 as exportações temporárias de Macau para a China - na sua quase totalidade constituídas por produtos têxteis e de vestuário semi-transformados - atingiram 127 milhões de dólares americanos, o que compara com os 139 milhões de dólares dos EUA da soma da exportação doméstica e reexportação que, em conjunto, constituem a exportação total.

11 Exceto indicação expressa em contrário, todas as estatísticas relativas à economia da RPC, foram retiradas do Almanaque das Relações Econômicas e Comércio Externo da China, edições de 1996/97 e 1997/8.

mil milhões de dólares americanos de investimento estrangeiro realizado em 1995 e, nesse mesmo ano, Macau em 8º lugar com 440 milhões de dólares dos EUA investidos, à frente de países como a Alemanha, França, Itália, etc.

ORIGEM DO INVESTIMENTO DIRETO UTILIZADO NA RPC, 1995

	VALOR (US\$ m)		VALOR (US\$ m)
Hong Kong	20,060	França	287
Taiwan	3,162	Itália	263
Japão	3,108	Malásia	259
EUA	3,083	Canadá	257
Singapura	1,851	Austrália	233
Coreia do Sul	1,043	Holanda	114
Reino Unido	914	Indonésia	112
Macau	440	Bermudas	109
Alemanha	386	Filipinas	106
I. Virgens Britânicas	304	Outros	618
Tailândia	288	Total	37,520

Fonte: Almanaque das Relações Econômicas e Comércio Externo da China

Mas deverá haver alguma cautela na análise destes números, já que os dados relativos ao investimento direto estrangeiro na China compreendem uma significativa, embora dificilmente quantificável parcela de investimento doméstico reciclado através das empresas *offshore*, que assim beneficiam dos incentivos concedidos ao investimento estrangeiro, principalmente de natureza fiscal (EIU, 1997).

O canal mais comumente utilizado para a reciclagem do investimento é Hong Kong. Segundo o *The Economist Intelligence Unit* (EIU), não existem dados fiáveis sobre o montante de fundos domésticos que reentram na China para beneficiar dos incentivos concedidos ao investimento estrangeiro, embora refira a existência de fontes que apontam

para grandezas da ordem dos 20 a 40% do investimento direto estrangeiro¹², isto é, entre 7,5 a 15 mil milhões de dólares americanos em 1995.

No entanto, o montante investido através de Hong Kong atinge tal dimensão que, mesmo descontando o que se estima constituir, afinal, investimento doméstico chinês, dificilmente o vizinho território seria afastado de um dos primeiros lugares no *ranking* dos investidores na China, senão mesmo do 1º lugar.

Já outro tanto se não poderá dizer de Macau¹³, sendo provável que não ocupe, na realidade, uma posição tão elevada. Todavia, ainda que Macau não tenha sido o 8º maior investidor na China em 1995, mas se encontre entre os primeiros quinze a vinte maiores investidores na RPC nesse ano, não deixa este seu posicionamento de ser, apesar de tudo, significativo para um território com apenas 21 Km².

Mesmo feitas as devidas reservas às estatísticas existentes, ressalta o domínio inequívoco dos capitais de Hong Kong e de Macau que influenciaram e dirigiram, nestes primeiros anos de abertura da China, o crescimento econômico e físico da região do sul do país, aí reproduzindo um modelo econômico com características comuns, ou seja, assente no setor industrial exportador e onde assumem relevância as indústrias intensivas em mão-de-obra menos qualificada (têxteis, calçado, brinquedos, etc.).

É em conseqüência de tudo isto que Macau, comungando de alguns dos fenômenos observados em Hong Kong, atravessa atualmente um período de transformações na sua economia, mas que alguns autores (Tsang Shu-ki, 1994) com os quais se tende a concordar, não consideram serem de caráter estrutural, não obstante a perda de importância do setor industrial na estrutura produtiva e a drástica redução da mão-de-obra nele empregue.

12 Algumas fontes crêem que cerca de 20% dos influxos recentes eram constituídos por capitais domésticos exportados e re-importados para, assim, poderem beneficiar dos incentivos concedidos aos investidores estrangeiros (UNCTAD, 1995), citado pelo Banco Mundial em "China 2020 - Integration with the global economy - China Engaged" chapter one, end note 6 pg. 10.

13 Um pequeno exercício para o ano de 1995 posicionaria o Território em 9º ou 13º lugares, caso se admitisse que 20% ou 40% do investimento direto estrangeiro de Macau na China fosse, afinal, constituído por investimento doméstico chinês.

Com efeito, alega Tsang Shu-ki, a transição de uma economia agrícola para uma economia industrial é motivada essencialmente por um aumento de produtividade no setor anteriormente dominante (agrícola) que permite libertar mão-de-obra e recursos para o setor moderno (industrial). O desenvolvimento industrial, por seu turno, traz igualmente benefícios ao setor agrícola, pela introdução da mecanização na agricultura. Desenvolve-se assim um círculo virtuoso, que faz progredir a economia.

[Um certo paralelismo poderá ser estabelecido entre o setor industrial e o dos serviços nas sociedades pós-industriais, sendo o Japão freqüentemente citado como exemplo onde a informação e a indústria progredem em conjunto].

É no entanto duvidoso, e aqui tende-se a concordar com o autor, que as alterações nos padrões de produção e do emprego na economia de Hong Kong e, com maior acutilância, na de Macau, reflitam tais melhorias qualitativas.

De fato, ao realocarem a produção na China, os empresários destes dois territórios não teriam sido motivados, como atrás se viu, pela utilização de tecnologias sofisticadas, mas sim pela possibilidade de redução dos custos de produção, processo esse que, antes pelo contrário, *desincentiva o upgrading* tecnológico. Além disso, Tsang Shu-ki refere ainda que o tipo de serviços que Hong Kong presta à China - a que se deverão acrescentar os prestados por Macau¹⁴ - são de tipo convencional.

Faltam, portanto, indícios claros do estabelecimento de um círculo virtuoso entre a indústria e os serviços na chamada "transformação estrutural" das economias de Hong Kong e Macau.

O autor conclui que, afinal, a tão propalada "transformação estrutural" parecerá mais um caso de re-afetação em grande escala de recursos no contexto de economia regional, em que duas áreas - Hong Kong e China - antes completamente desligadas, rapidamente removeram os

14 Tratam-se de serviços de complemento e apoio à exportação tais como a negociação, *marketing*, comercialização, financiamento da exportação, *design*, controlo de qualidade e embalagem.

obstáculos que impediam o fluir de fatores de produção e capital, estabelecendo um novo modelo de divisão do trabalho e de cooperação, que tem proporcionado benefícios significativos, a curto prazo, a ambas as partes. O risco desta situação reside no fato de os ganhos para ambas as economias serem de tal monta que não se sentem pressionadas a efetivarem uma verdadeira transformação estrutural das suas economias, necessária para melhorar as condições de eficiência a longo prazo.

Outros ainda (Enright, Scott, Dodwell, 1997) consideram que o declínio do setor industrial em Hong Kong é mais aparente que real. Por um lado, parte das atividades que anteriormente eram classificadas dentro do setor industrial, enquanto atividades secundárias de um dado estabelecimento industrial (comercialização, planejamento da produção, *design*, *marketing*, etc) teriam sido reclassificadas em serviços a partir do momento em que a unidade fabril foi re-localizada na China.

Além disso, a expansão da capacidade produtiva para outros locais, nomeadamente para o sul da China, permitiu que Hong Kong retivesse a sua posição de *leader* mundial em indústrias como a do vestuário, brinquedos, alguns produtos eletrônicos e relógios, encontrando-se as empresas industriais de Hong Kong alegadamente mais fortes hoje que nunca.

Na mesma linha de análise encontra-se o trabalho de uma equipe de investigadores do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) ao considerar que a escala das atividades industriais de Hong Kong se expandiu nestes últimos anos, apesar da produção dentro do Território ter diminuído, consubstanciando muito bem esta idéia na seguinte frase: "*Made by Hong Kong*" has grown, even as "*Made in Hong Kong*" has declined (Berger e Lester, 1997).

Para estes autores, o declínio do setor industrial é enganador, não só pelo crescimento da produção fora do Território, mas, mais importante ainda, porque repousa numa distinção entre indústria e serviços que esconde a crescente convergência entre os mesmos.

No lado dos recursos, as atividades tradicionalmente consideradas como serviços são *inputs* principais para o processo industrial, en-

quanto as indústrias transformadoras são a fonte da maior parte das inovações na produção de serviços. A convergência é ainda mais evidente no lado do produto. Por um lado, para os atuais consumidores, o valor de um produto depende cada vez mais de um conjunto de atributos intangíveis - *design*, qualidade, originalidade, moda, rapidez na entrega - que, quando não forem incorporados num produto, são classificados como serviços.

Conclue-se então que a fronteira entre indústria e serviços é cada vez mais difusa e que manter a ficção estatística de uma forte distinção entre os mesmos cria dois tipos de confusões. Em primeiro lugar, conduz ao que é quase certamente uma sub-avaliação da real dimensão e âmbito do setor industrial em Hong Kong. Em segundo lugar, esconde as possibilidades específicas de crescimento que derivam das capacidades e potencialidades próprias de Hong Kong, enquanto potência industrial.

Sem dúvida que estas abordagens constituem elementos importantes para uma melhor compreensão do impacto para Macau do investimento que, desde finais da década de 80, tem sido realizado pelos industriais do Território na RPC, em particular sobre o processo de tercearização da economia de Macau.

Entretanto, há a considerar que o fluxo de investimentos não é só direcionado do Território para a China. O movimento inverso é uma realidade, tendo o investimento chinês em Macau sido assinalável nos últimos anos.

A Associação das Empresas Chinesas de Macau (ACEM) divulgou recentemente (*Jornal de Macau*, 20/2/98) que a China é atualmente o maior investidor em Macau, com uma quota de:

- 60% do setor financeiro do Território,
- 50% do setor segurador,
- 80% do setor da construção civil e imobiliário,
- 30% do comércio de *import/export*
- 50% da área do turismo (com excepção dos cassinos e loterias).

Das 151 empresas com capital da RPC registadas na Associação, 45 são *joint-ventures* com capitais de Macau e de outros países. Nam Kwong, Nam Yue e Zhu Kuan são os três maiores grupos chineses instalados em Macau, o primeiro ligado ao Ministério do Comércio Externo e Cooperação Económica da China, o segundo ao governo da província de Guangdong e o terceiro ao governo municipal da zona económica especial de Zhuhai.

De relevar a não divulgação de dados sobre o investimento das empresas da RPC no setor industrial, o que pode ser motivado pelo fato de, para além do jogo, constituir talvez o setor onde haja menor investimento daquelas empresas. Aliás, dada a forma já anteriormente analisada de como surgiu o setor industrial exportador em Macau, é natural que o mesmo seja hoje dominado essencialmente por capitais locais ou em parceria com industriais de Hong Kong.

Em contrapartida, note-se o enorme peso estimado das empresas da RPC no sector da construção civil e imobiliário (80%). Com efeito, se na década de 80 este setor se desenvolveu a um ritmo apreciável à custa essencialmente de capitais locais e de Hong Kong; para satisfazer a procura crescente de habitação e de instalações industriais, na década de 90 a situação altera-se radicalmente. O surto de investimento dos anos 90 em Macau é também reflexo das reformas económicas e da política de abertura da China, já que uma parte significativa dos fluxos maciços de capitais, que alimentaram a bolha especulativa neste setor, é originária da RPC.

De certa forma, pode dizer-se que o mercado imobiliário do Território - à semelhança aliás do que passou a suceder em muitas cidades da região da Ásia-Pacífico e na própria região do delta do Rio das Pérolas - em vez de localizado e distinto, passou a estar sujeito ao mesmo processo de globalização dos mercados cambiais e financeiros. Fluxos maciços de capital para investimento imobiliário começaram a atravessar fronteiras regionais e locais, forçando analistas urbanos a reavaliar antigos conceitos sobre a natureza local do mercado imobiliário e, conseqüentemente, do desenvolvimento urbano (Yue-man Yeung, 1993).

Do outro lado da fronteira, assiste-se também ao aumento significativo do nível de urbanização da região do delta do Rio das Pérolas, realizada por vezes à custa de alguma degradação do meio-ambiente.

A delegação de maiores responsabilidades econômicas nas cidades e empresas do delta, teria conduzido a uma forte concorrência na construção de infra-estruturas rivalizando, dessa forma, na atração de investimento. Revelador dessa intensa competição e forte orientação para o relacionamento com o exterior é a existência de cinco novos projetos aeroportuários¹⁵ no delta, ao mesmo tempo que se verifica uma baixa densidade da rede viária e ferroviária na região, para além de se ter, por exemplo, descuidado em dotar a região de meios de transportes de alta velocidade (Ng, M. K. e Tang, W.-S., 1997).

Após uma primeira tentativa pouco sucedida de coordenação do desenvolvimento regional do Delta pela aprovação, em 1989, de um Plano Diretor Urbanístico para o Delta do Rio das Pérolas¹⁶ (*Pearl River Delta Urban System Plan*), só recentemente, em 1995, foi aprovado um Plano Diretor Regional do Delta do Rio das Pérolas (*Pearl River Delta Regional Plan*).

Parece existir agora uma preocupação por parte das autoridades chinesas de, não só continuar a promover as ligações entre o delta e o exterior (através de Hong Kong e Macau), como também estimular um desenvolvimento interno ao próprio delta. Segundo aqueles autores, o Plano aponta para o desenvolvimento de três grandes metrópoles — Guangzhou, Shenzhen e Zhuhai — assim como de corredores urbanizados de pequenas cidades¹⁷ que se desenvolvem entre estes grandes centros metropolitanos, ligados por infra-estruturas tais como auto-estradas, caminhos de ferro e “*auto-estradas de informação*”. A

15 Em Guangzhou, Hong Kong (Chep Lap Kok), Macau, Shenzhen e Zhuhai.

16 Segundo Mee Kam Ng e Wing-shing Tang, o resultado foi que as vilas e cidades do delta só implementaram as medidas previstas no Plano Diretor Urbanístico do delta do Rio das Pérolas julgadas mais benéficas ao seu próprio desenvolvimento.

17 Para além de Guangzhou, Shenzhen e Zhuhai, as cidades mais importantes do delta são Dongguan, Zhonshan, Panyu, Nanhai e Shunde. O Plano Regional aborda cinco questões - desenvolvimento urbanístico, ambiente, infra-estruturas, desenvolvimento económico e social - mas Mee Kam Ng e Wing-shing Tang analisam essencialmente as questões relativas ao desenvolvimento urbanístico.

região será, assim, a “cabeça do dragão” estimulando o crescimento do sul da China através da ligação com a economia mundial.

O Plano de Desenvolvimento Regional do Delta do Rio das Pérolas representa, segundo aqueles analistas, um dos esforços mais recentes da China de integração do desenvolvimento urbano e regional no contexto das reformas econômicas e da política de abertura do país.

Aliás, deverá ter sido a percepção de que Macau não poderia ficar fora do sistema de ligações previsto para a região, e de que este se tornaria vital para a sua própria sobrevivência econômica, a razão que teria levado os particulares e as autoridades do Território a proporem a realização de um conjunto de obras cujo objetivo principal seria dotar Macau de novas ligações à China, a Hong Kong e mesmo ao exterior.

Entre essas obras incluem-se a extensão a Macau do caminho de ferro e da auto-estrada Zhuhai - Guangdong, a construção de uma ponte ligando o Território à ilha da Montanha, assim como o apoio a projetos particulares no sentido de melhorar as ligações a Hong Kong como a ponte entre Macau, Zhuhai e Hong Kong. No acesso ao exterior, releve-se o projecto privado de construção de um porto de águas profundas, a construir em ilha artificial, localizada a sete quilómetros a sul de Coloane. Para o tratamento destas questões e também ao que parece por sugestão de Macau, foi criada a Comissão Coordenadora de Infra-Estruturas Portugal-China (*Tribuna de Macau*, 2/10/97).

A concretização destes projectos daria um novo estímulo ao papel de entreposto que Macau parece aspirar vir de novo a desempenhar, embora agora em moldes diversos do passado, já que se desenvolveria num espaço fisicamente contíguo a uma região mais abrangente, englobando Hong Kong e o delta do Rio da Pérolas. A integração física oferece oportunidades importantes à integração econômica, permitindo o desenvolvimento de três vetores logísticos - os transportes, as comunicações e a energia.

Por outro lado, as combinações entre vendedor, produto, comprador, meio de transporte e condições financeiras da transação tornaram-se

hoje praticamente infinitas mas, para que todo este processo resulte, é necessária uma concentração enorme de capacidades e técnicas altamente especializadas.

Assim, o progresso das ligações a Hong Kong permitiriam a Macau vir a beneficiar de um conjunto de competências que o vizinho território já detém e que tem vindo sistematicamente a melhorar nos últimos anos e, ao mesmo tempo, ver-se estimulado a desenvolver idênticas competências e potenciar outras com um carácter mais complementar, tendo em conta as suas realidades e o seu passado.

3. CHINA – INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA NO MUNDO

O ritmo de integração global – alargamento e intensificação das relações internacionais comerciais, de investimento e financeiras – acelerou desde meados dos anos 80.

A China, ao tomar medidas significativas para liberalizar a sua economia desde que Deng Xiaoping, em 1979, começou a dismantelar pouco a pouco a economia planificada, deu um enorme contributo a este processo de globalização da economia mundial.

Uma das formas de medir o grau de abertura das economias é através do rácio do comércio externo e do investimento direto estrangeiro, relativamente ao PIB. Segundo um estudo recente do Banco Mundial, em 1975-79 o comércio externo da China representava 10% do PIB, um dos rácios mais baixos entre 120 países observados. Em 1990-94 essa relação subiu para 36%, colocando a RPC em terceiro lugar nesse conjunto de países (World Bank, 1997).

Os fluxos de investimento estrangeiro eram praticamente inexistentes na China em 1979 e o rácio deste investimento em relação ao PIB passou, em 1990-94, para 3.5%, ou seja, o nono mais elevado apresentado pelo mesmo conjunto de países.

Já vimos anteriormente que o investimento chinês tem também se expandido para o exterior (Macau e principalmente para Hong Kong), tendo em 1995 representado 2% dos fluxos globais de capital, o que posicionou a China em 8º lugar a nível mundial e como principal exportador de capitais entre os países em vias de desenvolvimento.

Pode-se hoje afirmar que a RPC é não só irreversivelmente parte da economia mundial, como parece, ainda, estar a destacar-se cada vez mais como potência regional, sendo exemplo disso mesmo a forma como se assumiu como fator de estabilidade na recente crise asiática.

A evolução da economia chinesa, aliada às profundas alterações na situação política internacional decorrentes da queda do muro de Berlim em 1989, conseqüente desintegração da União Soviética em finais de 1991 e transição para economias de mercado nos países da Europa de leste, teriam levado a China a redefinir um novo quadro de relações internacionais na base da que já tem sido chamada "diplomacia do comércio", por atribuir maior importância aos aspectos económicos, num espaço que, anteriormente, durante a Guerra Fria, era exclusivamente reservado a fatores político-militares.

O inverso também sucede, isto é, os países com quem a China intensificou relações comerciais e de investimento (com particular destaque para os EUA, União Européia e Japão) estão também a reajustar as suas próprias estratégias em relação à China.

Em 1996, os principais parceiros comerciais da RPC foram o Japão, os Estados Unidos, Hong Kong e a União Européia que, em conjunto, representaram cerca de dois terços do comércio total da China. Se a este grupo juntarmos Taiwan e a Coreia do Sul, aquela percentagem sobe para 77%.

Na Europa, em lugar de destaque, surge a Alemanha, responsável por 33% do comércio total da China com a União Européia, seguindo-se

bastante distanciados o Reino Unido e a Itália, cada um com uma quota de 13% daquelas trocas comerciais.

Esta estrutura do comércio externo da China ao revelar uma concentração excessiva tem, por seu lado, conduzido a situações de tensão com os seus principais parceiros comerciais, em particular com os Estados Unidos (dado o elevado déficit comercial desfavorável a este último e problemas em matéria de propriedade intelectual), União Européia (com vários casos de *dumping*) e Japão (contingenciação das importações têxteis provenientes da China), para só citar alguns exemplos.

Reflexo, de certa forma também, das dificuldades de entendimento existentes a nível comercial, é o fato de, relativamente às principais organizações econômicas internacionais, a China ter assento no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial desde 1980, enquanto ainda decorrem as negociações para adesão à Organização Mundial do Comércio. Note-se que as negociações para a sua (re)admissão no GATT,¹⁸ requeridas formalmente em Julho de 1984, não conseguiram chegar a bom termo antes da conclusão do *Uruguay Round*, prosseguindo agora no quadro da nova OMC.

Mas, de 1991 para 1995, o número de países com os quais a China manteve relações econômicas e comerciais, subiu de 173 para 225. Com efeito, a necessidade de assegurar um ritmo de crescimento do comércio externo relativamente elevado, como modo de garantir a entrada de um volume suficiente de divisas que permita prosseguir a sua política de modernização econômica, levou-a a encetar, mais vigorosamente a partir de 1991, uma política de diversificação de mercados.

Esta política promove uma maior aproximação a outros países asiáticos, mas é virada também para mercados mais distantes como os países da Europa de Leste e as economias emergentes da América Latina.

¹⁸ A China foi signatária do GATT em 1948, mas deixou de participar em 1950 nas suas atividades.

Embora representando uma parcela ainda diminuta (2,3%) do comércio total da China, o comércio bilateral entre este país e a América Latina triplicou de 1990 a 96, passando de 2,3 para 6,7 mil milhões de dólares norte-americanos, dos quais 1/3 são realizados com o Brasil,¹⁹ principal parceiro comercial da China na América Latina.

Recentemente passou também a incluir a intensificação das relações de cooperação, investimento e comércio com África.²⁰ Disso é exemplo o périplo a seis países africanos²¹ realizado em Maio de 1996 pelo Presidente Jiang Zemin, tendo concluído com cada um deles, acordos de cooperação económica e técnica, a que se seguiram outras iniciativas. Numa entrevista sobre o impacto da crise financeira asiática na China, a então ministra do Comércio Externo e Cooperação Económica, Wu Yi, defendeu há meses a necessidade de diversificar as exportações chinesas para os novos mercados emergentes da África e América Latina (*South China Morning Post*, 10/2/98).

Embora o continente africano não possa ser considerado como um dos principais mercados para a China, dado que as trocas comerciais com aquele continente representaram em 1997 menos de 4% do comércio total da RPC, dos quais 1/3 diz respeito ao comércio com a África do Sul, é possível, contudo, que investimentos de empresas chinesas em África venham a marcar uma nova era de presença comercial significativa.

Assim sendo, é de todo o interesse ter uma ideia do que a China pode oferecer a todos quantos com ela vierem a intensificar as relações comerciais, económicas e de cooperação.

19 Em 1996 as exportações da China para o Brasil atingiram cerca de 760 milhões de dólares dos EUA e as importações pela China de produtos brasileiros foram de quase 1500 milhões de dólares, o que se traduziu num excedente comercial favorável ao Brasil.

20 Outro dos motivos da diplomacia ativa da China em África terá a haver com o fato de, em Agosto de 1996, nove dos trinta países que mantinham relações diplomáticas com Taiwan serem africanos e a RPC estar empenhada em evitar que esse número aumentasse (Yasuo Onishi, *IDE Spot Survey - One country, two systems - China's Dilemma*, Institute of Developing Economies, Tokyo, 1997).

21 Egípto, Quênia, Etiópia, Mali, Namíbia e Zimbabué.

4. O MERCADO CHINÊS – DIMENSÃO, DIFICULDADES DE PENETRAÇÃO E POTENCIALIDADES.

Com uma área semelhante à dos Estados Unidos, a China tem o quádruplo da população daquele país, isto é, cerca de 1,3 mil milhões de pessoas e, em termos universais, a sua população representa 1/5 da humanidade, proporção essa que se tem mantido relativamente estável nos últimos 25 anos.

Mas se em termos numéricos a população da China é equivalente à soma das populações dos Estados Unidos, Brasil, Rússia, Japão, México, Alemanha, Itália, Reino Unido, França, Espanha, Canadá, Austrália, Bélgica e Suíça (M. Weidenbaum e S. Hughes, 1996), já em termos económicos esse número deverá ser reduzido para cerca de 350 milhões de habitantes.

Com efeito, em finais de 1995 apenas 343 milhões de pessoas tinham atingido um rendimento anual per capita de 516 dólares norte-americanos, sendo que o rendimento per capita nas áreas rurais se situava em apenas 200 dólares dos EUA, nível esse que impossibilita a aquisição de bens de consumo importados (EIU, 1997).

Para além disso, e apesar das profundas reformas económicas implementadas nos últimos anos pelas autoridades chinesas, o atual regime comercial em vigor naquele país é ainda caracterizado pela existência de variadas barreiras comerciais, as quais podem ser genericamente definidas como leis, regulamentos, políticas ou práticas que protegem a produção interna de bens ou serviços da concorrência estrangeira, ou a estimulam artificialmente.

É certo que a China tem dado, e está a dar, passos importantes em matéria de reduções tarifárias, quer no quadro de compromissos bilaterais quer no contexto da sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), embora os impostos aduaneiros aplicados aos produtos entrados na RPC tenham sido ainda, no passado recente e, em muitos casos, extremamente elevados. Em 1995 as tarifas NMF chegavam a atingir os 150%, enquanto a média dos impostos aduaneiros se situava acima dos 35%. A partir de Abril de 1996, contudo, entra-

ram em vigor importantes reduções dos impostos alfandegários relativos a um conjunto de 4.000 posições pautais, tendo-se alcançado uma média de 23% em 1996 e de 17% em 1997.

Mas mesmo assim, recentemente e no quadro das negociações de adesão à OMC, a RPC dispôs-se a reduzir ainda mais os direitos de importação, caindo progressivamente da média actual de 17% para 10% até 2005, bem como a suprimir todos os contingentes no mesmo prazo.

Mas, talvez mais do que o seu nível ainda relativamente elevado, é a imprevisibilidade da aplicação das tarifas alfandegárias que continua a criar dificuldades às empresas que importam e exportam para o mercado chinês.

De fato, os impostos aduaneiros devidos pela entrada de um mesmo produto podem variar, dependendo de vários fatores, nomeadamente desse produto ser ou não elegível para lhe serem aplicadas reduções, ou mesmo isenção, e do respectivo local de entrada. Com efeito, critérios diferentes de avaliação do valor aduaneiro são aplicados nos diversos pontos de entrada. Por outro lado, dadas as flexibilidades de decisão a nível local sobre a aplicação ou isenção das taxas oficiais, os impostos aduaneiros efetivamente pagos são, muitas vezes, o resultado de negociação entre os empresários e os agentes alfandegários.

Os produtos que entram na China podem ainda, para além das taxas aduaneiras, ser sujeitos a impostos de valor acrescentado e outros. Tais impostos, em princípio, deveriam recair quer sobre os produtos importados, quer sobre os produzidos internamente, mas a sua aplicação não tem sido uniforme, sendo que estas taxas podem também ser negociadas.

Apesar de um considerável número de medidas adotadas no sentido de as remover, a China ainda mantém um conjunto de múltiplas e sobrepostas barreiras não-tarifárias tais como quotas, licenciamento na importação e outros controles administrativos, com vista a restringir as importações e promover as suas políticas industrial e comercial.

O nível de importações autorizadas ao abrigo destas medidas não-tarifárias é resultado de complexas negociações entre o Governo Central, ministérios, corporações estatais e empresas de *import/export*. Assim, um conjunto de requisitos de licenciamento da importação tem atuado como barreira efetiva à entrada de determinados produtos no mercado chinês.

Outro dos obstáculos de acesso ao mercado chinês reside no tipo e número de entidades que, na RPC, são autorizadas a efetuar operações de comércio externo, sendo concedida às empresas estrangeiras a possibilidade de importação apenas dos materiais de que necessitam para a sua laboração. Registre-se que, também nesta área, foram dados passos significativos, já que em 1979 haviam apenas 14 empresas comerciais públicas autorizadas a fazer negócios no estrangeiro, enquanto atualmente existem mais de 12 mil empresas nessa situação.

Como anteriormente se referiu, ao longo destes anos a China foi estabelecendo condições preferenciais para o investimento estrangeiro, existindo hoje um conjunto de situações com aspectos comuns mas, também, com particularidades que as diferenciam umas das outras, tais como zonas econômicas especiais, zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico, cidades costeiras abertas, áreas abertas (como a do delta do Rio das Pérolas), zonas para novas e altas tecnologias e armazéns de regime aduaneiro/zonas francas, tornando difícil e complexa a decisão sobre a localização de um dado investimento.

O acesso dos investidores estrangeiros à China é ainda regulado por um sistema complexo, e muitas vezes contraditório, de controles nacionais, regionais e locais. Entre os principais obstáculos que os investidores estrangeiros enfrentam, encontram-se uma multiplicidade de leis, regras e regulamentos aparentemente arbitrários, disponibilidade escassa de divisas estrangeiras, proteção insuficiente da propriedade intelectual, controles de produção, tratamento desigual daquele que é concedido às empresas nacionais e ausência de mecanismos para a resolução de diferendos. Para além disso, é ainda mencionada a falta de transparência, quer relativamente às condições de investimento,

quer de comércio, decorrente não só da privação ao acesso a essa regulamentação, que muitas vezes nem está publicada, ou pela sua implementação variar de região para região.

Dadas as ainda consideráveis restrições existentes no mercado chinês de serviços (geralmente as empresas estrangeiras prestadoras de serviços só são autorizadas a laborar com licenças de caráter seletivo e numa determinada área geográfica), a RPC já manifestou intenção de, eventualmente, abrir o seu mercado, tendo de modo pontual começado a fazê-lo numa base "experimental".

Estes são apenas alguns exemplos da atual política comercial e de investimento da RPC e das dificuldades de penetração naquele mercado, decorrentes de uma economia em desenvolvimento com particularidades muito próprias, mas que, em muitos aspectos importantes, ainda detém características alheias a uma verdadeira economia de mercado.

Por outro lado, ninguém pode ter a certeza do que sucederá na China, nem nos próximos anos, nem nos próximos meses. É possível que a recente crise asiática, aliada a uma desaceleração do crescimento econômico, depois de quatro anos de medidas de austeridade adotadas após o *boom* dos primeiros anos da década de 90 venha, a curto prazo, a ter reflexos negativos nas condições econômicas da China, sendo de momento difícil prever se se estará apenas perante uma nova desaceleração do crescimento, ou à beira de uma recessão, como é indiciado pela edição da primeira semana de Maio do corrente ano do *The Economist*.

É óbvio que uma parada ou retrocesso na implementação das reformas previstas teria consequências muito negativas, não só para a economia chinesa como para a economia mundial, mas o empenho dos dirigentes chineses no prosseguimento das mesmas parece manter-se, o que é, sem dúvida, um sinal muito positivo, e leva a admitir que, a prazo, não obstante as atuais dificuldades, os principais objetivos definidos não serão postos em causa.

Assim, o 9º Plano Quinquenal (1996-2010) define um conjunto de orientações²² no sentido de realizar a transição de uma “economia planificada” para uma “economia socialista de mercado”. A nível do investimento, para além da definição dos setores prioritários, contém orientações no sentido de melhorar as condições de investimento. Mais recentemente, o programa do novo Governo anunciado por Zhu Rongzhi em Abril passado, contempla a reforma do sistema de investimento, isto é, a alteração de um processo essencialmente controlado por via administrativa, para outro sujeito às regras do mercado.

5. POTENCIAL PAPEL DE MACAU

Se por ocasião do anúncio da abertura da China, em 1978, os ocidentais estavam de olhos postos no vasto potencial de centenas de milhões de consumidores e ficaram desiludidos por ter sido dada prioridade (nomeadamente nas zonas económicas especiais) ao estabelecimento de indústrias orientadas para a exportação, hoje estão a intensificar os contatos comerciais, face a novas oportunidades de negócio desconhecidas, e impensáveis, há bem poucos anos atrás.

Entretanto, dado que as autoridades provinciais e empresas chinesas estão a adquirir maior autonomia em matéria de investimento e comércio externo, os países, ao lidarem com a RPC, deparam-se com a necessidade de tomar em consideração o impacto e as oportunidades desta nova realidade.

Já vimos que a extensão do processo produtivo de Hong Kong e Macau, aliado ao investimento de outras origens (principalmente na década de 90) fez de Guangdong a província mais desenvolvida, com um rendimento per capita dos mais elevados do país.

Nesse sentido, o Sul da China está a evoluir de uma economia essencialmente orientada para a exportação para outra dependente da expansão do consumo, isto é, encontra-se em transição de uma econo-

²² Através da intervenção em seis áreas principais: empresas estatais, sistema bancário, sistema fiscal, comércio, preços e mercado, tendo como objetivo central a reforma das empresas estatais.

mia exportadora para o desenvolvimento de uma classe média com algum poder de compra.

A procura interna expandiu-se rapidamente, quer em resposta ao dinamismo do investimento, quer ao aumento do consumo privado, e o reflexo traduziu-se no transbordo para as importações de uma parcela considerável da procura, preenchendo Hong Kong essas necessidades, ao desempenhar o papel de entreposto comercial e de fornecedor dos serviços procurados.

Resta saber se Macau pode aspirar vir a desempenhar, face às evoluções descritas, um papel idêntico na articulação das relações económicas e comerciais entre os países lusófonos e a China, em particular a sua região do Sul.

Após mais de quatrocentos anos de presença portuguesa, muito brevemente irá ocorrer a transição da soberania de Macau para a China. O Território vai tornar-se, dentro de ano e meio, a Região Administrativa Especial de Macau que gozará, segundo o princípio de "um país, dois sistemas" estipulado na Declaração Conjunta assinada pelos Governos da China e de Portugal em Abril de 1987, de um elevado grau de autonomia, com poderes legislativo e judicial independentes.

De acordo com a Lei Básica (1993), com estatuto semelhante a uma Constituição, a Região Administrativa Especial de Macau permanecerá autónoma em todas as áreas, excepto duas - relações externas e defesa - mantendo-se, a princípio, inalterados o sistema capitalista e o modo de vida atuais, nos 50 anos seguintes à passagem da soberania.

Nas provisões relativas ao sistema económico e legal, são de realçar, entre outras, a proteção por lei da propriedade das pessoas e empresas, dos investimentos provenientes de fora da Região, a manutenção de um sistema fiscal independente e a prossecução de uma política de comércio aberto garantindo o livre fluxo de bens e capitais. A Região Administrativa Especial de Macau é responsável pelas suas políticas económica, fiscal, monetária e financeira e mantém-se como porto franco e território aduaneiro separado. Pode participar em organizações internacionais e em acordos comerciais internacionais.

O processo de abertura da China e, conseqüentemente, o seu gradual posicionamento enquanto potência mundial, estão a conduzi-la necessariamente a um estreitamento de relações políticas, comerciais, de investimento e cooperação com os países desenvolvidos entre os quais, a União Européia, onde se encontra Portugal, bem como a diversificar essas relações, englobando países em vias de desenvolvimento, nomeadamente de África e da América Latina, ambos continentes onde existem países de expressão portuguesa.

Atualmente, quando se fala em comércio, já não se pode pensar apenas em troca de mercadorias e em tarifas alfandegárias. O comércio internacional é hoje uma realidade muito mais complexa, envolvendo também os aspectos comerciais relacionados com a propriedade intelectual e o investimento, bem como a troca de serviços.

Para além de eventuais acordos bilaterais, o comércio internacional é hoje regido por um conjunto de acordos multilaterais que a maioria dos países do mundo, no quadro da OMC, se compromete a respeitar.

Nesse sentido, num mundo que se organiza cada vez mais sobre processos de comunicação, as questões linguísticas e culturais parecem assumir uma importância crescentemente relevante.

Sendo Macau o único local da China e mesmo de toda a Ásia Oriental em que existem sistemas linguístico e cultural idênticos aos dos países lusófonos, gozando ainda de vantagens institucionais (porto franco, autonomia na condução das suas relações comerciais com o exterior), reúne à partida as melhores condições para, mesmo após a transição de soberania, constituir natural ponto de apoio e elo de ligação dos países lusófonos com o sul da China.

Conseqüentemente, se, por um lado, pode ser útil à China ter no seu seio sociedades mistas, facilitadoras do seu relacionamento com o exterior, para Macau, o desempenho dessas funções relativamente aos países de expressão portuguesa, proporcionaria condições para melhor preservar a sua própria identidade.

Note-se que desde 1992 Macau mantém um acordo de comércio não preferencial e de cooperação com a UE, mas o papel que Macau pode-

rá ou não desempenhar na ligação atrás referida, depende também de uma visão da posição estratégica da União Européia e de Portugal, enquanto seu membro, e das empresas européias e portuguesas em relação à China, à África e à América Latina.

Relativamente à União Européia, note-se que foi aprovada, em 25 de Março passado, em Conselho de Ministros, uma nova estratégia para a China ("*Building a comprehensive partnership with China*") em que, entre outros aspectos, se eleva e intensifica o estatuto do diálogo político bilateral através da realização de cimeiras anuais de Chefes de Estado e Primeiros-Ministros, situando-o ao mesmo nível dos Estados Unidos, Japão e Rússia.

A evolução das relações União Européia/China revela, de certa forma, uma percepção tardia dos europeus das modificações operadas naquele país já que, como refere aquele documento, até 1994 o diálogo político bilateral estava limitado a curtas reuniões anuais realizadas à margem da Assembléia Geral das Nações Unidas. Conseqüentemente, na ausência de uma política comum nas relações Europa/China, desenvolveram-se estratégias bilaterais de abordagem, nomeadamente pela Alemanha (de que se dará mais adiante exemplo de uma ação concreta). Porém, em 1995 parece ter havido uma mudança de atitude dos europeus face à China quando, a UE adota um plano²³ delineando a sua política global para o desenvolvimento das relações, a longo prazo, com a RPC.

A nova estratégia agora divulgada constitui, por um lado, um esforço da UE em ir acompanhando e respondendo aos desafios econômicos e políticos colocados pelas modificações operadas na China desde 1995, bem como traduz o reforço da própria UE no contexto da economia mundial. Aliás, é salientado este aspecto no documento em causa, considerando-se a UE hoje munida de novos meios para se afirmar

²³ Este plano é precedido da "Nova Estratégia para a Ásia", adotada pela UE em 1994 em que, reconhecendo-se a importância crescente da Ásia no contexto da economia mundial, se preconiza a mudança de atitude da UE através do estabelecimento de uma relação equilibrada com os países do continente asiático nos domínios do auxílio financeiro, cooperação, relações comerciais e formação. Institui um diálogo permanente através de uma cimeira entre Chefes de Estado e Primeiros-Ministros da UE e da Ásia (ASEM).

no mundo, em virtude da introdução da moeda única (o Euro), do próximo alargamento a leste e da existência do tratado de Amsterdão.

No que respeita a Portugal, interessa salientar que alguns passos importantes foram dados pela publicação, em Dezembro passado, de um novo Regulamento Consular em que, para além das funções de representação externa, atribui de novo aos consulados portugueses uma função interventora na área cultural e econômica, conferindo-lhes um estatuto de primeira prioridade. Naquele diploma, entrado em vigor em vésperas do estabelecimento do consulado de Portugal em Macau, incluem-se também as figuras de "cooperação no quadro da Comunidade Lusófona" e "cooperação entre Estados Membros da União Europeia", tendo já sido considerado como uma pequena "revolução legislativa"²⁴ (Carlos Frota, 1998).

Se estes são aspectos positivos a considerar no desenvolvimento desta estratégia, outros pesam em sentido contrário, nomeadamente a fraca presença das empresas portuguesas em Macau e no Oriente em geral e não se vê como tal situação possa ser invertida se não através de fortes esquemas de apoio apropriado, até porque outros já o estão a fazer.

Existem experiências bem sucedidas como o estabelecimento de um "Centro Alemão" (*German Center*) em Singapura de apoio às pequenas e médias empresas para penetração nos mercados da Ásia-Pacífico, citado num relatório²⁵ da Comissão para a Política Comercial e de Investimento EUA-Pacífico, como exemplo a seguir pelos Estados Unidos para aumentarem as suas relações comerciais e de investimento na região. O "Centro Alemão" oferece aos empresários daquele país uma oportunidade de evitar custos de operação associados com a condução dos negócios na região, prestando-lhes serviços que incluem oferta gratuita de espaço de escritório, serviços básicos de apoio às empresas e de tradução. O primeiro destes centros foi tão eficaz na

24 Ver artigo de Carlos Frota, diplomata e diretor do Gabinete instalador do Consulado-Geral de Portugal em Macau, intitulado "O novo Regulamento Consular Português — A reforma que tardava", em *Ponto Final*, 23 /1/ 98.

25 "Building American Prosperity in the 21st Century — U.S. Trade and Investment in the Asia Pacific Region", *Report of the Commission on the United States-Pacific Trade and Investment Policy* (Wash., 1997).

expansão das atividades das pequenas e médias empresas alemãs na região da Ásia-Pacífico, que já se encontra em construção um segundo centro em Xangai e projetados outros tantos para Seul, Beijing e Hanói.

Numa outra vertente estratégica e ainda como aspecto menos positivo há a considerar a inserção da comunidade portuguesa (quase) exclusivamente na Administração Pública (estando a perder a importância que detém e prevendo-se que a perca mais no futuro próximo) e a ausência de sinólogos portugueses.

Em Março passado, em Braga, e por ocasião do lançamento de livros de autores chineses em português, João de Deus Ramos, administrador da Fundação Oriente, lembrou que *"apesar de uma presença portuguesa de mais de quatro séculos na China, os portugueses estão na cauda da Europa em matéria de conhecimento e divulgação da cultura chinesa"* fato que atribui *"à existência em Macau de pessoas que falam chinês e conhecem a China, ou seja, a idéia de que os portugueses já sabiam tudo sobre a China."* (*Jornal de Macau*, 4/3/98).

Por último, se relativamente à África e América Latina, para além dos laços históricos e culturais, já se parte da base de um relacionamento comercial e de investimento relativamente forte entre Portugal e os países de expressão portuguesa nesses continentes, no que respeita a Macau as suas relações económicas principais não passam atualmente pelos países lusófonos.

Como já foi referido, os investimentos, em Macau, são essencialmente oriundos da China e de Hong Kong e, a nível das relações comerciais, elas estabelecem-se principalmente com os Estados Unidos (26%), União Européia (23%), RPC (17%) e Hong Kong (16%) que, em conjunto, representaram cerca de 82% do comércio total de Macau em 1997.

Dentro da União Européia, as relações comerciais com Portugal²⁶ caracterizam-se por um valor muito reduzido (0.6% do comércio de Macau em 1997), por um saldo comercial favorável a Portugal e

²⁶ Portugal absorveu 0.2% das exportações totais de Macau em 1997 e forneceu 1% das suas necessidades de importação.

pela pouca importância relativa do país enquanto parceiro integrado na União Européia.

Por seu lado, as exportações totais de Macau²⁷ dirigem-se predominantemente para os Estados Unidos e União Européia que, em conjunto, absorveram, em 1997, quase 80% das vendas do Território ao exterior e as importações²⁸ provêm sobretudo da região da Ásia Pacífico, nomeadamente da RPC, Hong Kong, Japão e Taiwan, o que revela bem o padrão de integração da economia de Macau.

Acresce ainda o fato de, a par do movimento de globalização da economia mundial, existir uma tendência crescente para a criação de espaços econômicos alargados, de que são exemplos a NAFTA, a UE, o MERCOSUL e a APEC, acompanhando uma tendência de regionalismo. A nível das economias chinesas surgem os defensores da constituição da "Grande China", constituída pelas economias da RPC, Taiwan, Hong Kong e Macau (havendo ainda quem incluía Singapura neste agrupamento).

De certa forma, esta nova tendência pode corresponder a uma necessidade dos países resolverem, através da cooperação regional, problemas demasiado complexos para serem enfrentados individualmente. Mas pode também traduzir um esforço destes países em protegerem os seus próprios mercados internos, o que resultaria na formação de blocos comerciais rivais.

A questão principal que hoje se coloca neste domínio incide sobre qual das duas tendências vingará ou seja, se o regionalismo constituirá um fim em si mesmo ou apenas um instrumento para um futuro mundo integrado.²⁹

27 Os principais mercados de exportação em 1997 foram os EUA (45%), UE (33%), Hong Kong (8%) e RPC (6%).

28 Em 1997, Macau importou essencialmente da RPC (29%), Hong Kong (25%), UE (12%), Japão (9%), Taiwan (8%) e EUA (6%). As importações de Hong Kong estarão sobreavaliadas devido ao papel de entreposto em relação a Macau.

29 Uma primeira abordagem a esta temática consta do texto "*Macau in Transition: Economic Problems and Prospects in International and Regional Contexts – Official Perspective*", elaborado pela autora e apresentado pela Directora dos Serviços de Economia na Nona Reunião Geral da ADIPA (*Association of Development Research and Training Institutes of Asia and the Pacific*), realizada em Macau, de 8 a 11 de Outubro de 1991.

A resposta a esta questão é crucial, particularmente no caso de territórios pequenos como Macau, dado que os pólos de atração destes blocos são de fato muito fortes, sendo difícil evitar virem a ser eventualmente atraídos por um ou por outro.

É, portanto positivo que já tenha sido submetido formalmente o pedido de adesão de Macau à APEC³⁰ pois, a par das organizações econômicas e comerciais multilaterais como a OMC de que Macau é membro fundador, há interesse que o Território coopere com as economias da sua região, mas na base de um regionalismo aberto conforme preconizado pela APEC.

Para os homens de negócios de Macau a aproximação à região da Ásia Pacífico surge natural dadas as suas atuais relações econômicas e comerciais e, sendo na sua esmagadora maioria de etnia chinesa, é atraente por ao mesmo tempo propiciar uma aproximação com a região do sudeste asiático, onde uma numerosa comunidade chinesa faz antever a possibilidade de se estabelecerem laços comerciais e de investimento mais fáceis do que com outras paragens.

Note-se que as empresas pertencentes a famílias de etnia chinesa em Singapura, Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas constituem cerca de 70% do setor privado nesses países — com crescente influência no Vietnã e na Austrália. (M. Weidenbaum e S. Hughes, 1996).

6. CONCLUSÃO

A lógica de funcionamento de uma pequena economia como é a de Macau, totalmente aberta ao exterior e sujeita à influência fundamental de mecanismos e restrições fora do seu controle, requer uma capacidade de ajustamento interno rápida, flexível e capaz de “capitalizar” todas as oportunidades ou alterar tendências face a variações externas.

Nesse sentido, Macau não poderá manter-se numa atitude passiva aguardando negócios e investimento do exterior.

30 O pedido formal de adesão de Macau à APEC foi apresentado por Portugal em Março de 1993.

Necessita, por um lado, melhorar o conhecimento das economias da região e em particular da China. Teria sido esse talvez o motivo que levou a empresa *McKinsey & Company Inc.* a sugerir, num estudo encomendado pelo Governo do Território em 1990, a criação de um "*Departamento de Informação sobre o Mercado Chinês virado para a prestação de diversos serviços aos investidores estrangeiros que quisessem investir na China*", como refere Lam Mu, professor de Economia da Universidade de Zhong Shan da RPC, num artigo publicado na imprensa local.³¹ Ao ter-se concretizado esse projecto, em estreita aliança com a experiência que os industriais de Macau foram adquirindo no processo de realocização das suas fábricas na China, ter-se-ia melhor capacitado o Território para estar hoje em condições de potenciar oportunidades de comércio e de investimento a empresas, incluindo de países de expressão portuguesa, que pretendendo estabelecer as suas bases na região ou com ela comerciar, viessem a olhar para Macau não apenas como uma porta de saída mas também como porta de entrada para o Sul da China e região envolvente.

Com efeito, na escolha da sua localização, as empresas geralmente equacionam um conjunto de fatores, tendo o *Economist Intelligence Unit*, no estudo já anteriormente citado e após inquirição a um conjunto de multinacionais, apresentado por ordem decrescente de importância os seguintes:

- Proximidade do mercado
- Proximidade dos recursos
- Disponibilidade de alojamento de qualidade para os expatriados
- Reputação da burocracia local
- Considerações ambientais
- Presença de uma comunidade estrangeira significativa
- Ensino para filhos dos expatriados.

31 Ver artigo de Lam Mu, Mestre em Economia e Professor de Economia da Universidade de Zhong San da RPC "Macau deverá transformar-se num pólo estratégico local", publicado no Suplemento de Economia do *Comércio de Macau*, de 23/8/1991.

Sem dúvida que Macau reúne os dois fatores mais importantes, quer relativamente ao mercado do Sul da China, quer em relação à região da Ásia Pacífico. Note-se que o Território se encontra, tal como Hong Kong a apenas 5 horas de voo de mais de metade da população mundial (Enright, Scott e Dodwell, 1997).

Macau necessita, no entanto, concentrar esforços na melhoria do aparelho administrativo - havendo que questionar, sem preconceitos, se a existente estrutura, funcionamento e mentalidade administrativa servem o momento atual - e na manutenção de uma significativa presença portuguesa, bem como de atração de estrangeiros, para os quais há que criar condições de ensino para os seus filhos.

O Território necessita ainda melhorar o diálogo com as economias da região, num momento em que as mesmas se encontram num processo de desenvolvimento e de consolidação das suas organizações regionais.

Em conclusão, prosseguir os objetivos básicos de desenvolvimento de Macau, não só em estreita dependência com o desenvolvimento das economias vizinhas mais próximas, mas tomando também em consideração o ambiente internacional caracterizado por uma globalização crescente e mantendo, ao mesmo tempo, a sua identidade própria, constituem, certamente, os maiores desafios que o Território enfrentará no início do séc.XXI.

7. BIBLIOGRAFIA

BERGER, Suzanne e Lester, Richard K. *et al.*, *Made by Hong Kong* (Hong Kong, Oxford University Press, 1997).

Economist Intelligence Unit, *Multinational companies in China — Winners and losers* (Hong Kong 1997).

Economy of Macau, Chapter II "Industry", compilação de Wong Hon-Keung, publicado pelo Jornal Va Kio, Macau, 1988.

- ENRIGHT, Michael J., Scott, Edith E. e Dodwell, David, *The Hong Kong Advantage*, (Hong Kong, Oxford University Press, 1997).
- FEITOR, Renato, "Macau's Modern economy", in R.D.Cremer, *Macau - City of Commerce and Culture* (Hong Kong , API Press Ltd.,1991)
- NG, Mee Kam e Tang, Wing-shing, *The Pearl River Delta Urban System Plan – An Analysis*(Hong Kong, Hong Kong Institute of Asia Pacific Studies, The Chinese University of Hong Kong, 1997).
- SHUM, K.K. e Sigel, L.T., "Managerial Reform" in Y.C. Jao and S.K. Leung *China's Special Economic Zones - Policies, problems and prospects*(Hong Kong, Oxford University Press, 1986).
- VOGEL, Ezra F., *One step ahead in China: Guangdong under Reform* (USA, Harvard University Press, 1989).
- WEIDENBAUM, Murray e Hughes, Samuel, *The Bamboo Network: how expatriate Chinese entrepreneurs are creating a new economic superpower in Asia* (N.Y., The Free Press, 1996).
- WORLD BANK, *China 2020 – China Engaged, Integration with the Global Economy*(Washington D.C.,The World Bank,1997).
- YEUNG, Yue-man, *Pacific Asia in the 21st Century – Geographical and Developmental Perspectives*(Shatin, N.T., Hong Kong, The Chinese University of Hong Kong, 1993).

“FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL”: UM LABORATÓRIO DE TEORIA ECONÔMICA APLICADA¹

Fernão Pompêo de Camargo Neto²

“Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado, publicado pela primeira vez em 1959, se constituiu na obra-prima da literatura econômica brasileira.

Na Introdução que escreveu para seu livro, apresenta-o o autor como sendo um texto que “sugere um conjunto de temas que poderiam servir de base a um curso introdutório ao estudo da economia brasileira”, destinado às pessoas — aos “estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia [que eram os cursos em voga na época] em particular” — que, em número crescente, desejam “tomar um primeiro contato em forma ordenada com os problemas econômicos do país”. O conteúdo deste livro, aponta ele, tem pretensão tão-somente de se constituir “num esboço do processo histórico de formação da economia brasileira”, tendo, todavia, como preocupação central, “descortinar uma perspectiva o mais possível ampla”. Isto porque, em sua opinião, “sem uma adequada profundidade de perspectiva torna-se impossível captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos”.

Celso Furtado constrói, ao longo de sua obra, uma série de modelos interpretativos dos processos através dos quais foi sendo conformada a economia brasileira contemporânea, neles destacando os múltiplos condicionamentos a que ela esteve submetida em seu processo de gestação e moldagem.

Para ele, “a assimilação das teorias econômicas requer mais e mais ser completada, ao nível universitário, pela aplicação dessas teorias

1 Comunicação apresentada na Mesa nº 1 - *Teoria e História no Ensino de Economia*, no XIII Congresso da ANGE - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia, realizado, em Aracaju - SE, no período de 28 a 30 de Outubro de 1998.

2 Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), doutorando em Economia do IE/UNICAMP e Conselheiro do Co.R.Econ.-SP

aos processos históricos subjacentes à realidade na qual vive o estudante e sobre a qual possivelmente terá de atuar”.

Ao elaborar os esquemas interpretativos que apresenta, Celso Furtado procura criar condições para que os seus leitores — especialmente os estudantes universitários, aos quais tinha especialmente em mente ao escrever esta obra — possam melhor estruturar suas construções mentais, capacitando-os, progressivamente, à medida que os conceitos empregados sejam assimilados e a lógica interna dos modelos por ele apresentados seja apreendida, a interpretar os acontecimentos do passado, bem como, empregando métodos análogos, a analisar os processos econômicos, políticos e sociais em curso e a projetar cenários que permitam determinar o curso provável das tendências existentes, de forma tal que tenham possibilidades de projetar as trajetórias alternativas que possa a economia seguir rumo ao futuro.

Observa, ainda, o autor estar omitindo, no texto, quase totalmente, a bibliografia histórica brasileira, por escapar ao campo específico de seu estudo, que era “simplesmente a análise dos processos econômicos e não [a] reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos.” Todavia, aponta ele, nas notas de pé de página, 201 observações contendo referências bibliográficas, dados estatísticos, casos demonstrativos de suas afirmações, enunciados de conceitos, além de comentários diversos que, isoladamente ou tomados em conjunto, poderão se constituir em motivo de êxtase para os historiógrafos, economistas e outros cientistas sociais, ensejando-lhes, entre outros resultados, *insights* sobre situações a serem exploradas e estímulos ao desenvolvimento de análises histórico-comparativas, bem como ao levantamento de séries estatísticas que julguem relevantes para o aprofundamento de análises específicas.

Os diversos capítulos do livro — reeditado sucessivamente sem nenhuma alteração relativamente ao texto apresentado na 1ª edição, mesmo no que tange à correção dos eventuais erros de composição que contém — se constituem, cada um deles, uma vez usados como textos básicos em sala de aula, em extraordinários “laboratórios” de Economia aplicada, ensejando, ao serem “destrinchados” os modelos ou os esquemas interpretativos neles contidos, a assimilação de con-

ceitos e, numa abordagem crítica (fundamentalmente influenciada pela abordagem estruturalista cepalina), a aplicação direta da teoria econômica, chamando o professor a atenção sobre isto a cada passo e aproveitando a oportunidade para reforçar os conhecimentos que dela têm os alunos, para acompanhar as análises com base nela feitas pelo autor.

A título de ilustração, apresentamos a seguir alguns poucos exemplos, entre os muitos possíveis, sobre como pode o livro ser usado no sentido acima apontado:

- No capítulo IX, ao analisar a estrutura produtiva da economia açucareira do Nordeste, o autor oferece ao usuário do livro condições para a compreensão da forma como interagem, na definição da estrutura de produção dessa economia, diversos elementos importantes para a análise estrutural da produção do açúcar, que, para a realização de um estudo aprofundado têm bastante importância. Assim, apresenta ele, os conceitos inerentes a esses elementos, que são: a disponibilidade de fatores de produção, as produtividades física e econômica dos fatores de produção, as formas de crescimento (extensivo ou intensivo), a própria estrutura de produção e o papel desempenhado na definição da estrutura de produção pelas alternativas técnicas apresentadas pelo acervo de técnicas disponíveis. Através do conhecimento desses elementos, o economista pode compor funções de produção específicas para as diversas situações alternativas de combinação dos fatores de produção, para que se possa definir qual o processo produtivo mais adequado a uma dada situação existente de disponibilidade, e conseqüentemente de custo, dos fatores de produção e qual das combinações possíveis desses fatores é a que poderá trazer maior lucratividade para o empresário açucareiro (senhor de engenho). Com base nesses elementos, o professor, dando seqüência à aula, demonstra que o raciocínio desenvolvido em termos da economia açucareira do Nordeste pode ser transposto para análise equivalente em qualquer outro setor produtivo, a qualquer tempo.
- Nos capítulos XIII e XIV, por exemplo, ao se tratar da economia escravista mineira, existem boas condições para se mostrar, con-

frontando-se o seu grau de concentração (ou de distribuição, o que dá no mesmo) da renda com o existente na economia açucareira, como se comporta a estrutura da demanda nessas duas economias. Além disso, há também condições para se entender como a assinatura do Tratado de Methuen, em 1703, veio a contribuir para a desarticulação de uma estrutura produtiva manufatureira, que, mesmo sendo precária, possibilitava a Portugal condições de auto-suficiência no abastecimento do seu próprio mercado interno e do de suas colônias com os principais produtos comerciais da época, que eram os tecidos, e, ainda, como, em decorrência da desarticulação, no início do século XVIII, da estrutura manufatureira portuguesa, a quase absoluta ignorância, em termos de técnicas produtivas manufatureiras, dos colonos portugueses que vieram, especialmente em meados daquele século, para as regiões mineiras, impediu que, em momentos em que ocorreram circunstâncias favoráveis à implantação de atividades dirigidas ao suprimento do mercado interno regional, aproveitassem eles a oportunidade para o desenvolvimento de atividades manufatureiras locais.

- No capítulo XXVI, demonstra o autor como a substituição, na cafeicultura do Sudeste, do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, possibilitou a formação de uma massa de poder de compra que passou a se constituir — a partir do efeito multiplicador de emprego e de renda que desencadeou — no centro dinâmico de uma economia de mercado interno. É este um momento oportuno para uma revisão da teoria keynesiana do multiplicador e dos conceitos a ela inerentes.
- No capítulo XXVII, temos copiosas possibilidades de firmar conceitos e de desenvolver exercícios de teoria econômica aplicada. Isto pode ser feito através de uma revisão da teoria do padrão-ouro, através da análise dos efeitos distintos, em termos dos resultados das balanças comercial e de transações correntes, que vão ser ocasionados em situações de câmbio fixo (sistema de padrão-ouro) e de flexibilidade cambial. Há, ainda, condições para discussão das especificidades do ciclo econômico, analisando os distintos efeitos dele decorrentes para os países com economias industrializadas e para os países economicamente dependentes.

- No capítulo XXVIII, há oportunidades de se estudar os vários papéis que vai ter, em momentos de crise internacional ou de queda do preço internacional do café, a taxa flexível de câmbio: ao regular os desequilíbrios nas balanças comercial e de pagamentos; ao promover, via desvalorização da moeda, a defesa do nível de renda em moeda nacional dos empresários exportadores; ao “socializar as perdas” por ocasião da crise econômica cíclica, transferindo, através da sua elevação, parte do prejuízo que seria amargado pelos cafeicultores para o conjunto da população brasileira, que se via forçado a pagar mais caro por tudo que era importado, num momento em que mais de 50% das importações correspondiam a bens voltados ao atendimento de necessidades primárias (alimentos e tecidos), cuja demanda é inelástica; e ao funcionar como mecanismo de defesa do nível de emprego, e conseqüentemente do de renda, nos momentos de crise, ao estimular, através do mecanismo de “socialização das perdas”, os cafeicultores a continuarem colhendo o café.
- No capítulo XXX, analisa-se, entre outras coisas, o desequilíbrio estrutural existente entre oferta e procura no mercado cafeeiro internacional, uma vez que — enquanto houvesse terra e mão-de-obra em abundância, e portanto a baixo custo, no mercado de fatores e o preço do café se mantivesse, como conseqüência da política de valorização do café adotada pelo governo brasileiro, em níveis satisfatórios — o investimento na implantação de cafezais, na ausência de alternativas igualmente rentáveis de investimentos em outros setores, continuaria crescendo, mantendo elevados níveis de expansão da oferta. Enquanto isso, do lado da procura, por ser esta inelástica, o crescimento era extremamente lento, estando atrelado ao crescimento demográfico nos países consumidores, e ao aumento da taxa de urbanização da sua população. Mostra o autor, ainda, as conseqüências sofridas pelo país em decorrência do fato de estar, em 1929, por ocasião da crise, enquadrado no sistema de padrão-ouro, o que impediu que a taxa cambial pudesse ser usada como variável de ajuste do seu balanço de transações correntes, deixando nosso país, então, numa situação de extrema vulnerabilidade, assistindo-se nele, sem qualquer possibilidade de interrupção do processo, à fuga de capitais e ao estímulo à continui-

dade das importações. Isto se estendeu até o esgotamento da reserva de ouro que lastreava o mil-réis conversível, o que só aconteceu em dezembro de 1930.

Inúmeros outros exemplos análogos, mostrando como uma boa base conceitual e o domínio da teoria econômica são importantes instrumentos para a interpretação de textos econômicos, poderiam ser apresentados, abrangendo grande parte do livro. Entretanto, julgamos que a título de exemplos as amostras dadas sejam suficientes.

O processo, por nós relatado, de fazer do livro de Celso Furtado um laboratório de teoria econômica aplicada, se apoia, ao ser desenvolvido em sala de aula, em questionários sobre cada um dos capítulos a serem estudados — que são apresentados aos alunos antes que eles procedam a leitura prévia do texto —, contendo uma série de questões relevantes sobre o capítulo a ser discutido, relativamente a conceitos e à análise, com base em conhecimentos teóricos, das situações abordadas pelo autor. Podem estes questionários, inclusive, em muitos dos capítulos, ser usados como roteiros de aula.

É, ainda, importante ressaltar que, durante o curso de “Formação Econômica do Brasil” desenvolvido nos termos apresentados nesta comunicação, para cada novo capítulo a ser estudado, o professor apresenta, como “pano de fundo” para o estudo do mesmo, de forma sintética, uma abordagem histórica apoiada em outros autores que estudaram o contexto histórico do período em estudo.

RESENHA

ABORDAGEM MONETÁRIA PLURAL A PARTIR DE UM PONTO DE VISTA HETERODOXO

Simone Silva de Deos¹

O objetivo do livro do professor Fernando Nogueira da Costa² fica explícito já desde a sua apresentação: ser um espaço para o resgate e discussão das idéias que foram “vencidas” no campo da teoria monetária e que, por isso, não aparecem coerentemente incorporadas nos chamados manuais, isto é, nos livros básicos adotados para o ensino nos cursos de graduação. A recuperação dessas idéias e a possibilidade de apresentá-las desde cedo aos estudantes e estudiosos de economia monetária, na forma conveniente de um livro-texto, nos é oferecida em Economia Monetária e Financeira: uma abordagem pluralista (São Paulo, Makron Books, 1998).

Para dar conta de seu objetivo, o autor promoveu algumas modificações na sua obra, composta de 8 partes e 15 capítulos, relativamente a outros trabalhos da área. E isso já pode ser visto na primeira parte — *Fundamentos e Conceitos Básicos para uma Teoria Alternativa da Moeda*. Contrariando a regra geral, na qual o primeiro capítulo de um livro de economia monetária trata de discutir origens e conceito de moeda, Costa apresenta os *Postulados da Teoria Quantitativa da Moeda e de uma Teoria Alternativa da Moeda*. Desde logo, portanto, o estudante se verá imerso neste debate entre ortodoxia e heterodoxia monetária, que é tão antigo quanto interessante. É possível que o leitor iniciante, não familiarizado com a área, tenha dificuldade para absorver o “turbilhão” de idéias que se apresenta. Contudo, como sugere o próprio autor, pode-se contornar tal dificuldade fazendo-se primeiro a leitura

1 Economista. Doutoranda em Economia pelo IE - UNICAMP.

2 Fernando Nogueira da Costa é Professor Livre-docente do Instituto de Economia da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – e coordenador da Área de Economia da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

ra dos capítulos 2 a 7, que compõem a parte de teoria pura, para só depois retornar ao capítulo 1.

No capítulo 2, que trata do *Conceito de Dinheiro*, bem como no restante do livro, o autor expõe as posições convencionais, não se furtando a criticá-las e a apresentar idéias alternativas, dando conta do debate pertinente. Exemplo disso é a crítica à visão convencional do chamado multiplicador monetário. Ainda digna de nota é a inclusão de duas seções em que se apresenta o debate entre os autores pós-keynesianos no que diz respeito à importância da moeda e suas propriedades.

Na segunda parte do livro — *Demanda por Dinheiro e Preferência pela Liquidez* - continua-se no âmbito da chamada teoria pura. Indo além do debate tradicionalmente apresentado entre os modelos clássico e keynesiano sobre demanda por dinheiro, a idéia-chave do capítulo 3, *Demanda por Dinheiro: Estabilidade ou Instabilidade*, é que esta demanda é instável. Introduce-se o postulado de velocidade variável, em oposição ao postulado de proporcionalidade (velocidade constante) da Teoria Quantitativa. O capítulo que segue, *Taxa de Juros e Preferência pela Liquidez*, trata de apresentar as diversas teorias sobre taxas de juros. A maior novidade, aqui, é a inclusão do debate entre os autores pós-keynesianos “fundamentalistas” e “horizontalistas” sobre determinação da taxa de juros. Mais especificamente, sobre o papel da preferência pela liquidez. É digno de nota, a propósito, que o autor dedique as duas últimas seções do capítulo para discutir o estatuto (micro ou macroeconômico) da preferência pela liquidez, dando base para sustentar sua posição no debate entre os pós-keynesianos, o qual extrapola a questão da taxa de juros e invade áreas como, por exemplo, determinação do nível de emprego.

Seguimos no plano da teoria pura na terceira parte do livro — *Oferta de Moeda*. O capítulo de número 5 discute *Determinação da Oferta de Moeda: Exogeneidade ou Endogeneidade*. Apresenta-se o debate entre “endogenistas” e “exogenistas”: a moeda entra na economia a partir das próprias necessidades de funcionamento da economia



ou sua quantidade é determinada pelas autoridades monetárias? A Teoria Alternativa da Moeda postula que a moeda é endógena, e para permitir que se aprofunde essa questão o autor apresenta, no final do capítulo, o debate sobre o grau de endogeneidade da moeda travado pelos pós-keynesianos.

A quarta parte do livro — *Mecanismo de Transmissão Monetário: Efeitos sobre Produto, Emprego e Inflação* — é composta de dois capítulos que encerram os temas de teoria pura. No capítulo anterior, onde discutiu o postulado da endogenia, o autor tratou da influência do chamado setor “real” da economia sobre o “monetário”. No Capítulo 6 trata de discutir o inverso, isto é, os *Mecanismos de Transmissão de Impactos Monetários*. Para fazê-lo, no âmbito de uma teoria alternativa, Costa opta por partir da apresentação do chamado “processo cumulativo” de Wicksell. Para este autor, criador do mecanismo de transmissão indireto, os preços se instabilizam não porque há excesso de oferta de moeda, mas porque há discrepância entre a taxa de juros real e a taxa de juros monetária, que influencia as decisões de gastos e de formação de preços. Contudo, como salienta Costa, seu objetivo final no capítulo não é apresentar as idéias de Wicksell, mas sim o que se pode fazer a partir das possibilidades que foram abertas por estas com vistas à construção de uma teoria que dê conta das complexas relações entre o “monetário” e o “real”.

Faz isso no sétimo capítulo, onde analisa os mecanismos de transmissão monetário com base numa teoria das decisões interdependentes, resultado da interação entre as decisões descentralizadas e descoordenadas dos agentes e da iteração (repetição) dessas, sob condições cambiáveis. Pode-se destacar aqui, entre o conjunto de decisões dos agentes, as de fixação de preços: os preços se movimentam a partir de decisões microeconômicas descoordenadas, e a sua elevação é causa, e não efeito, do crescimento da oferta de moeda. Em outras palavras, o autor contrapõe o postulado quantitativo de uma teoria monetária de preços ao postulado alternativo de uma

teoria da fixação de preços. É também nesse momento do trabalho que faz a discussão do postulado alternativo da não neutralidade da moeda. Se a quantidade de moeda que entra em circulação na economia, em função da interação das decisões do governo, dos bancos e dos produtores capitalistas, for insuficiente para a realização da produção, a economia apresentará uma retração no nível de atividade e emprego. Por isso não se pode postular que a moeda seja neutra, nem mesmo a longo prazo.

No capítulo seguinte, o de número 8, o tema é *Teorias de Inflação Moderada, Inercial, Acelerada e Hiperinflação*. Se a tarefa a que se propõe o autor é apresentar a solidez e coerência da Teoria Alternativa da Moeda resta ainda, no plano da teoria pura, e logo após a discussão dos mecanismos de transmissão, tratar da questão inflacionária. Apresenta, inicialmente, o debate no âmbito da ortodoxia para fazer, a seguir, uma resenha das teorias heterodoxas, com destaque para as contribuições dos economistas brasileiros. Como salienta Costa, a crítica construtiva à Teoria Quantitativa da Moeda exige a apresentação de uma teoria heterodoxa da inflação, que não se restrinja à questão do excesso de demanda, mas contemple a complexidade da decisão de formação de preços. Em outras palavras, é necessário rejeitar a supremacia do postulado quantitativo da causalidade — segundo o qual um aumento na oferta de moeda levará, via o chamado efeito saldo real, a uma elevação no nível geral de preços — em favor do postulado alternativo da validação monetária — no qual a alta dos preços é considerada causa, e o crescimento da oferta de moeda seu efeito. Só para lembrar, é esse o momento em que, encerrados os temas de teoria pura, o estudante deverá ler, ou, até melhor, reler o capítulo 1, a fim de solidificar sua compreensão a respeito do que seja o núcleo da Teoria Alternativa da Moeda.

A quinta parte — *Política Monetária* — é composta de dois capítulos. No primeiro deles, o de número 9, trata-se a questão da *Condução da Política Monetária* através da contraposição das posições monetarista,

pós-keynesiana e novo-clássica, ou seja, da advocacia da condução da política monetária, respectivamente, em termos de regra, discricionariedade ou credibilidade. O capítulo se encerra com uma discussão, de fato muito oportuna, a respeito da questão da independência do banco central, tese que costuma ser defendida por muitos economistas ortodoxos que acham que assim teríamos, por limitar a expansão de gastos governamentais, uma garantia de inflação baixa. E aí o autor nos coloca, com muita clareza, que este é um falso problema, deslocado de sua esfera original, que é política e diz respeito às decisões de financiamento do gasto público. No capítulo 10, *Operacionalidade da Política Monetária e Formação da Taxa de Juros*, elaborado por Marcos José Rodrigues Torres, empreende-se uma análise detalhada da condução da política monetária no Brasil, contrapondo-a ao que se faz em outros países. A mensagem básica é de que o objetivo da política monetária recai sobre o nível de reservas bancárias ou sobre a taxa de juros básica. A fixação da taxa de juros de curto prazo tem sido, na prática, a variável-meta operacional dos bancos centrais na condução da política monetária.

Mais uma novidade em relação aos manuais tradicionais da área é a introdução de uma parte (a sexta) dedicada à *Teoria Financeira*, composta de dois capítulos. O tema do capítulo 11 – *Instabilidade Financeira: Ciclo de Crédito* – é desenvolvido a partir da apresentação da teoria de Minsky. O objetivo é introduzir aos estudantes de graduação as idéias desse autor que demonstra, de forma muito coerente, de que maneira o funcionamento normal da economia tende a gerar um ciclo de crédito, com um potencial de instabilização do sistema. O professor Fernando Costa nos proporciona também, nesse capítulo, um esforço de atualização da teoria de Minsky para um contexto de desintermediação bancária, dando uma mostra de como as idéias desse já consagrado autor pós-keynesiano podem servir de base para a melhor compreensão de várias questões contemporâneas. No capítulo 12, *Circuito de Financiamento (Decisão - Finance - Investimento - Renda - Aplicações – Funding)*, o autor procura esclarecer como, em termos

pós-keynesianos, articulam-se as decisões de investimento e de financiamento (a curto e a longo prazo, isto é, o *finance* e o *funding*) em termos da dinâmica econômica. Cabe destacar a crítica feita ao uso do conceito de poupança que, em termos macroeconômicos, é rigorosamente um resíduo contábil, e não um objeto de decisões. Desqualifica, portanto, a disseminada tese “popular” de que é a escassez de poupança que obstaculiza o investimento, deslocando o problema para a sua órbita própria, a do financiamento.

Sistema Financeiro é o tema da sétima parte do livro. O primeiro dos capítulos que a compõe, o de número 13, trata do *Circuito de Financiamento na Economia Brasileira*. Mais do que elencar e descrever as instituições que compõem o sistema financeiro nacional, o objetivo do autor é integrá-las em termos de um circuito: relação entre os bancos e seus clientes (empresas não-financeiras), financiamento aos gastos das famílias e relação entre os investidores institucionais e o mercado de capitais. Ao final, analisa os problemas do financiamento de longo prazo na economia brasileira. Uma avaliação estrutural do sistema bancário nacional é o objeto do capítulo 14 – *Bancos no Brasil*. Além das seções dedicadas aos antecedentes históricos do nosso atual sistema financeiro, tendo como marco a reforma de 1964, e às estratégias adotadas após a liberalização financeira de 1988, o autor empreenderá, ao final do capítulo, a discussão de três questões contemporâneas do maior interesse: a crise bancária que ocorreu após a estabilização inflacionária da economia brasileira, a operação salvamento que ensejou e, finalmente, o fenômeno de desnacionalização do nosso sistema bancário.

A oitava e última parte do livro também tem como temática a *Globalização Financeira*, num esforço de expandir as fronteiras do estudo de economia monetária. Seu objeto mais específico é o fenômeno das crises financeiras contemporâneas, e por isso o capítulo 15 tem o nome de *Seqüência Boom – Crash*. Na abordagem heterodoxa oferecida pelo autor, a crise não será vista como nos modelos con-

vencionais em que o enfoque é ora sobre o déficit fiscal, ora sobre a inconsistência e/ou insustentabilidade das políticas macroeconômicas. A crise estará relacionada, isso sim, com uma bolha especulativa (*boom*) - provocada, essencialmente, por “excesso” de crédito - e o subsequente colapso dos valores dos ativos (*crash*). Além desse marco analítico mais geral para o fenômeno das crises financeiras contemporâneas — as quais, muitas vezes, extrapolam as fronteiras dos estados nacionais - o autor nos oferece, também, uma hipótese para explicar o momento em que a crise é “detonada” e trata, ainda, da questão do risco sistêmico.

Quase finalizando, vale destacar mais uma novidade que nos é trazida no trabalho de Fernando Costa em relação à boa parte dos chamados manuais. Trata-se da apresentação, no final de cada capítulo, de bibliografia atualizada para propiciar aos interessados complementação e aprofundamento dos temas que foram ali apresentados. Tal iniciativa, por si só indicativa de respeito para com os interessados na área, materializa a opinião expressa do autor de que seu trabalho é apenas ponto-de-partida para o infindável processo de construção do conhecimento. E mesmo que o texto possa parecer por vezes complexo - posto que se trata da apresentação das idéias alternativas (ou “vencidas”), que algumas vezes aparecem na forma de um debate no seio da própria heterodoxia, e do seu inexorável cotejo com as idéias ortodoxas (“vencedoras”) - é improvável que o estudante não se sinta estimulado pela riqueza de possibilidades analíticas que se abrem a partir daí. Até porque, como observou Paulani³ (1997, p.178):

“a despeito da recorrência em nossa história de discursos ortodoxos (em alguns momentos mais intensos do que em outros), as idéias estritamente aí enquadradas sempre giraram em falso por aqui, porque esbarravam numa realidade objetiva, ainda que igualmente capitalista, distinta de sua matriz de origem”.

3 PAULANI, L. M. (1997). Teoria da inflação inercial: um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil? In: LOUREIRO, M. R. (org.) 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro. Vozes.

Para finalizar, o que dizer das piadas sobre economistas que aparecem no início de cada capítulo do livro? Segundo Costa, sua inserção faz parte de uma estratégia que pretende despertar a curiosidade pelo saber, pois é só divertindo-nos que aprendemos. Portanto, longe de expressar a opinião de que a ciência econômica e seus praticantes não devam ser levados a sério, entendemos que a apresentação desse anedotário manifesta, isso sim, a percepção de que rigor e profundidade no trato das intrincadas questões acadêmicas não são, por certo, incompatíveis com algumas doses de prazer e bom humor.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco Bernardes Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

DIRETOR

DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS

Prof. José Homero Adabo

VICE-DIRETOR

DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS

Prof. Luís Antonio Baptista

Tamanho não significa competência!

Voltada para a prestação de serviços de Consultoria e Assessoria, a

Consultores Jr,

coloca à sua disposição as mais modernas técnicas de Administração Empresarial, com um custo de até 80% inferior ao de mercado.

Com orientação de Professores e Profissionais de diversas áreas (Marketing, Recursos Humanos, Administração de Produção, O&M, Qualidade e Produtividade, Administração Contábil-Financeira, etc.) a Consultores Jr. (Empresa Júnior da FACECA) tem sempre uma solução para os problemas da sua empresa já tendo, inclusive, desenvolvido trabalhos para empresas multinacionais.

Não deixe que os pequenos problemas da sua empresa se transformem no seu maior problema, consulte-nos!

Rod. Dom Pedro I, km 136 - Jd. Nilópolis -
Campinas/SP - CEP 13020-904
Tel./Fax: (019) 756-7159

FACECA - Campus I - PUCAMP

Consultores

Júnior

FACECA-PUCAMP

*Júnior, só
no nome.*

FACECA
MOVIMENTO
1998

**MODERNIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO
e TRANSPARÊNCIA**

É o que a chapa FACECA EM MOVIMENTO considera como fatores indispensáveis para uma boa convivência acadêmica e para um bom desenvolvimento do D.A. e que você poderá desfrutar.